UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PATRÍCIA FASUOLO SERFATY

O NÚCLEO PERVERSO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VULNERABILIDADE FEMININA:

o machismo como violação dos direitos humanos

Rio de Janeiro

2025

PATRÍCIA FASUOLO SERFATY

O NÚCLEO PERVERSO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VULNERABILIDADE FEMININA:

o machismo como violação dos direitos humanos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, de instituições de ensino superior associadas, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Bioética orientada pelo Professor Doutor André Martins Vilar de Carvalho.

Rio de Janeiro

2025

S483 Serfaty, Patrícia Fasuolo.
O núcleo perverso da masculinidade hegemônica e vulnerabilidade feminina: o machismo como violação dos Direitos Humanos / Patricia Fasuolo Serfaty. – Rio de Janeiro, 2025.
132 f.; 30 cm.

Orientador: André Martins Vilar de Carvalho.

Tese (Doutorado) - UFRJ/UFF/UERJ/FIOCRUZ. Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, 2025.

Referências: f. 123-132.

1. Misoginia. 2. Violência. 3. Machismo. 4. Patriarcado. 5. Psicanálise. I. Carvalho, André Martins Vilar de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 179.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA FASUOLO SERFATY

O NÚCLEO PERVERSO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VULNERABILIDADE FEMININA:
o machismo como violação dos direitos humanos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, em associação UFRJ-FIOCRUZ-UERJ-UFF, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Bioética Aplicada e Saúde Coletiva.

Aprovada em: 07 de novembro de 2025.

_____

Dr. André Martins Vilar de Carvalho (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Dra. Cristiane Maria Amorim Costa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____

Dra. Príscila Teixeira de Carvalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Dr. Raphael Ribeiro da Silva
Universidade Federal Fluminense

_____

Dra. Letícia Gonçalves
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico esse trabalho a todas as mulheres, crianças e corpos contra-hegemônicos afetados pela violência do patriarcado. Esta pesquisa é uma denúncia social à violência silenciosa dos homens de bem, à violência física, psicológica e sexual imputada a todos que chegam ao mundo com sonhos e são violentamente arrancados de sua inocência e lançados ao abismo da vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Lua e Nathan pela história que tecemos e por estarmos juntos na travessia da vida.

A André Martins pela parceria acadêmica, afinidade teórica, disponibilidade e provimento de um ambiente acolhedor e confiável favorecendo a criatividade e produção do conhecimento.

Ao Pedro Henrique Bernardes Rondon pela dedicação e primorosa revisão;

À CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa de doutorado da qual deriva o presente trabalho.

Ao Programa de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da UFRJ por ter acolhido minha pesquisa e proporcionado aprimoramento acadêmico através de um olhar ampliado voltado às múltiplas realidades sociais na área de saúde e a aquisição de valiosas amizades.

Fé para quem é forte
Fé pra quem é foda
Fé pra quem não foge à luta
Fé pra quem não perde o foco
Fé pra enfrentar esses filha da puta

Iza

RESUMO

SERFATY, Patrícia Fasuolo. **O Núcleo Perverso da Masculinidade Hegemônica e Vulnerabilidade Feminina**: o machismo como violação dos Direitos Humanos. 2025. 132 f. Tese de Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva – PPGBIOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

A presente tese de doutorado tem por objetivo explorar as raízes e manifestações do patriarcado como um sistema complexo de dominação, analisando suas pedagogias culturais na formação de masculinidades e feminilidades, contextualizando os impactos perversos do machismo na constituição do psiquismo masculino a partir da influência da cultura. Visando apresentar contextos de mal-estar social contemporâneos no que tange às violências e subjetividades, esta pesquisa tem como escopo adicional contribuir no combate à violência de gênero. O estudo se propõe a pensar caminhos para uma atuação voltada para a justiça de gênero fundamentada em uma abordagem multidisciplinar que articula psicanálise, filosofia, estudos de gênero e feminismos. O trabalho desvela como as estruturas patriarcais se perpetuam em contextos sociais, psíquicos e digitais, culminando em diversas modalidades de violência e adoecimento social. A pesquisa não se limita a denunciar as opressões, mas busca, através de uma leitura crítica e propositiva, fomentar a reflexão sobre a necessária transformação das relações sociais para um futuro mais equitativo. O foco maior desta investigação se dirige à violência exercida pela masculinidade de maneira despercebida por estar camuflada pela lógica patriarcal. Esta investigação apresenta inicialmente uma sintética reflexão sobre alguns dos autores que se debruçaram sobre essa temática tendo como base a articulação de bell hooks e da psicanálise winnicottiana, como ferramentas teóricas que se alinham à ética do cuidado segundo a tradição psicanalítica, acrescentadas das contribuições de John Stoltenberg, Ivan Jablonka, Iris Young e autoras feministas complementadas por outros teóricos que se dedicaram ao estudo da questão. A partir dessa reflexão foi possível indicarmos subsídios teóricos importantes concernentes às determinações próprias ao modo patológico da masculinidade hegemônica e sua relação estabelecida com o objeto, bem como contribuir com a produção de conhecimento no enfrentamento à violência de gênero como um caminho para pensar campanhas educativas na construção de novas masculinidades.

Palavras-chaves: misoginia; violência; machismo; patriarcado; psicanálise.

ABSTRACT

SERFATY, Patrícia Fasuolo. **O Núcleo Perverso da Masculinidade Hegemônica e Vulnerabilidade Feminina**: o machismo como violação dos Direitos Humanos. 2025. 132 f. Tese de Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva – PPGBIOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This doctoral thesis aims to explore the roots and manifestations of patriarchy as a complex system of domination, analyzing its cultural pedagogies in the formation of masculinities and femininities, contextualizing the perverse impacts of sexism on the constitution of the male psyche through the culture influence. Aiming to present contexts of contemporary social malaise regarding violence and subjectivities, this research also aims to contribute to the fight against gender-based violence. The study proposes devising pathways for action focused on gender justice based on a multidisciplinary approach that combines psychoanalysis, philosophy, gender studies, and feminisms. The work reveals how patriarchal structures are perpetuated in social, psychological, and digital contexts, culminating in various forms of violence and social illness. The research is not limited to denouncing oppression, but seeks, through critical and purposeful reading, to foster reflection on the necessary transformation of social relations for a more equitable future. The focus of this investigation is the violence exercised by masculinity, which goes unnoticed because it is camouflaged by patriarchal logic. In order to conduct this investigation, the research initially present a concise reflection on some of the authors who have addressed this topic, based on the articulation of bell hooks and Winnicottian psychoanalysis as theoretical tools, which align with the ethics of care according to the psychoanalytic tradition, supplemented by the contributions of John Stoltenberg, Ivan Jablonka, Iris Young, and feminist authors, as well as other theorists who have dedicated themselves to studying the issue. Based on this reflection, it was possible to identify important theoretical insights concerning the determinants of the pathological mode of hegemonic masculinity's relationship with the object, as well as contribute to the production of knowledge on confronting gender violence as a path for developing educational campaigns to construct new masculinities.

Keywords: misogyny; violence; sexism; patriarchy; psychoanalysis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis da obscenidade..... 63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 AS PEDAGOGIAS DO PATRIARCADO 19

2.1 O núcleo perverso da masculinidade hegemônica 19

2.2 Garotos de bem: uma ilustração 23

2.3 A dominação e subjugação dos corpos femininos como linguagem erótica 27

2.4 A primeira mulher: a erotização feminina como anátema 30

2.5 A segunda mulher: Eva como ideal de feminino exaltado pelo patriarcado 33

2.6 O cativeiro da cultura 38

2.7 Pedagogias do patriarcado 41

2.8 O crime de Onã 42

3 CIBERPATRIARCADO 48

3.1 O paradigma tecnológico 48

3.2 O "Erotismo de Possuir" como Conceito Central da Sexualidade Masculina 55

3.3 Adicção à pornografia e cyberpedofilia 56

3.4 Crimes exercidos mediante apropriação dos corpos das mulheres 60

3.5 Pornografia e supremacia masculina 61

3.6 A Violência e Seus Impactos na Saúde 64

4 UM BERÇÁRIO DE PRISIONEIRAS 69

4.1 Machismo como violação dos direitos humanos 71

4.2 O neomachismo: uma reconfiguração do patriarcado 78

4.3 A transexistência 81

4.3.1 O sonho: um prenúncio de cura 82

4.3.2 Análise do sonho 83

4.4 Nossas feministas Quizombeiras 85

4.4.1 Violência de Gênero, Interseccionalidade e Psicanálise: Reflexões pelas lentes das autoras negras 87

4.4.2 Transfeminismos 93

5 RUMO À JUSTIÇA DE GÊNERO 97

5.1 Masculinidades feministas 98

5.2 Repudiar a masculinidade adoecedora: John Stoltenberg 103
5.3 Opressão e subjetividade: aproximações entre Iris Marion Young e Donald Winnicott . 106
5.4 Masculinidade e o imperativo da responsabilidade política 109
5.5 Jablonka e os homens justos 114
5.5.1 Como Ivan Jablonka define um homem justo? 116
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 118
REFERÊNCIAS 123

1 INTRODUÇÃO

O que pretendemos neste estudo é explorar criticamente o sistema patriarcal e a violência de gênero cometida por homens normais, sem antecedentes criminais. O tema abrange tanto saúde sexual e reprodutiva das mulheres quanto violência de gênero, inicialmente convidando a pensar os textos bíblicos como pedagogias que incorporam a lógica de dominação masculina.

Nossa análise concentra-se nas "pedagogias do patriarcado", que incluem as interpretações bíblicas distorcidas, construções sociais de masculinidade e feminilidade, e a objetificação dos corpos femininos e contra-hegemônicos. O texto examina a violência doméstica e sexual, abordando temas como o ciberpatriarcado, o estupro coletivo, a misoginia e o abuso sexual infantil, inclusive na pornografia.

No sentido de pensar o centro da questão em relação aos numerosos casos de violência e abuso sexual contra mulheres, crianças, corpos trans e masculinidades de não dominação, apresentamos as alegorias bíblicas como recorte para nos aprofundarmos no entendimento dessa violência que se torna uma questão de saúde pública. Escrevemos sobre a realidade espinhosa da vida nos utilizando de uma psicanálise de denúncia e trazendo o machismo como violação dos direitos humanos. Na escuta clínica, se apresentam vivências de adultos que foram molestados sexualmente na infância, frequentemente, em um contexto de relação de confiança com aquele que se tornou seu abusador, narrativas de desamparo presentes na vida adulta como consequência da violência patriarcal. Nosso intuito é lançar luz à violência dos supostos homens de bem, os que defendem as leis, a família, que exercem lugar de cuidado ou supostamente a boa parentalidade mediante uma violência discreta, apresentando-se como simulacros do bem. Tais cenários de abusos instigam a investigar a relação de domínio presente na masculinidade hegemônica patriarcal que toma o outro como objeto utensiliário. A violência sexual se manifesta pela humilhação ou pela dominação, dinâmica em que o agressor se relaciona com os corpos como objeto parcial e de uma forma fetichista, lançando-os no lugar da objetificação.

O aporte teórico da psicanálise apresenta contribuições para essa temática, posto que, a psicanálise, conforme foi posto por Freud (1921) em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, não é somente uma psicologia individual, mas é também uma psicologia coletiva, na medida em que os laços sociais são imprescindíveis para a elaboração do psiquismo. O indivíduo precisa de um outro para se constituir e dar conta da continuidade dessa constituição, que é permanente e interminável.

Nesse sentido, o livro objetiva articular e contribuir com a produção de conhecimento visando conscientizar, comunicar e combater a violência de gênero contextualizando os impactos perversos do machismo a partir da influência da cultura patriarcal na constituição do psiquismo masculino, e por consequência, como essa dinâmica resvala na saúde mental das mulheres. Nossa pesquisa teve como foco abordar o núcleo perverso da masculinidade hegemônica e a vulnerabilidade feminina buscando lançar luz à violência encoberta, que causa naquele que é abusado um mal-estar que não pode ser nomeado. As violências simbólicas instaladas no campo da cultura e exercidas pela masculinidade heteropatriarcal no contexto cotidiano, não se apresentam de forma clara, mas estão implícitas nas narrativas que descrevem os danos psicológicos nos sujeitos que sofrem abusos.

Tendo como núcleo a misoginia, o patriarcado considera a mulher de um ponto de vista utilitário transformando sua biologia em destino, um corpo que serve para produzir filhos e ser disponibilizado ao homem para dar-lhe prazer. Prazer, reprodução e aleitamento são as funções que inscrevem as mulheres no ciclo da vida (Jablonka, 2021). Em nossa cultura, a mulher não é um sujeito para se relacionar, mas para servir. A instrumentalização do humano na obtenção de prazer é o que parece marcar o pensamento patriarcal, por meio de um prazer que pode ser obtido mediante a coerção e o ataque à existência do outro, levando a mulher a perder o *status* de sujeito para ser relegada ao *status* de objeto. O núcleo perverso dessa modalidade de masculinidade consiste na manutenção do outro no lugar inarredável de impotência e subjugação, uma vez que dependem dos cuidados e da servidão feminina para florescer e prosperar. O sexista é um agressor que nega a alteridade da mulher que, em consequência disso, vive em estado de constante vulnerabilidade. O rebaixamento da mulher se deu mediante a circunscrição doméstica e confinamento a uma posição inferior no espaço público. Tal configuração foi validada por diversos campos do saber, dentre eles a filosofia e a psicanálise, que sob influência de uma matriz cultural androcêntrica gestada no eurocidentrocentrismo, consideram o feminino deficiente e faltante. Essa leitura expressa o que parece marcar o perfil da masculinidade hegemônica como portadora de um comportamento profundamente enraizado no eu.

A partir dessa problemática nos propomos a analisar a fecundação do pensamento patriarcal por intermédio da exegese ocidental do texto bíblico do Gênesis articulado ao construto teórico de Bourdieu (2019), que apresenta o ato sexual como fundador da relação de dominação masculina. Por meio da simbologia dos textos sagrados, o autor pontua o modo como é inculcada uma moral completamente contaminada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade e destino à submissão das mulheres, “desse

modo agindo de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, inoculando uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade" (Bourdieu, 2019, p. 141). O texto bíblico como referencial literário fundante dos valores e do pensamento ocidental se constitui como uma pedagogia do pensamento patriarcal que inscreve os homens como dominadores na criação e as mulheres como corpos subjugados e disponíveis ao desejo masculino, além de doadoras de amor e cuidados no lugar de servidão. Na perspectiva de hooks (2022) a religião patriarcal fundamentalista continua sendo uma barreira impeditiva para que o pensamento e a prática feministas se disseminem.

As narrativas de indiferença e desvalorização da mulher em todos os tempos evidenciam o traço perverso dos agressores que minimizam a própria responsabilidade no que diz respeito a seu modo de funcionamento violento. Contudo, nem sempre os ataques e abusos exercidos contra mulheres são explícitos ou culminam em feminicídio, por vezes a violência ocorre na esfera privada por meio de microviolências, caracterizadas como a violência contumaz e de baixa intensidade, causando na mulher uma anestesia psíquica, de modo a habituar-se a ser subjugada ou humilhada, culminando no contexto de adaptação à violência (Sluzki, 1994).

Desse modo, as relações humanas ficam comprometidas uma vez que o bem-estar psíquico só é possível numa relação de confiança (Winnicott, 2021a). Donald Winnicott é o autor no qual nos apoiamos para pensar o vínculo entre a saúde emocional individual e a sensação de sentir-se real. Uma vez que a saúde não pode estar associada à negação da alteridade do indivíduo, o viver criativo e tudo aquilo que fortalece o sentimento de estar vivo sofre um apagamento diante do registro de violência experimentado pelas mulheres a partir de seus marcadores sociais. O autor destaca as três vidas que as pessoas saudáveis devem experimentar: A vida do mundo que pode ser entendida como as relações interpessoais; a vida da realidade psíquica pessoal, ou seja, a realidade interna e a área da experiência cultural. Esta última conduz ao domínio da herança humana, "incluindo as artes, os mitos da história, a lenta marcha do pensamento filosófico, os mistérios da matemática, do manejo de grupos e da religião" (Winnicott, 2021a, p. 39).

A cultura ocidental propôs um modelo de masculinidade que se consolidou como projeto exitoso de perpetuação da dominação masculina e naturalização da violência de gênero – problema social agudo, que vem afetando a saúde mental das mulheres. A cilada montada pela masculinidade se refere à performance romântica introdutória nos primeiros momentos do cortejo, sob a capa de proteção e bons sentimentos. Desempenho apresentado como elemento atrativo que é removido após a fase de conquista do feminino, no qual se

constata a legitimação da relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, propagada transgeracionalmente.

Em anuência com as ideias winnicottianas, hooks (2021, p. 14) salienta: “a confiança é o fundamento da intimidade**”.** Desse modo, nos utilizamos desses dois autores para abordar a ética do cuidado inserida na tradição psicanalítica, declinando da senda teórica de Carol Gilligan, com o intuito de contribuir com autores menos explorados no campo da bioética para compor essa temática. A ética do cuidado, na tradição da psicanálise se faz presente nas teorias de Donald Winnicott mediante a importância do cuidado materno inicial para a constituição do indivíduo; assim como, no construto teórico de Sándor Ferenczi, em que o psicanalista Daniel Kupermann[1] introduz a ideia de uma ética do cuidado com base na hospitalidade com a criança que coexiste em cada adulto.

Considerando o esquema de uma sociedade que privilegia o bem-estar dos homens, a relação do feminino com a vida se precariza como espaço potencial. As relações interpessoais, uma das três vidas mencionadas por Winnicott (2021a), desde os primórdios da constituição do psiquismo promovem o processo de amadurecimento emocional que impulsiona o bebê a relacionar-se com os objetos, todavia isso só poderá ocorrer com segurança quando o mundo lhes é suficientemente bem apresentado. Para que um indivíduo possa se desenvolver é preciso que ele tenha experienciado o investimento afetivo de ser cuidado por um adulto responsável. Entendemos ser cuidado como a vivência de ter alguém que se preocupa e se dedica a garantir o bem-estar e o desenvolvimento de outra pessoa. Permanecendo no lugar inarredável de cuidadora na vida adulta, as mulheres são aquelas que, em geral, promovem o ambiente facilitador, conceito winnicottiano que se refere ao ambiente afetivamente seguro alicerçado em atenções e cuidados, atmosfera emocional propícia para que os homens floresçam no espaço público, enquanto as mulheres são pressionadas a preterir ou abandonar seus projetos existenciais.

No primeiro capítulo de nosso estudo, detivemo-nos a considerar a origem e evolução dessa dinâmica imperceptível de fecundação do núcleo perverso que se fundamenta na misoginia. Em que momento um menino introjeta a ideia dos corpos femininos como objetos à disposição de seu prazer? Quais mecanismos de construções nas relações determinam quais são os corpos abusáveis? Como esses aprendizados tácitos são transmitidos? Em vista de tais questionamentos, convocamos a examinar a questão da violência de gênero como

[1] KUPERMANN, D. *Princípios para uma ética do cuidado*. Coleção Memória da Psicanálise: Sándor Ferenczi: v.3, São Paulo, Duetto, p. 44-51, 2009.

consequência de uma pedagogia que instala na masculinidade o menosprezo e aversão pelo feminino e que visa a manutenção das hierarquias de poder. Nesse primeiro eixo buscamos pôr em destaque os atravessamentos da cultura no que tange à construção psíquica cultural da masculinidade. Nesse sentido, parte preponderante desse capítulo se ancora na obra de Bourdieu (2019), A *Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica*, contexto em que o autor apresenta o viés da cultura nos modos pré-fabricados de vida tanto através da ideia de como as mulheres são tratadas como objetos na economia dos bens simbólicos na relação matrimonial, quanto mediante a ideia do ato sexual concebido pelos homens como uma forma de dominação, apropriação e posse. A sexualidade, de acordo com o autor, seria concebida como um ato agressivo, e sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo.

No segundo eixo abordamos a subjetivação da masculinidade hegemônica buscando compreender como o homem é afetado psiquicamente em sua constituição individual, uma vez que além de um inconsciente individual existe também um inconsciente cultural, ou seja, o inconsciente como um conjunto de valores que vigoram em determinada cultura e que as pessoas assimilam, o inconsciente social. A partir do paradigma tecnológico desponta uma nova modalidade de opressão, a *ciberviolência* patriarcal. Em meio à sofisticação das novas pedagogias patriarcais masculinistas presentes na manosfera, irrompe o *ciberpatriarcado* que se manifesta através de *coaches* de masculinidade e dos fenômenos extremistas que concebem um modelo recrudescido de homem no espaço digital. Os movimentos *MGTOW*, *red pills*, *incells e rapecells* se apresentam como militância de ideologias e subculturas reacionárias que dão vazão ao ódio às mulheres produzindo discursos e conteúdos misóginos, racistas e homofóbicos. A relevância de nossa pesquisa reside em sua capacidade de iluminar as modificações requintadas das pedagogias de doutrinação de ódio cujos conteúdos têm raízes profundas na perpetuação da dominação masculina. O estudo revela o desafio de criar um homem para o futuro, uma vez que meninos estão sendo condicionados a usarem a violência como resposta à frustração e à dor. A estratificação dos homens como alfas, betas e *incels* incitam a violência às masculinidades de não dominação. A negação da vulnerabilidade e convite à destruição de tudo que expresse feminilidade e fragilidade se inicia nos grupos de socialização nos quais a necessidade de experiências intensas, a busca desenfreada por popularidade e pertencimento, e a sede de testar a si mesmo podem culminar em cumprimento de desafios perigosos em que a violência contra si ou contra um outro vulnerável garantem reconhecimento e validação. O *bullying* e o *cyberbullying* não dizem mais respeito a comportamentos indisciplinados ou apelidos vexatórios, mas às atuações criminosas

normalizadas como tortura de animais, indução ao suicídio e à automutilação, estupros virtuais, manuais e tutoriais de pedofilia, monetização de vídeos de abuso, produção e disseminação de material pornográfico infantil, estupros coletivos com filmagem e divulgação de abusos para garantir a aprovação do grupo. Em suma, um estímulo a burlar a lei como um comportamento socialmente apreciado, o que contribui para a avalanche de abertura de perfis falsos para cometer e fruir sadicamente do sofrimento e humilhação de vulneráveis mediante o anonimato e a impunidade. A adicção à pornografia fomenta a erotização da subalternização dos corpos femininos, abuso de crianças e perda da sensibilidade sensual na relação com uma pessoa real. Temos como objetivo adicional neste trabalho apresentar os novos movimentos masculinistas que buscam consolidar a dominação masculina e o sistema de opressão de gênero por meio de letramento e transmissão de conteúdos que reforçam o pacto da masculinidade. Os movimentos atuais das masculinidades de dominação expressas pelo *ciberpatriarcado* estão aflorando como reação ao retorno do movimento feminista. As condutas tóxicas se expressam por intermédio de manifestações reforçadas na configuração do *Cibermachismo* por intermédio da exposição involuntária de nudes de mulheres e crianças como exercício de dominação através do aviltamento da figura feminina. Na retomada do movimento de ódio ao feminino de forma explícita, a pornografia se difunde como degradação da experiência romântica mediante a violência exercida sobre os corpos femininos, em crianças e nos corpos feminizados. É notório que a erotização violenta cunhada na cultura do estupro e da pedofilia se robustece. O que esses movimentos denunciam sobre o espírito de nosso tempo? A violência radical se expande devido à disseminação do pensamento patriarcal, portanto mudar masculinidades é mudar o mundo. O homem patriarcal é um homem doente, o que torna quase impossível uma união bem ajustada (Mill, 2019).

Nosso terceiro eixo aprofunda a constituição psíquica das mulheres sob a lógica patriarcal, revelando-as como prisioneiras de um sistema que impede o desenvolvimento de pensamento crítico e autonomia, a menos que haja desobediência e ruptura. Nesse contexto, a cultura atua como um inconsciente social, moldando comportamentos e representações que naturalizam a dominação. Apresentamos a cultura como um berçário de prisioneiras, em que a lógica patriarcal é inoculada nas mulheres desde o nascimento. No sentido de melhor compreender as modalidades de violência imputadas à mulher e as camadas de vulnerabilidade em que as mulheres se encontram considerando os marcadores de classe, raça, etnia, orientação sexual e origem religiosa, apresentamos a interseccionalidade, através da alegoria das "camadas de vulnerabilidade" de Florencia Luna, escrita fundamental para compreender as

modalidades diferenciadas e sobrepostas de opressão enfrentadas por mulheres negras, indígenas, imigrantes e não brancas, desafiando o universalismo do feminismo branco. Autoras negras como Amalia Barbosa, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez destacam o racismo estrutural como legado da escravidão, a importância da raiva como afeto disruptivo e mobilizador para a resistência, e a necessidade de descolonização do inconsciente.

Adicionalmente, Freud (1910-1917/2018) foi um dos autores de matriz ocidental androcêntrica que nos serviu como referência complementar para criticar o machismo estrutural e pensar a opressão feminina a partir da valoração simbólica dos corpos na fantasia masculina, cujas contribuições servirão de base para nossas reflexões com os textos sobre a psicologia do amor I, II e III, o que nos impele a pensar como os corpos femininos são erotizados, quais corpos são abusáveis e a origem do ódio irracional ao feminino. Provavelmente, motivo pelo qual a justiça de gênero é uma luta da qual boa parte dos homens se exclui. No contexto contemporâneo, as mulheres são submetidas a violências psicológicas cotidianas e invisibilizadas, como *gaslighting*, *ghosting*, *manterrupting* e *mansplaining*, que minam sua autoestima. O surgimento do neomachismo é analisado como uma reconfiguração do patriarcado, onde a dominação migra da esfera financeira para a afetiva, com homens performando aliança feminista, mas retaliando mulheres que os superam em poder ou sucesso, devido à sua dificuldade em amar sem dominar. O transfeminismo amplia essa perspectiva, desafiando a normatividade da cisgeneridade e reivindicando a autonomia e direitos de mulheres trans e travestis, combatendo a violência epistemológica da diferença sexual e o transfeminicídio, introduzindo o conceito de transexistência, que não se restringe ao contexto trans, mas se estende a outras vivências como um lugar psíquico de resistência e existência mediante experiências traumáticas de longa duração.

Em nosso quarto eixo tivemos por objetivo iniciar a reflexão acerca de uma pedagogia para homens justos, uma reformulação do pensamento para a construção de masculinidades de não dominação. A partir das obras dos autores bell hooks, John Stoltenberg e Ivan Jablonka, propomos pensar a dinâmica dos gêneros como demandante da adoção de um modelo em que o masculino seja redefinido em relação aos direitos das mulheres. Não se trata unicamente de trabalhar para que a violência seja um interdito, mas de se abrir o sujeito para uma nova forma de constituição de si, de modo que a subjugação não faça sequer sentido. A justiça de gênero seria um progresso coletivo no que tange ao compromisso com um novo projeto de sociedade. De acordo com hooks (2022), que propõe a construção de masculinidades feministas, sem ter os homens como aliados o feminismo não vai progredir, a autora pontua a ideia do homem como um companheiro valioso de luta. Adicionalmente, as contribuições da autora Iris Young

compõem o capítulo como proposta de resgatar o comprometimento do homem na construção de relações de paridade enquanto indivíduo arrolado na engrenagem do machismo estrutural. Em anuência com a autora reforçamos a ideia de que atribuir culpas exclusivamente ao sistema precariza a ação individual; pois torna o indivíduo não agente. Portanto, de modo a recuperar o indivíduo e sua responsabilidade diante da injustiça, se faz necessário analisar as formas de relação do indivíduo com a estrutura social.

Nesse capítulo trouxemos uma breve menção de contribuições dos homens que apoiaram a emancipação das mulheres no sentido de compreender a qualidade de relação social como ganho do bem comum. Tahar Haddad, John Stuart Mill, Charles Fourier, Léon Richer, Nicolas de Condorcet, William Thompson e Jin Tianhe são alguns dos homens que representam o início da construção do pensamento crítico no que tange às masculinidades feministas. Cônscios de que essa temática é complexa e demanda aprofundamento no pensar pedagogias no registro da educação transgressora – que objetiva a construção de questionamentos críticos em relação às estruturas de poder e formação de sujeitos conscientes – este capítulo nos serve como imantação no sentido de acalentar ideias acerca dos ensinamentos necessários ao desmantelamento do patriarcado.

Se faz necessário denunciar a violência, nomeá-la, expô-la em lugares de segurança para que a cura seja possível. Conforme pontua Preciado (2023) no documentário *Orlando,* é preciso contar a própria história para se curar da violência.

O liame entre psicanálise e cultura no que tange a saúde mental, nos põe diante da reflexão de quais pedagogias podemos nos utilizar para erradicar o pensamento patriarcal, cancro social mantenedor de modalidades diversas de violências e adoecimentos físicos e psíquicos, saindo da esfera comportamental para as patologias que se disseminam em nossa sociedade.

2 AS PEDAGOGIAS DO PATRIARCADO

O capítulo propõe como objeto de discussão pensar os textos bíblicos como pedagogias que reforçam a construção do pensamento patriarcal através de alegorias que constroem nossas narrativas de referência, legitimando a relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres por intermédio de um ideal de feminilidade ancorado na submissão.

O foco central do primeiro capítulo é esclarecer a noção de núcleo perverso utilizada nesse contexto dos homens comuns, assim como abordar a temática da violência não explícita, pensando as pedagogias que perpetuam e reforçam o lugar de poder que garante aos homens da sociedade ocidental imersos na lógica do patriarcado, privilégios e domínio sobre os corpos femininos. A questão posta como enigma é o fato de essa modalidade de violência encoberta e simbólica ter como referência os homens que usufruem de um lugar de privilégio social, muitas vezes dotados de recursos intelectuais e sem antecedentes criminais – sequer considerados homens pertencentes a grupos marginalizados mas que, apesar disso, exercem violência física, psicológica, patrimonial, sexual e simbólica. Homens considerados funcionais em nosso contexto social ocidental se comportam de modo agudamente sexista. “O agressor em questão não é uma figura animalesca, mas um agente consciente inserido na ordem patriarcal da sociedade” (Bourdieu, 2019, p. 31). O machismo deve ser pensado como violação dos direitos humanos, pois se trata de um modo de se relacionar patológico, no qual a paridade de gênero jamais é considerada. Dominadores e invasivos, tais homens são marcados pelo imperativo de assujeitar o outro com intuito de destruí-lo do ponto de vista identitário. Conforme destaca Martins (2009, p. 46) trata-se de uma “necessidade contínua de manter o outro na condição de subjugação”, o que o autor denomina vampirização.

Uma vez que os homens em questão não necessariamente se encontram no grupo dos homens reconhecidamente violentos, buscaremos elucidar o que chamamos de núcleo perverso.

2.1 O núcleo perverso da masculinidade hegemônica

No sentido de compreender a violência invisibilizada que encontra anuência social, trago o aporte teórico de Racamier (2012) para abordar a violência silenciosa e invisibilizada: com frequência, não há como comprovar a agressão, mas somente reconhecer o efeito manifesto nas vítimas. Nesse contexto, a desvitalização das mulheres, o esgotamento físico e psicológico não se dá somente devido às jornadas múltiplas de trabalho e cuidado, mas ao

esforço dispendido no investimento e manutenção de um relacionamento cujo retorno emocional não compensa. Em meio aos desgastes inerentes a qualquer relação amorosa, estão os silêncios agressivos, a irresponsabilidade emocional, a indiferença, a evasão no cuidado com a prole, os abusos patrimoniais, psicológicos e simbólicos. O ódio ao feminino se torna um elemento dinâmico na afirmação do eu e se expressa em seus mais variados matizes, manifestando o abandono da autossuficiência ilusória da masculinidade. Na perspectiva psicanalítica, o ódio é uma expressão do narcisismo.

A anuência social em relação à violência do cotidiano ocorre pelo fato de não haver provas físicas nessa modalidade de violência, sendo a agressão psicológica concebida como algo menor ou que não cause danos reais. Essa categoria de violência pode ser exercida em várias configurações de relação: amorosa, familiar, de amizade e trabalho. Em nosso recorte, abordamos a violência dos homens na relação com o feminino; contudo a violência encoberta pode ser exercida pelas mulheres com seus parceiros e por homens e mulheres com seus parceiros do mesmo gênero. No entanto, o patriarcado instala o modo de funcionamento perverso como se fosse um "aplicativo de fábrica" presente nos homens da masculinidade de dominação. Os traumas oriundos dessa modalidade de agressão deixam marcas e afetam suas vítimas mesmo após o afastamento ou término da relação. Racamier (2012) menciona que se trata de uma patologia relacional que consiste na necessidade e prazer prevalente do sujeito no que tange a supervalorização de si mesmo à revelia do outro. Defesas organizadas diante de contradições internas, expulsando seus próprios conflitos para incubá-lo no psiquismo de um outro – neste caso, atribuindo ao feminino uma inferioridade devido à negação da vulnerabilidade que não pode reconhecer em si. Não existe possibilidade de paridade de gênero na sociedade patriarcal, pois a construção da masculinidade aumenta o valor narcísico próprio em detrimento do outro que é empregado como utensílio, sem incomodar absolutamente aquele que exerce a agressão.

A cultura ocidental propôs um modelo de masculinidade que se consolidou como projeto exitoso de perpetuação da dominação masculina, uma espécie particular de violência simbólica, que robustece a naturalização da violência de gênero. "A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina" (Bourdieu, 2019, p. 24). A masculinidade hegemônica fabricou uma imagem ideal de si onipotente, fundada no delírio de invulnerabilidade. Tal hegemonia não necessariamente estaria relacionada à violência, apesar de poder ser sustentada pela força, mas na ascendência alcançada através da cultura (Connell & Messerschmidt, 2013). A legitimação da relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres é propagada transgeracionalmente, sob

a capa de proteção e bons sentimentos, mas se traduz no tríptico: sedução, dominação e manipulação.

Bourdieu (2019) apresenta a ideia do ato sexual como fundador da relação de dominação masculina, no qual os homens concebem o orgasmo feminino como uma prova de sua virilidade e na crença do gozo garantido por meio da submissão. O desejo masculino ganha intensidade e potência mediante o ódio ao feminino, por via da violência e degradação da experiência romântica. Contudo, nos desperta curiosidade a menção do autor ao orgasmo feminino e ao gozo garantido por meio da submissão uma vez que essa pauta jamais esteve entre as rodas de conversa masculinas conforme menciona Beauvoir (1949/2020). O orgasmo feminino ganhou a atenção da masculinidade a partir da saída da mulher para o mercado de trabalho, diante da exposição no espaço público e das oportunidades de cortejo na socialização com outros homens.

Ainda na seara do pensamento patriarcal no enquadre da psicanálise, a inveja seria a marca eloquente do feminino na escuta de Freud. De acordo com Birman (2016, p. 20), para Freud, “a inveja do pênis/falo seria o motor crucial do funcionamento psíquico das mulheres”. O pensamento misógino se refere tanto à inveja como sendo o traço maior de seu ser, como o fato de a mulher ser marcada “pela inferioridade genital por ser despossuída da magnificência do pênis/falo” (Birman, 2016, p. 21). Segundo este autor, nessa leitura, existiria, para Freud, uma relação hierárquica entre homem e mulher, pela qual o homem assumiria indiscutivelmente uma posição superior ante o feminino. Imprimir uma leitura hierárquica na diferença sexual, lança a mulher no lugar de inferioridade desde o nascimento pelo fato de seu corpo ser desprovido de um pênis, decretando que a ausência de tal característica a lança no lugar de faltante. O ponto nevrálgico desse discurso é que a diferença sexual compromete a igualdade de direitos.

O lugar de inferioridade genital é uma modalidade de agressão indireta, silenciosa e imperceptível, cujos prejuízos psicológicos são minimizados e imputados como responsabilidade da própria vítima, como se sua condição de mulher justificasse as violências sofridas ao longo dos tempos; como a exclusão de herança, por ser mulher, numa época em que as mulheres não tinham acesso ao mercado de trabalho, a obrigatoriedade das relações sexuais no casamento, a humilhação social da exposição dos casos extraconjugais dos maridos, a procriação em série devido ao impedimento de usar métodos contraceptivos, somente para citar algumas das violências invisibilizadas. O machismo adesivado à cultura promove na mulher a demissão do pensar, lançando-a no lugar permanente de vulnerabilidade infundindo

um modelo de feminino idealizado pelo patriarcado, no qual a mulher deve permanecer no lugar do silenciamento, servidão e subjugação.

O abuso tem uma dimensão perversa que consiste em utilizar o outro para seu próprio prazer, além de se relacionar com a mulher de modo utensiliário, existe um menosprezo do abusador que usa o outro como um objeto em vez de se relacionar com uma pessoa; o outro não é um sujeito. O elemento perverso presente no abuso implica necessariamente uma relação de poder (Racamier, 2012), (Defontaine, 2023).

O núcleo perverso confere uma insensibilidade em relação àquilo que afeta o outro, há a negação da própria responsabilidade, principalmente num contexto social que permite que as mulheres sejam maltratadas. Um comportamento que se estende às relações da masculinidade com o feminino no contexto afetivo e amoroso. A manipulação é o modo pelo qual os homens responsabilizam as mulheres por tudo que não está bem. "O que importa é que a vítima pareça responsável pelo que acontece... aquele que reage à provocação aparece como o responsável pela crise" (Hirigoyen, 2014, p. 136-137). Nesse contexto, muitas mulheres que reagem aos maus-tratos são chamadas de louca e se retraem, pois resistir ao domínio é expor-se ao ódio. O desmentido dessa violência atua como perpetuador do trauma que se hospeda naquele que o sofre como um residente permanente.

Através da noção de perversão narcísica, que não se traduz como estrutura perversa, mas como um modo de se relacionar perverso, Racamier (2012), afirma que a perversão narcísica está longe de ser uma questão individual, mas trata-se de uma questão coletiva. Da mesma forma está longe de ser uma questão intrapsíquica, mas uma questão altamente interativa, pois diz respeito a um movimento direcionado ao outro, de modo a não cessar de servir-se dele. O objeto é esvaziado. O narcisismo do agressor torna-se perverso pela dominação e invasão do psiquismo do outro, pela predação, intimidação e difamação, o perverso visa sempre desqualificar o ego do outro, na esperança de aliviar e de valorizar o seu (Racamier, 2012).

Apesar da brutalidade da violência física, o teor da violência psicológica adquire magnitude, pois se inicia nas microviolências, não no sentido de serem pequenas ou sem importância, mas por serem agressões de baixo impacto exercidas de forma continuada. Conforme Sluzki (1994) menciona uma violência contumaz e de baixa intensidade operando uma espécie de anestesia psíquica naquele que parece vir a se habituar a ser subjugado de modo a gerar uma adaptação à violência. Racamier (2012) sublinha que, nesse contexto, o objeto não é recusado em sua existência, mas em sua importância. O autor evidencia a dinâmica relacional patológica, na qual identifica uma disfunção operada fundamentalmente

no âmbito das interações relacionais.

A violência da masculinidade hegemônica se dá mediante a subjugação de mulheres, crianças e das masculinidades de não dominação, devido à necessidade de afirmação narcísica inextinguível. Os relacionamentos não estão ancorados em construções afetivas, mas têm base utilitária. Eiguer (1995) esclarece que o jogo de poder exercido sobre o outro funciona como sustentação e preenchimento do próprio narcisismo do sujeito. No âmbito das interações relacionais, o relacionamento só é viável com objetos que se prestam a desempenhar papéis secundários, uma marionete a serviço dos caprichos masculinos.

Em anuência com as ponderações de Zanello (2015) reitero que a misoginia se constitui como núcleo perverso do patriarcado que se materializa por meio das diversas formas de opressão, omissão, menosprezo, discursos de ódio, discriminação à condição de mulher e manutenção de leis que reduzem a autonomia feminina e promovem a desigualdade de gênero, no sentido de favorecer os homens. Nesse contexto de privilégio, a violência de gênero é tornada não problemática, devido a um trabalho incessante de inculcação e incorporação da normalização da dominação masculina.

O desafio dos homens consiste em seu engajamento na desconstrução do culto ao poder e na cura da necessidade de subjugar. Sendo preciso, antes de tudo, admitir que o modo como a masculinidade se subjetiva é doentio. Não existe masculinidade que não seja atravessada pela ideia falaciosa da superioridade masculina, pois a socialização dos homens é um fenômeno coletivo. Não há possibilidade de desconstrução absoluta, principalmente quando todos os homens se beneficiam de um sistema engendrado por eles e para eles: o patriarcado. Não reconhecer tal premissa é negar-se a realizar mudanças genuínas. O empenho em libertar as mulheres da dominação terá êxito apenas com o mesmo empenho em paralelo no sentido de igualmente libertar os homens das estruturas que fomentam a dominação masculina, e que mantêm os homens nessa posição subjetiva grandiosa por meio de pedagogias que reforçam a dominação no sistema patriarcal e visam mascarar o domínio de modo a alterar o psiquismo do dominado.

2.2 Garotos de bem: uma ilustração

Podemos ser homens sem fazer o mal?

John Stoltenberg

O filme *Garotos de bem*, dirigido por Stefano Mordini, é baseado em fatos reais e apresenta um crime hediondo ocorrido em Roma, no ano de 1975, que traz elementos que

expõem como os homens se subjetivam nos grupos da masculinidade, o que a autora Zanello (2018) denomina “A Casa dos Homens”. Kimmel (2016, p. 221) sublinha que “a masculinidade pode ser definida como uma coleção variável e constante de significados que os homens constroem consigo mesmos, com outros homens e com o mundo”. Essa história põe em evidência a necessidade constante de a masculinidade ser provada perante outros homens, no sentido de ter comprovada sua antifeminilidade. “As mulheres devem ser desejadas, mas nunca se deve desejar ser igual a elas” (Zanello, 2018, p. 221).

Três alunos de uma escola católica, exclusiva para meninos de famílias ricas, cometem um crime bárbaro que estarrece a comunidade. Dois rapazes convidam duas moças para assistir a um filme, mas desvirtuam o convite na porta do cinema convidando-as para contemplar o pôr do sol na casa de um terceiro amigo. Chegando ao local, as duas jovens são mantidas na casa sob a mira de uma arma de fogo. Além de serem ameaçadas, são repetidas vezes estupradas sob golpes e tortura psicológica. O ritual violento culmina na morte de uma das adolescentes. Após a destruição de seus corpos, abuso sexual e psicológico continuado, as jovens são envolvidas em plástico e jogadas na mala do carro para descarte no dia seguinte.

> Práticas como, por exemplo, os estupros coletivos praticados por bandos de adolescentes – variante desclassificada da visita coletiva ao bordel, tão presente na memória dos adolescentes burgueses - têm por finalidade pôr os que estão sendo testados em situação de afirmar diante dos demais sua virilidade pela verdade de sua violência, isto é, fora de todas as ternuras e todos os enternecimentos desvirilizantes do amor, e elas manifestam de maneira ostensiva a heteronomia de todas as afirmações da virilidade, sua dependência com relação ao julgamento do grupo viril (Bourdieu, 2019, p. 90-91).

Os gritos da vítima sobrevivente foram ouvidos pela polícia que fazia a ronda noturna. A jovem pernoitou na mala do carro estacionado na rua, uma vez que os agressores supunham que ambas estavam mortas. Ser violento com as mulheres é um exercício de masculinidade (Jablonka, 2021). “O privilégio masculino impõe a todo homem o dever de afirmar sua virilidade, entendida como capacidade reprodutiva sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência” (Bourdieu, 2019, p. 88). O campo da sexualidade se mantém como um dos pontos fundamentais de expressão de dominação, de afirmação masculina, bem como formação do homem viril e de construção de sua identidade (Zanello, 2018).

A ideia fantasística dos homens sobre masculinidade não pode ser dissociada da violência e da subjugação, a forma com que os homens se sentem um ser real. Como classe, os

homens nunca se sentem mais reais do que quando seus pênis estão eretos e penetrando — e nunca se sentem menos reais do que quando seus pênis estão flácidos (Stoltenberg, 2016).

O elemento perverso presente no abuso implica necessariamente uma relação de poder que comporta uma ascendência, um domínio que se sustenta sob a ascendência do abusador sobre o abusado. Racamier (2012) afirma que essa modalidade de relação perversa se baseia na recusa da autonomia do objeto – um aspecto do funcionamento da mente que se inscreve como transtorno no modo relacional. A masculinidade hegemônica não pode se ver confrontada com a ameaça de castração.

Na fala de um dos agressores, que faz o narrador no início do filme *Garotos de bem* (Mordini, 2021, 03:25 a 4:48 min), estão presentes aspectos de como os meninos foram socializados naquela sociedade: "Essa história dizia respeito a todo nós. Nossa educação, nosso bairro, nossa escola. As meninas não eram aceitas. Éramos todos meninos criados em um bairro residencial de Roma. Filhinhos de papai". Hirigoyen (2006, p. 124) pontua que "os comportamentos violentos são adquiridos por observação dos outros e se mantêm quando são valorizados socialmente".

Nos primeiros minutos do filme, testemunhamos um *bullying*, cena em que um aluno é torturado por seus colegas nas dependências da instituição educacional, violência que fazia parte da rotina escolar. "Em 1975, a violência era comum", confessa o narrador. Mais adiante, as regras da masculinidade hegemônica são expostas: "Dominar para não ser dominado". Na cena do *bullying*, o rapaz é chicoteado e humilhado pelo grupo. O exercício da masculinidade se dá ao exercer controle sobre os corpos que eles depreciam. O jovem atacado representava o rapaz emasculado, representante das masculinidades de não dominação que estão na mira do patriarcado. "Garotos são com frequência sujeitados a abusos quando seu comportamento não está em conformidade com noções sexistas de masculinidade" (hooks, 2022, p. 113).

Outro ponto a destacar na narrativa é que, na sociedade patriarcal, a família é o núcleo das patologias. "Quando um homem é educado por um pai violento, sua organização psíquica é modificada, e o recurso à violência passará a fazer parte de seu modo de viver" (Hirigoyen, 2006, p. 124). O menino irá adquirir o hábito de reagir com violência todas as vezes que sentir necessidade de aliviar suas tensões internas ou se valorizar. O pai de um dos agressores oferece uma doação para que o filho não receba a sanção. Porém, se os atos violentos não receberem sanções, não haverá razão para que não voltem a acontecer. Pelo comportamento do pai do menino, percebe-se que ele desconsidera o episódio de tortura atuado por seu filho. O que se apreende na dinâmica relacional dessa família é que ela se sustenta na negação da alteridade. O rapaz é repreendido por envergonhar o pai, não pela conduta agressora, mas por

ter sido pego, por sua inabilidade social de sair ileso. O pai o pune fisicamente por ter maculado sua imagem narcísica. O núcleo perverso da masculinidade hegemônica é "a incapacidade de considerar os outros como seres humanos" (Hirigoyen, 2014, p. 14). Trata-se de um ego sem preocupação e sem culpa.

À noite, os jovens se reúnem para beber e celebrar os atos de violência como exposição da virilidade. Rituais que fabricam o masculino. "O aprendizado masculino também é coletivo e público, através de ritos de passagem em que os códigos de gênero são transmitidos aos jovens. A iniciação entre os homens é um dos grandes princípios da masculinidade de dominação" (Jablonka, 2021, p. 89).

A experiência de como ser homem está permeada pelo medo da entrega e da exposição da afetividade. No sentido de não entrar em contato com a vulnerabilidade, o homem precisa dominar. "A ideia de dominação, não apenas de mulheres, mas de outros sujeitos sociais, considerados como pertencendo a hierarquias inferiores" (Zanello, 2018, p. 178) o que pode mudar em importância ou significado a depender do momento histórico.

Bourdieu (2019) menciona que, para a masculinidade, o amor é percebido como desvirilizante: o medo de perder a estima ou a consideração do grupo se deve ao temor de cair na categoria de "fracos" ou "delicados", gerando pânico de ser excluído do universo dos homens. O medo da feminilidade ou do "afeminar-se" se refere ao medo da própria fragilidade. A masculinidade hegemônica se constitui no delírio de invulnerabilidade. Privilegiando ter sua virilidade validada por outros homens, a masculinidade não consegue construir um território de intimidade com o feminino. Segundo Winnicott (2021a), a saúde mental estaria relacionada à confiabilidade ambiental. Desse modo, a saúde mental das mulheres está comprometida de forma permanente, uma vez que, não existindo a igualdade de gênero, não pode haver segurança emocional e bem-estar psíquico. Ainda que nosso contexto se dê no âmbito relacional entre gêneros, tal violência pode ocorrer dentro do próprio gênero feminino.

O desmantelamento do patriarcado implica desmontar a masculinidade adoecida, que nega a vulnerabilidade em si e projeta o que é frágil e vulnerável no outro. Winnicott (2020) aborda o ódio ao feminino ancorado no medo de dependência da mulher. No início, todas as pessoas foram dependentes de uma mulher e, mais tarde, mais ou menos dependentes. Homens e mulheres: "ambos em alguma época dependeram da mulher, e de alguma forma o ódio dessa situação tem que se transformar numa espécie de gratidão para que a pessoa possa alcançar a maturidade plena" (Winnicott, 2021(a), p. 229). Há um fenômeno denominado Mulher, que é a mãe não reconhecida dos primeiros estágios de vida de todo homem e de toda mulher. "O

medo da mulher se transforma em medo de reconhecer a dependência" (Winnicott, 2021(a), p. 148).

2.3 A dominação e subjugação dos corpos femininos como linguagem erótica

> Ama-me, mesmo sabendo que eu faço tudo para não ser amado e para destruir-te (Dorey, 1981, p. 128)

Proponho pensarmos em que momento o menino se insere na confraria dos homens que odeiam as mulheres, amando somente o que delas podem extrair: cuidados ou sexo. Há um destino social endereçado às mulheres baseado em marcadores sociais, ou seja, como os homens classificam seus corpos ou seu clã. Referenciando Freud (1912/2017) na obra *Sobre a mais comum depreciação da vida amorosa*, os corpos do objeto eleito, objeto qualificado para a procriação e matrimônio, estariam ligados no inconsciente aos objetos incestuosos, a mãe e a irmã, e que ao mesmo tempo podem estar atrelados ao prestígio e privilégio concedidos ao vínculo por união a determinadas famílias que podem torná-lo socialmente apreciado – discussão apresentada por Bourdieu (2019) na qual a mulher pode ser tratada como objeto na economia dos bens simbólicos. A mulher enquanto capital simbólico pode lançar o homem que a desposa numa posição social de prestígio ao inseri-lo em seu clã. Em contrapartida, o grupo de mulheres destinadas a exercer atividades produtivas, condenadas a permanecer na obscuridade do trabalho monótono e da servidão, não podem conceder alianças através das quais os homens ascendam socialmente. Adicionalmente, seriam os corpos do objeto considerado pela masculinidade hegemônica, como sexualmente depreciados, corpos que o homem julga inferior e cujo menosprezo aumenta a potência sexual. Freud (1912/2017, p. 352-353) anuncia que a vida amorosa dos homens fica fendida em duas direções, "quando amam não desejam, quando desejam não podem amam". A fim de manter sua sensualidade aumentada buscam objetos que não podem amar, pois subjugar os corpos seria o que intensifica a potência sexual masculina (Stoltenberg, 2016).

Na obra os *Três ensaios da sexualidade*, Freud (1905/2006) faz referência à dimensão de domínio presente no masculino através da ideia de inclinação a subjugar, o que é próprio do sujeito sádico, ou seja, quando a satisfação sexual é exclusivamente condicionada pela sujeição e pelos maus-tratos dirigidos ao outro. Desse modo, o sadismo seria um componente agressivo autonomizado e exagerado da pulsão de morte. Freud (1905/2006, p.146) destaca a "necessidade de vencer a resistência do objeto sexual", de outra maneira que não o ato de

cortejar, como componente da sexualidade da maioria dos varões que exibe uma mescla de agressão e de inclinação a subjugar.

A submissão aparente das mulheres se dá devido ao fato de terem ficado condicionadas aos maus-tratos a que foram postas sob opressão, a estratégia de adaptação visa a sobrevivência. Ao ser posta de forma continuada "em um estado de extrema impotência, do qual não tem saída, defesas específicas se erguem nela e pode desenvolver-se um sentimento de identificação com o agressor" (Hirigoyen, 2006, p. 102). É recorrente o comportamento de mulheres que defendem os homens que as maltratam e voltam para seus agressores adaptando-se ao modelo mental de seu parceiro. Perdem a noção do que é bom ou mau, justo ou injusto. Isso se dá devido à dinâmica relacional que a masculinidade exerce no primeiro tempo do relacionamento, se utilizando da sedução narcísica, momento em que o relacionamento parece suprir todos os hiatos afetivos, mediante uma nuvem de cuidados, atenções e afetos que logo se dissipa. Em seguida, o agressor inicia o processo de rebaixamento e desvalorização da vítima para, no terceiro ato do relacionamento, torná-la esvaziada de seu eu.

Imersas em uma construção social enrijecida nos moldes do patriarcado, as mulheres permaneceram adormecidas psiquicamente, desamparadas diante do projeto continuado de dominação masculina que se consolida mediante a violência simbólica.

> A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural... (Bourdieu, 2019, p. 64).

O pensamento patriarcal é uma espécie de letramento incutido na mulher desde idade precoce lançando-a no lugar inarredável da renúncia e da servidão, programadas para privilegiar o cuidado com o outro, de maneira que se enquadrem no padrão de feminino apreciável. As mulheres foram socializadas ao longo dos tempos para acreditar que devem se disponibilizar integralmente aos cuidados do homem e dos filhos, sustentando com sua força de trabalho um lar que torne a vida mais fácil para o homem no espaço público. As relações sexuais sempre foram percebidas como obrigações conjugais, independentemente do tratamento recebido do parceiro. Por outro lado, ao ser recusado sexualmente pelo objeto, o homem se vê confrontado com o sentimento de rejeição e sua violência pode se intensificar. O domínio e subjugação violenta do objeto se apresentam como resposta ao sentimento de desvalor de si.

> O domínio e uso da vítima não implicam primariamente uma busca de prazer sexual, mas a afirmação de onipotência narcísica com o intuito de combater qualquer ressurgimento repentino de uma angústia de passivação aterrorizante vivenciada nos primórdios da vida psíquica... (Serfaty, 2024, p. 42).

O ponto exato que buscamos salientar está na frequência com que homens que circulam em espaços que frequentamos, sob a pele de "bons rapazes", podem incorrer em comportamentos naturalizados de violência contra a mulher.

No contexto da cultura ocidental, a masculinidade fabricou uma imagem ideal de si onipotente, fundada no delírio de invulnerabilidade. Embora possamos dizer que a masculinidade hegemônica se distingue de outras masculinidades, existe uma série de expectativas e papéis que os homens desejam corresponder para validar seu lugar no topo dessa hierarquia. Quanto mais próximos do cume da pirâmide hierárquica da masculinidade, mais tóxicos e machistas tais homens se revelam. A confraria machista demanda comportamentos que validem sua posição reverenciada no grupo (Zanello, 2018).

No sentido de pensar o centro da questão em relação aos numerosos casos de abuso e violência sexual contra mulheres e crianças, nos reportamos à obra de Bourdieu (2019) que apresenta o ato sexual como fundador da relação de dominação masculina articulado ao texto mítico de Gênesis. Destacamos uma ponderação crítica de Mathieu (2014) ao mencionar a frequência com que Bourdieu se refere ao pensamento e aos ritos míticos se deslocando para o inconsciente social, privilegiando este como mecanismo principal de dominação. Contudo, "mitos e ritos não se enquadram apenas no inconsciente. Eles frequentemente incluem discursos e práticas claramente enunciados sobre a necessária desigualdade entre os sexos e a obrigação de obediência das mulheres" (Mathieu, 2014, p. 71). A autora destaca como o termo "condição feminina" aparece ao menos sete vezes no texto de Bourdieu, termo que desapareceu voluntariamente da literatura feminista há séculos, pelo motivo de não se deixarem confinar a uma categoria de "mulheres", incorrendo no equívoco de defender um particularismo falso. A mulher é um objeto/sujeito invisível, e não um fechamento em uma categoria ou expressão globalizante. Uma crítica adicional apresentada por Mathieu (2014) diz respeito ao conceito de violência simbólica já mencionado anteriormente, no qual Bourdieu distorce e caricatura o pensamento dos movimentos feministas ao afirmar de várias formas que não há conspiração intencional por parte dos homens, insistindo na incorporação inconsciente por ambos os sexos dos esquemas inconscientes de dominação masculina. Cultivar o pensamento de que as mulheres aderem a essa modalidade de violência, assim como os homens, leva a efeitos de simetrização das duas categorias, levando à sugestão de que as mulheres exercem sua opressão tanto quanto os homens exercem a dominação, mas

inconscientemente. De acordo com Mathieu (2014), o modo como o autor aborda a forma incorporada da relação de dominação faz com que essa relação pareça natural.

Ao focar exclusivamente na internalização da dominação pode-se negligenciar a dimensão da exploração e da violência vivida pelas mulheres, reduzindo a complexidade da dominação masculina a uma questão de internalização de normas e disposições. Em outras palavras, Mathieu (2014) questiona se essa internalização é suficiente para explicar a persistência da dominação e se o autor não estaria negligenciando a dimensão da exploração e violência vivida pelas mulheres na análise da dominação masculina.

Não obstante o ponto de tensão entre os supracitados autores, propomos como objeto de discussão, no próximo subcapítulo, pensar as pedagogias que reforçam a construção do feminino patriarcal nas mulheres através de um texto bíblico que se constitui como referência literária e texto formador da nossa mentalidade ocidental, através de alegorias que constroem nossas narrativas de referência, legitimando a relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres por intermédio de um ideal de feminilidade ancorado na submissão. Sendo o primeiro livro impresso e disseminado, a pedagogia bíblica ganhou amplitude ao apresentar em sua narrativa interpretações que fomentam a subjugação da mulher como um mandamento impetrado por um Criador. Diante da figura simbólica de um Deus que criou o universo, referência máxima de poder que estabeleceu a “ordem do mundo”, a dominação masculina torna-se, desse modo, um projeto indefectível realizado mediante o trabalho incessante que objetiva a eternização do sistema patriarcal.

O livro de Gênesis apresenta um código de defesa do patriarcado propagando as experiências e valores simbólicos que lançam a mulher no lugar da maldição, daquela que traz o mal ao mundo. A história mítica da criação introjeta o ódio ao feminino, na qual a primeira mulher é demonizada devido à sua erotização e a segunda mulher foi lançada ao servilismo como punição à desobediência. Nos dois cenários, a mulher é obrigada a renunciar a seu desejo, sua autonomia é recebida como transgressão imperdoável. Desse modo, o livro fundador da civilização ocidental é inaugural na instauração da aversão ao feminino maculando o protagonismo da mulher, concedendo à primeira o *status* de demônio e à segunda a responsabilização de ruptura do equilíbrio.

2.4 A primeira mulher: a erotização feminina como anátema

Nesse ensaio trago como objeto de discussão a bíblia como um marco civilizatório e texto formador da nossa mentalidade ocidental, através de alegorias que constroem nossas

narrativas de referência, legitimando a relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, posto que, o ideal de feminilidade cunhado pela masculinidade opressora está ancorado na submissão. Sendo o primeiro livro impresso e disseminado, a naturalização da violência é validada através de interpretações que colocam a subjugação da mulher como um mandamento impetrado por um Criador que estabelece a "ordem do mundo", tornando-se, desse modo, um projeto indefectível e continuado do sistema patriarcal. O livro de Gênesis aporta as modalidades das experiências e valores simbólicos que lançam a mulher no lugar da maldição, daquela que traz o mal ao mundo. A história mítica da criação inocula o ódio ao feminino, na qual a primeira mulher é demonizada devido à sua erotização e a segunda mulher foi lançada ao servilismo como punição à desobediência. Nos dois cenários, a mulher é obrigada a renunciar a seu desejo, sua autonomia é recebida como transgressão imperdoável. Desse modo, o livro fundador da civilização ocidental inaugura oficialmente a instauração da aversão ao feminino maculando o protagonismo da mulher, concedendo à primeira o *status* de demônio e à segunda a responsabilização de ruptura do equilíbrio.

O texto de Gênesis, da forma como é apresentado no ocidente, se constitui como pedagogia do heteropatriarcado, uma mitologia androcêntrica. A mitologia bíblica da cultura ocidental intenciona ocultar a história de Lilith, a primeira mulher, aquela que não é uma parte do homem, mas uma criação independente. A mulher que não foi retirada de sua costela, que foi criada do mesmo pó que o homem na condição de paridade de gênero, segundo o que nos é apresentado no enigma: "E criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; macho e fêmea criou-os" (Gênesis, 1: 27, p. 3). No livro do Esplendor, Zohar, o primeiro homem era macho e fêmea concomitantemente. No sentido psíquico, a estrutura afetiva e sexual do homem incluía o aspecto feminino, e por isso foi dito "macho e fêmea os criou". Prosseguindo nessa alegoria do texto bíblico: 'E viu Deus tudo o que fez e eis que era muito bom; e foi tarde e foi manhã, o sexto dia" (Gênesis, 1: 31, p. 4).

A primeira mulher era sensualizada e insubmissa, a mulher erotizada que perturbava o homem quando eles se uniam na carne. Lilith perguntava a Adão "Por que devo deitar-me embaixo de ti? Por que devo abrir-me sob teu corpo? Por que ser dominada por você? Contudo eu também fui feita de pó e por isso sou tua igual" (Sicuteri, 1985, p. 35). Lilith pede para inverter as posições sexuais com o intuito de estabelecer uma paridade, "uma harmonia que deve significar a igualdade entre os dois corpos e as duas almas" (Sicuteri, 1985, p. 35) ao que Adão responde com recusa, ele deve estar simbolicamente "por cima". A posição amorosa na qual a mulher se põe sobre o homem é condenada. Todavia, Lilith não se admitiu inferior, rejeitando tal imposição. A partir daí, temos a perda da unidade e conexão dos dois sexos na

pessoa única do homem, quando se impõe que a mulher deve ser reprimida e comprimida sob a autoridade do macho. Diante da insubmissão e tentativa de reconquistar sua paridade, Lilith é apontada não mais como mulher, mas como um demônio: o produto simbólico da remoção patriarcal.

A primeira mulher sofre a agressão brutal do silenciamento, a violência no registro da indiferença, na qual suas necessidades não são consideradas. Lilith é ignorada em sua proposta de paridade e obrigada a aceitar a supremacia do desejo masculino que se constitui na via única do próprio prazer. Assim, ela renuncia ao relacionamento quando se opõe ao lugar da subjugação.

No texto bíblico, identificamos uma pedagogia que vai ao encontro do pensamento de Bourdieu (2019, p. 64) que destaca o homem como dominador cunhado na bolha do privilégio absoluto, "os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais". A naturalização da violência é validada na alegoria bíblica. O ato sexual pode ser pensado em função do princípio do primado da masculinidade, em que a posição considerada normal é aquela em que o homem "fica por cima". A primeira mulher, insubmissa, opõe-se à segunda mulher, domesticada, a reparadora do narcisismo masculino, criada por exigência do homem e em conformidade com a hierarquia fundamental da ordem social e da ordem cósmica, lugar da dominação legítima do princípio masculino sobre o princípio feminino. "O ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de posse" (Bourdieu, 2019, p. 40). No contexto da alegoria apresentada, ao inverter a posição, é a mulher que o domina e o diminui em sua virilidade. Nesse sentido, é possível constatar a distância entre as expectativas prováveis dos homens e das mulheres no que tange a sexualidade. A dificuldade em produzir intimidade do masculino, se contrapõe à diferença das mulheres, que estão socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e intensamente carregada de afetividade, o que de acordo com Bourdieu (2019):

> não inclui necessariamente a penetração, mas que pode incluir um amplo leque de atividades como: falar, tocar, acariciar, abraçar etc. Os homens tendem a compartimentar a sexualidade, concebida como um ato agressivo, e sobretudo, físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo (Bourdieu, 2019, p. 40-41).

Para o autor, o gozo do masculino consiste em dominar no sentido de submeter ao seu poder, trata-se do poder de fazer gozar o feminino. Os homens esperam o orgasmo feminino como uma prova de sua virilidade e do gozo garantido por meio da submissão. Assim, o desejo

masculino é construído como desejo de posse e de dominação erotizada, enquanto o desejo feminino é concebido como erotização subordinada (Bourdieu, 2019). Desse modo se estabelece a díade sexualidade-poder, por meio da construção simbólica que legitima a relação de dominação masculina outorgada pela boca do Criador, que fora, inversamente, criado pela sua criatura, o homem criou Deus à sua própria imagem, imagem de onipotência e delírio de invulnerabilidade.

2.5 A segunda mulher: Eva como ideal de feminino exaltado pelo patriarcado

No sétimo dia, após a recusa definitiva de Lilith retornar a Adão, Deus disse:

> Não é bom que esteja o homem só... E fez o Eterno Deus cair um sono pesado sobre o homem e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas e fechou com carne o seu lugar. E fez o Eterno Deus da costela que tinha tomado do homem, uma mulher, e a trouxe ao homem (Gênesis 2,21-22, p. 6).

Nesse segundo momento é retirada uma costela de Adão, é removido seu aspecto feminino que ao final do sexto dia Deus viu "que era muito bom". A partir dessa alegoria, o macho vive suas relações amorosas em alienação afetiva. O homem atribui a vulnerabilidade como algo externo a si, projetando e atribuindo ao feminino tudo o que é frágil em si mesmo, lançando a mulher forçosamente, no lugar da passividade. O outro não é mais reconhecido como outro em si mesmo, mas se torna essa parte negativa de si sobre a qual projeta suas imperfeições. Ao forjar sua virilidade despoja-se de tudo aquilo que poderia restar de feminino em si próprio. A partir desse ponto, se estabelece a relação de dominação que está na base da divisão socialmente construída entre os sexos. Assim, é criada uma "ordem natural das coisas", como um destino inescapável adesivado à experiência do viver na pele do masculino e do feminino que afeta a forma como se apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, que ganham reconhecimento incontestável e legitimação. A postura submissa imposta à mulher forja a feminilidade de acordo com os moldes da mulher idealizada pelo patriarcado. Através da arte de fazer-se pequena, a mulher deve corresponder a uma estética do feminino: a docilidade, a tolerância excessiva, a postura ao caminhar e sentar-se, a maneira de baixar os olhos e a cabeça, mostrar-se amável e compreensiva, baixar o tom de voz. Em troca de amor, a mulher se submete à domesticação. O amor, em nossa cultura, se apresenta como a forma mais potente e invisibilizada de apropriação e desempoderamento das mulheres (Zanello, 2018).

Considerando tal configuração, a mulher é amada pelo que ela faz, e não pelo que ela é. Nesse ponto do texto bíblico constatamos que foi a primeira mulher quem ouviu a proibição de

comer o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Eva (Chava) não estava presente durante a menção do decreto do Criador. Então, a primeira mulher, retratada como uma serpente, o símbolo da razão, da dúvida e da coragem de questionar; retorna e oferece o fruto proibido revelando a Eva que seus olhos se abririam e ela conheceria o bem e o mal, assim como Deus. Um chamado a despertar para a condição de submissão que Eva seria lançada, um alerta a subverter a relação de dominação e escapar ao destino de seu apagamento como condição para ser amada. Contudo, no paraíso bíblico o conhecimento é pecado, as mulheres devem permanecer em ignorância se quiserem fazer parte dele; pensar por conta própria é uma ameaça aos homens, mulheres devem obedecer.

Na cultura patriarcal é introduzida a figura da mulher insubmissa como a representação do mal, a rivalidade feminina seria inata nas mulheres, como se Lilith invejasse o lugar "privilegiado" de Eva, o lugar de submissão. E, assim, no construto patriarcal, foi fabricada uma inimizade entre as duas mulheres e seus descendentes. "E inimizade porei entre ti e a mulher, e entre a tua semente e entre a sua semente; ela te ferirá a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar" (Gênesis, 3,15, p. 8). O patriarcado estimula a rivalidade feminina e enaltece o lugar da mulher ideal como o posto da servidão. Os conceitos de sororidade e dororidade nunca foram tão urgentes ao despertar feminino que Lilith convoca. A ligação entre mulheres não é possível dentro do patriarcado, pois o feminino é socializado para competir pela aprovação masculina. "A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma" (hooks, 2022, p. 36). Adicionalmente, cabe pontuar o conceito de dororidade de Piedade (2017) como o sofrimento da mulher negra embasado na opressão de raça, que além do machismo necessita dar conta do enfrentamento da violência do racismo.

À Lilith, representante simbólico da mulher insubmissa e desperta é destinada a retirada do afeto. A violência simbólica é exercida como mecanismo de domesticação das mulheres, que ativa o dispositivo da culpa por meio do silêncio hostil e embotamento emocional causado pelo distanciamento afetivo. Tal violência não é percebida como ataque direto por se encontrar no registro da indiferença, mas repercute no psiquismo da mulher como um desencontro afetivo brutal. A remoção do diálogo, frequente no comportamento masculino, é um modo de esquivar-se de sua parcela de responsabilidade no conflito instalado. Nada é nomeado, tudo fica subentendido. O blecaute de informações reais é essencial para reduzir a mulher à impotência (Hirigoyen, 2014). "Não há comunicação direta porque não se discute com coisas" (Hirigoyen, 2014, p. 112).

Por outro lado, a desobediência masculina evidenciada na ausência de comprometimento com seu Deus é tamponada; mesmo após ter ouvido da boca do próprio Criador a proibição de comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, o homem acusa a mulher e se isenta de responsabilidade, “a mulher que deste para mim, deu-me da árvore e comi” (Gênesis, 3, 12, p. 8). Conforme presenciamos de forma recorrente ainda nos tempos atuais, a dificuldade em reconhecer-se responsável pelos próprios atos é uma peculiaridade habitual na masculinidade no que se refere aos relacionamentos, prevalecendo a precariedade no que diz respeito à responsabilidade emocional. A mulher foi responsabilizada, sem sequer estar presente no momento da pronunciação divina. Alienação e embotamento da identidade é o preço pago pelas mulheres para estar numa relação amorosa, “O amor como dominação aceita” (Bourdieu, 2019, p. 178).

O corpo da fêmea é disponibilizado ao homem, a ela é destinado o papel de procriadora e objeto de desejo “Multiplicarei teu sofrer e tua concepção; com dor darás à luz filhos; e para teu marido será o teu desejo e ele dominará em ti” (Gênesis, 3, 16, p. 8). Na mulher é inculcada a ideia de que é seu dever satisfazer o desejo do homem, de forma que foram desencorajadas na investigação do próprio prazer, mediante a concepção ocidental de pecado original. Interpretação que não encontra ressonância no texto original, no qual Chava significa “vida”, “mãe de todo vivente”, em oposição à construção da exegese ocidental considerando Eve (Eva) relacionada a Evil, o “mal”. Nesse mesmo contexto, a palavra Adam não se refere na cultura de origem oriental a um nome masculino, mas significa “pessoa”. Adam Errad foi a “primeira pessoa” da criação. Contudo, no ocidente a masculinização do nome retrata a monopolização do sagrado, como um projeto de poder arquitetado pelo patriarcado.

A partir do acerto de contas com o divino, o desejo feminino deveria restringir-se à submissão ao prazer do macho. Ao homem, Deus estabeleceu “com o suor de teu rosto comerás pão; até teu voltar para a terra, pois dela foste tomado; porquanto tu és pó, e ao pó hás de tornar” (Gênesis, 3, 19, p. 9). A punição do homem não recai sobre seu próprio ser, mas a terra torna-se maldita devido à sua desobediência; seu corpo não está em jogo. A maldição é algo externo a si. De modo que ao situar-se no topo da hierarquia de gênero poderá subjugar outros corpos para que seu trabalho seja executado por terceiros.

“A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, divisão bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, ...” (Bourdieu, 2019, p. 24). As relações de poder se expressam nessas oposições fundadoras da ordem simbólica. As alegorias das histórias míticas mitigam a violência exercida contra a mulher através de uma determinação

espiritual que tenta desculpar os homens pelas variadas modalidades de violência e negligência. Podemos, portanto, constatar através dessas narrativas o componente simbólico da desobediência da mulher como imperativo da sobrevivência psíquica feminina. Conforme nos aponta Lilith – e reforçado nas ponderações de Jablonka (2021) – feminismo é insubordinação.

"O feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão" (hooks, 2022, p. 13) não se trata de um movimento de mulheres contra os homens. Pensando as interseccionalidades, faz-se necessário realizar ajustes às releituras das modalidades de opressão considerando as diferentes experiências do viver na pele do feminino. Conforme Lugones (2014) destaca, os marcadores sociais de raça, etnia, classe social e orientação sexual conferem diferentes contornos ao lugar de sofrimento e subjugação das mulheres. Sublinhando que as mulheres que gozam os privilégios branco-burgueses, sem dúvida, não representam uma unidade na opressão, pontuamos a existência de uma maioria racializada: as mulheres negras, indígenas, imigrantes, não-heteronormativas e não brancas que estariam excluídas da categoria de objeto eleito de procriação e constituição da prole branca. Corpos destinados à força de trabalho, ao abuso e ao estupro. Faz-se necessário evidenciar que a concepção do feminismo como algo universal unificador se desfaz mediante a consideração das mulheres provenientes de grupos subalternizados ou sub-representados (Lugones, 2014).

Considerando as diferentes opressões vividas na pele do feminino, se posicionar nas trincheiras da revolução do desmantelamento do patriarcado demanda pensarmos a sororidade e a dororidade como remoção do elemento patriarcal que definiu a rivalidade entre mulheres tendo como efeito a fragmentação de forças, para que seus corpos pudessem ser subjugados de acordo com sua utilização. No que se refere à religião, da forma como se apresenta, esta seria uma pedagogia que está a serviço da construção do pensamento patriarcal. Desse modo, nascer em um corpo biológico feminino significa subalternidade em uma cultura falocêntrica, mulheres estarão prisioneiras de determinados papéis e funções de cuidado para que os homens floresçam em suas carreiras e projetos existenciais. As doutrinas religiosas impregnam desde cedo meninas com a lógica patriarcal da servidão e subjugação como virtudes do feminino qualificado e honrado, um berçário de prisioneiras da aprovação masculina. Em anuência com hooks (2022, p. 113) defendemos que "não é possível haver uma verdadeira transformação feminista em nossa cultura sem a transformação das crenças religiosas".

A expulsão do *Gan Éden* (Jardim do Éden) não foi uma retaliação ou ausência de perdão. Não houve falhas, a desobediência era esperada e fazia parte dos planos. Diante do interdito de comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal estava garantida a desobediência. Não houve pecado na relação sexual, O homem e Lilith já se relacionavam

sexualmente no *Gan Éden*. Não foi a desobediência o motivo pelo qual o homem e sua segunda mulher foram expulsos, mas o fato de não assumirem responsabilidade diante da interrogação se haviam ou não comido do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Negar a própria responsabilidade foi o pecado. Não há menção da expulsão da primeira mulher do Jardim do Éden na bíblia canônica. Lilith não negou sua responsabilidade, ela é a chama da natureza indomável e rebelde contra as estruturas e aporta o poder criativo das mulheres livres. O patriarcado deforma o significado de mulher livre como um feminino degradado ou sem valor, em vez de pontuar que a verdadeira liberdade representa a força vital e autonomia feminina. A fração Lilith do feminino está relacionada às mulheres que se dedicam à intelectualidade, às ciências, às artes, à política, as que lutam por um lugar de apropriação no mundo, que anseiam pelo sucesso da realização de seus projetos e defendem sua singularidade. A fração Chava (Eva) do feminino refere-se à participação no pacto da Criação juntamente com o Divino trazendo ao mundo através de seus corpos e psiquismo, o exército que compõe a humanidade. O útero é o portal da não existência para a existência. Assim como o bebê é expulso do útero após nove meses, o homem e sua mulher foram expulsos do Jardim do Éden e lançados ao mundo para amadurecer e desenvolver o senso de responsabilidade que lhes faltou. Pensando a composição de femininos híbridos em nosso tempo, em que podemos ser pais e mães de filhos não biológicos e em que nossa intelectualidade não precise ser sacrificada, Lilith e Chava podem coexistir na mulher.

O amadurecimento psíquico é doloroso, da mesma forma que as fases de maturação de um bebê são custosas. A entrada de ar nos pulmões, o funcionamento do aparelho digestivo, as cólicas, a introdução de alimentos sólidos, o incômodo da dentição que irrompe, a sensação de desamparo; esses processos de desenvolvimento e amadurecimento não são perceptíveis como sofrimento para quem cuida. Do mesmo modo “com dor darás à luz filhos” e “no suor do teu rosto comerás o teu pão” dizem respeito aos inúmeros partos de si, de um novo eu, de uma interminável construção de si que incorremos ao chegar ao mundo. O amadurecimento demanda trabalho, perdas, fracassos, colheitas perdidas, até que se aprenda a trabalhar a terra da nossa existência.

As contrações do nascimento que expulsam a criança do ventre começam assim que o casal do Éden prova do fruto do conhecimento do bem e do mal, uma vivência que só seria possível mediante a desobediência. Trago as alegorias bíblicas difundidas no ocidente não como sobreposição de saberes superiores, mas como referências de pedagogias culturais cujas interpretações foram distorcidas e adaptadas por agentes de opressão.

2.6 O cativeiro da cultura

Ao privilegiar o recorte dessa temática na seara da cultura buscamos um ponto de partida, no sentido de compreender como se deu a opressão dos corpos femininos que a todas atravessa levando em consideração as interseccionalidades. Os grupos subalternizados ou sub-representados estariam no psiquismo masculino atravessado pela cultura ocidental, destinados ao lugar da hiperssexualização, corpos das mulheres consideradas abusáveis. Em contrapartida, a mulher branca se encontraria desinvestida eroticamente, idealizada como mãe dessexualizada. A mulher branca ocidental da sociedade moderna fora educada para exercer sua função de reprodução, concedendo ao homem branco a construção de um lar com crianças brancas, que dariam continuidade a seu legado. A mulher escolhida, portadora das qualidades da mãe e da irmã, deveria reproduzir os mesmos cuidados maternos em seu lar, as responsabilidades da alimentação, manutenção da casa e criação dos filhos que eram objetos narcísicos e deveriam corresponder à expectativa de serem uma extensão do sucesso social da família. A menina, reprimida e desencorajada desde cedo em qualquer manifestação sensual, era cerceada pelo olhar dos pais que a educavam para ser obediente tanto no espaço familiar quanto ao homem que a desposasse. Conforme mencionado por Freud (1908/2018) em *Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa*, tal repressão sexual exercida na mulher desde tenra idade não lhe permitia sentir-se liberada para o prazer quando atingisse a fase adulta e consumasse o matrimônio.

A marca e evidência maior da instituição da sociedade patriarcal era a oposição entre os gêneros, conforme salientada por Birman (2016):

> Assim, se a mulher enquanto mãe teria de ser destituída de seu erotismo, já que uma das possibilidades rivalizava agonisticamente com a outra e cada uma delas poderia conduzir a mulher a um destino subjetivo e social oposto, o mesmo não se daria, contudo, com o erotismo masculino. Com efeito, para o homem era perfeitamente reconhecida sua potencialidade desejante ao lado de sua efetividade reprodutiva, de maneira a ser constituída uma real assimetria e até mesmo uma hierarquia entre os sexos (Birman, 2016, p. 71).

As relações amorosas sempre foram desfavoráveis à mulher. Na tessitura da construção do inconsciente masculino se encontra imbricado um construto cultural. Conforme os desdobramentos dos texto freudianos destacam, a virilidade de um homem se traduz em como ele conhece e faz falar o corpo de uma mulher, não em sua ereção. A mulher dispõe de uma sensualização complexa, a partir de erotização cutânea, auditiva e a necessidade de segurança emocional. Uma vez que o prazer feminino foi uma consideração recente das pautas de rodas de conversa masculinas, a investigação da satisfação sexual da mulher foi

durante muito tempo limitada ao estímulo do prazer genital, o modo como o prazer é compreendido para a masculinidade. A virilidade, para o homem, estaria relacionada à quantificação das relações sexuais e ancorada no estabelecimento de uma posição hierárquica frente à mulher, sendo uma de suas consequências possuí-la como objeto e reduzi-la ao nível dos bens, passível de ser contabilizada (Bonfim, 2022).

Devido à repressão sexual das mulheres brancas de classe social privilegiada, estas desconheciam o prazer de seu próprio corpo. Eram incentivadas a repudiar o sexo para que fossem consideradas mulheres respeitadas, tal repressão não era desconstruída após o casamento, pois a frigidez da mulher não era mal recebida, uma vez que em sua ausência ou insuficiência o homem temia que ela cedesse ao cortejo de outros homens (Freud, 1912/2017). Portanto, o sexo não deveria ser prazeroso para que elas não ativassem o desejo. O lar não pode ser erótico. Compreendendo de alguma forma esse acordo psíquico inconsciente, as mulheres privilegiavam a construção de uma família, casamento e filhos e se intimidavam em fazer qualquer exigência por medo da exclusão social. Renunciavam ao prazer devido ao temor de serem lançadas no rol das mulheres não exitosas, o que ocorria quando seu destino se distanciava do que era determinado socialmente: o casamento e a construção de um lar com filhos.

A invenção do romantismo foi a armadilha através da qual o feminino foi capturado. O amor foi vendido como um ideal feminino para lançar a mulher em uma posição de passividade que a alienava, a despersonalizava e a deixava em um lugar único de abertura psíquica para o outro. Lugar de via única em que a afetividade não retornava. Os relatos de mulheres que vivenciaram existir na pele do feminino na sociedade moderna, nos apresentam a versão de uma mulher que se tornara invisível como sujeito dentro de casa, apenas uma peça necessária à manutenção da ordem do lar, do sucesso escolar dos filhos e da disponibilidade para a procriação (Frederici, 2004). A mulher fora anulada em seu prazer e mutilada em suas necessidades emocionais e psíquicas. Frederici (2004) argumenta que a caça às bruxas foi um instrumento para impor novas formas de gênero e controlar a sexualidade feminina. Ao longo de sua obra, *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação priitiva*, a autora oferece uma análise crítica das transformações sociais e econômicas que moldaram as relações amorosas e familiares durante o período de acumulação primitiva, incluindo a mercantilização do corpo feminino.

O lar significava para a mulher um esgotamento físico e psicológico interminável cujo trabalho não era valorizado ou remunerado. Badinter (2011) acentua que os defensores da família tradicional desaprovavam as mães que trabalhavam. Ao mesmo tempo em que a

maternidade era considerada a mais importante realização da mulher, por outro lado era desvalorizada socialmente. As mães em tempo integral eram sub-remuneradas e privadas de identidade. Sem competências profissionais e, por vezes, abandonadas pelo pai da criança se viam sobrecarregadas na criação e sustento dos filhos, forçadas a terceirizar os cuidados e divididas entre o amor pelo filho e seus desejos pessoais.

Ao nos depararmos com a transição da sociedade moderna para a sociedade contemporânea nos iludimos com as mudanças que apesar de significativas, ainda não removeram a mulher do lugar de exploração. No que se refere às mudanças na constituição da família, ocorreu o aumento de divórcios possibilitando à mulher ganhar espaço no mercado de trabalho, conquistar a liberdade sexual devido ao advento do anticoncepcional; e para parte dessas mulheres, o aborto fora legalizado em alguns países. Em contrapartida, nas culturas em que o aborto ainda está vinculado a questões morais e religiosas que embotam a autonomia feminina, as mulheres de baixa renda são prejudicadas, sendo o aborto possível apenas em famílias com recursos financeiros que recorrem às clínicas clandestinas nesses países que cultivam a dupla moral. Algumas mulheres decidem ser mães solteiras, outras o são por abandono do parceiro. O homem descobre o afeto como um mecanismo de sedução e é obrigado a se disponibilizar ao prazer feminino devido ao medo de compartilhá-la com outros, já que agora ela está em contato constante com o gênero masculino no mercado de trabalho (Rogers, 1974).

A perversidade masculina se apresenta na inviabilidade de conceder à mulher o lugar de segurança emocional, sendo privada ou do afeto e respeito social, ou da satisfação sexual, impossibilitada de ser considerada como um ser completo. Refletindo a partir das ponderações de Bourdieu (2019) nos certificamos que, para a masculinidade dominante, o amor é percebido como desvirilizante; o medo de perder a estima ou a consideração do grupo se deve ao temor de cair na categoria de “fracos” ou “delicados”, imputada ao feminino, o que gera pânico de ser excluído do mundo dos homens. De modo a ter sua virilidade validada por outros homens, a masculinidade não consegue construir um território de intimidade com o feminino. Conforme mencionado anteriormente, segundo Winnicott (2021a) a saúde mental estaria relacionada à confiabilidade ambiental. Desse modo, a saúde mental das mulheres está permanentemente comprometida, uma vez que não existindo a paridade e igualdade de gênero, não pode haver segurança emocional e bem-estar psíquico.

O desmantelamento do patriarcado implica, igualmente, desmontar o que é considerado como feminino nos moldes desse patriarcado, que se traduz por um feminino tomado como propriedade e objeto por uma masculinidade adoecida, que lhe atribui todas as fragilidades,

negando a vulnerabilidade em si. O que é frágil e vulnerável está no outro, no feminino, o infamiliar. O medo da feminilidade ou do “afeminar-se” se refere ao medo da própria fragilidade. Winnicott (2020) aborda o ódio ao feminino ancorado no medo de dependência da mulher. No início, todas as pessoas foram dependentes de uma mulher e, mais tarde, mais ou menos dependentes. Homens e mulheres: “ambos em alguma época dependeram da mulher, e de alguma forma o ódio dessa situação tem que se transformar numa espécie de gratidão para que a pessoa possa alcançar a maturidade plena” (Winnicott, 2021a, p. 229). Há um fenômeno denominado Mulher, que é a mãe não reconhecida dos primeiros estágios de vida de todo homem e de toda mulher. “O medo da mulher se transforma em medo de reconhecer a dependência” (Winnicott, 2021a, p. 148).

A mulher representa, no inconsciente do masculino forjado pelo patriarcado, a fratura exposta da impotência humana. Contudo, não existe invulnerabilidade ou inexistência da falta, a ideia de Falo como potência se constitui como uma fantasia da masculinidade, desconsiderando que todos somos vulneráveis. Uma vez que Falo não é o pênis, mas o poder; a subalternidade do feminino precisa ser mantida como garantia da supremacia masculina. Desse modo é sobrecarregando as mulheres com tarefas esgotantes e com deveres que visam a manutenção de hierarquias de poder, que os homens prosperam à custa da estagnação do projeto existencial feminino. Os homens não se recusam somente a compartilhar seu poder, mas recusam-se a compartilhar suas emoções. Mulheres que exprimem desejar amor são ridicularizadas, rebaixadas e vistas como objeto de pena (hooks, 2025, p. 39). O trabalho de virilização é ao mesmo tempo, um trabalho de “desfeminização” para que o menino possa ser introduzido ao “mundo dos homens”. (Bourdieu, 2019). Diante de tais reflexões, nos perguntamos: como a masculinidade pode amar alguém que tem pânico em se tornar? O pavor se deve à percepção do registro feminino como algo que lança o homem em um patamar que o inferioriza. Dessa maneira, tal concepção torna-se fator impeditivo para uma relação construída na igualdade e se encontra tanto nos aspectos psíquicos inconscientes quanto na cultura. O fato de o machismo ser estrutural não dispensa o machista do lugar de agressor e a desigualdade de gênero deve ser apreendida como violação dos direitos humanos.

2.7 Pedagogias do patriarcado

O patriarcado é um sistema político-social hierarquizado fundamentado em estruturas e relações de poder que estabelecem o domínio dos homens sobre as mulheres, masculinidades não dominantes e outros sujeitos que não se encaixam nas normas de raça, gênero e orientação

sexual. As pedagogias do patriarcado são ensinamentos culturais enraizados que incorporam a lógica masculina de dominação e transmitem comportamentos sexistas e de opressão à mulher, normalizando o modo perverso de os homens se relacionarem com o feminino e as violências exercidas em diversas instâncias.

O que ressalto é a violência dos homens sem antecedentes criminais, homens que supostamente foram educados para respeitar as mulheres. Homens comuns que são capazes de romper critérios de humanidade. No sentido de trazer à luz as violências cometidas no espaço doméstico ou ambientes aparentemente seguros, cultivo a psicanálise de denúncia, de exposição da violência dos "homens de bem", nos quais também estão inseridos os homens que se calam diante dos abusos cometidos por seus amigos e familiares. Homens que acolhem socialmente os homens violentos sob o pretexto de que o importante é que não reproduzem os comportamentos desviantes; homens que não denunciam seus comparsas por lealdade cega; homens que desconversam os abusos de outros homens e falam de si, de seus pais e avós como homens bons e que, a partir de seu universo diminuto, se trazem como exemplo desvalidando o sofrimento feminino, desviando o foco da violência para banalizar comportamentos inaceitáveis. Homens que silenciam e não se posicionam no intuito de se defenderem enquanto classe. Tudo isso é aprendido socialmente por meio das pedagogias do patriarcado.

Pedagogia patriarcal é o que entendemos pelos conteúdos que introjetam a superioridade masculina como normatividade e a construção de um feminino resignado e servil. Nesse contexto, mulheres aprendem "a contentar-se com qualquer atenção positiva que os homens forem capazes de oferecer. Aprendem a supervalorizá-la. Aprendem a fingir que é amor. Aprendem a não dizer a verdade sobre os homens e o amor" (hooks, 2025, p. 22-23). Nos mais variados contextos, tais pedagogias inoculam suavemente sua doutrina por meio de filmes, novelas, romances, músicas, e, no contexto contemporâneo dos fenômenos digitais, as comunidades de homens desiludidos com suas vidas afetivas e sociais que realizam uma doutrinação de ódio ao feminino, como *incels*, *redpills*, *mgtow* e uma série de formações discursivas disponíveis na *manosfera*. Ademais, temos a instrumentalização dos textos bíblicos cujas narrativas são desvirtuadas para situar o homem no topo da hierarquia na criação, como o dominador de um mundo que supostamente foi criado para ele.

2.8 O crime de Onã

O crime de Onã deu origem ao termo onanismo e se refere ao desperdício do sêmen. Onã foi impelido a se casar com a esposa do irmão morto que não deixou filhos, para cumprir

uma tradição. Contudo, os filhos desse casamento seriam prole do irmão falecido, ficando o próprio Onã sem direito aos seus descendentes. Para subverter a ordem, Onã lança seu sêmen à terra para não engravidar sua cunhada, Tamar. Sua punição é a morte como castigo pelo desperdício da semente. O corpo de Tamar ficara à disposição dos homens da família para que gerasse descendentes do marido morto, o que evidencia tanto o nível incondicional de devoção exigido da mulher quanto exibe de forma explícita que a obrigação de gerar descendência para o clã do marido extinto sobrepõe-se à autonomia e aos desejos da mulher. Sua dívida com a sociedade por não cumprir a tradição de deixar descendentes a lançava no lugar da desonra. A semente do homem morto determina o destino da mulher[2].

Considerando essa simbologia que se apresenta como referencial do pensamento ocidental e transmissão inconsciente de conteúdo patriarcal, compreendemos a lógica que se reproduz quando o sêmen do estuprador fecundado na mulher ou menina violentada gera discussão controversa na consideração do aborto em vítimas de estupro. Um anátema de nossa herança cultural, na qual salvar a semente do agressor passa a ser mais preocupante do que poupar o sofrimento da vítima, que é obrigada a levar adiante a gestação traumática resultante dessa violência. Uma devastação psíquica que compromete a saúde mental das mulheres vítimas de abuso e reatualiza o trauma de forma permanente.

Acrescentando uma segunda ponderação referente ao projeto de lei 580/07 e aos textos apensados a ele, destaco a proposta apresentada pelo deputado Pastor Eurico (PL-PE), proibindo o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Esta cassação de direitos estaria igualmente atrelada ao pensamento patriarcal, que inculca a ideia de infração ao relacionamento homoafetivo, no qual o sêmen não é destinado à procriação.

No que tange à violação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, trago à lembrança o episódio do PL 1904/2024, que ataca os direitos fundamentais das mulheres e cujo texto qualifica como homicídio o aborto realizado após vinte e duas semanas de gestação, o que atinge em particular as mulheres mais pobres, mulheres miúdas em sua constituição física e meninas que correm risco de vida ao levar adiante a gestação, seja por questões de saúde, em casos de feto anencéfalo ou por gravidez resultante de abuso sexual. Pregava ainda o PL que a vítima deveria ser punida com uma sentença maior que a de seu estuprador. Além

[2] Chalitzá é o ritual judaico que desobriga uma viúva de se casar com o irmão do marido falecido, permitindo que ela se case com qualquer outro homem. Embora o trecho bíblico faça parte do Antigo Testamento, a interpretação distorcida para servir aos fins do patriarcado é fruto da dinâmica cultural ocidental. A Chalitzá existe desde o período da Lei Mosaica.

dos constrangimentos judiciais e policiais, a vulnerabilidade psíquica em que a violência sexual insere a mulher a impede de ressignificar seu trauma.

Às mulheres pobres são negados os abortos porque não podem pagá-los; alguns hospitais se recusam a realizar o procedimento mesmo quando autorizado judicialmente; as pedagogias patriarcais bíblicas fazem um apelo à vida humana expressa diante da máxima "a vida começa no momento da concepção", o que tornaria o aborto um crime e as vítimas de violência, assassinas, desviando o foco da violência sexual masculina para manter as mulheres excluídas do processo decisório que envolve seu próprio corpo.

O que não é posto em jogo pela sociedade é por que os homens engravidam mulheres com as quais não desejam formar família? Por que engravidam mulheres com a clara intenção de abandoná-las? Por que não são responsabilizados judicialmente pela sedução sem responsabilidade emocional que resulta em crianças com a cicatriz emocional do abandono e mulheres em situação de escassez financeira pela sobrecarga de criar seus filhos sozinhas? Por que os homens não se utilizam de métodos contraceptivos?

Stoltenberg (1989) apresenta a versão moderna da mitologia do feto como pênis, que é a noção de que o feto é uma pessoa. Essa noção faz perfeito sentido ao considerarmos que a própria condição de pessoa é fálica por definição cultural. Como uma substância puramente masculina abrigada no corpo de uma hospedeira não masculina, tal pensamento remonta ao século V a.C. na Grécia. Crença fundamentada no texto de Ésquilo ao fazer o deus masculino Apolo declarar: "A mãe não é progenitora do que é chamado de seu filho, mas apenas a nutriz da semente recém-plantada que cresce. O progenitor é quem monta. Uma estranha preserva a semente de um estranho…"

Na cultura supremacista masculina, a verdadeira condição de pessoa é atribuída aos homens e não às mulheres porque os homens têm um pênis e as mulheres, não. Dizer que o feto é uma pessoa é dizer que seus direitos civis superam os de sua hospedeira, que não é masculina e, portanto, não é totalmente uma pessoa, o que é outra forma de dizer que a matéria fetal tem valor que só o tecido peniano pode conferir. A barriga inchada da mulher grávida demonstra publicamente a virilidade reprodutiva do homem, cujo fluido foi depositado no interior da mulher e sua semente vingou.

Em contraste, as vidas das mulheres mal contam. Stoltenberg (1989) difunde, em seu artigo *O feto como pênis*, o pensamento de Andrea Dworkin ao descrever que o útero é dignificado apenas quando é o repositório de bens sagrados — o falo ou, quando os homens querem filhos, o filho fetal. Abortar um feto, em termos masculinistas, seria o mesmo que cometer um ato de violência contra o próprio falo. É como cortar um pênis. Pelo fato de o feto

ser percebido com caráter fálico, sua chamada vida é muito valorizada, enquanto a vida real da mulher é inútil e invisível, já que ela não pode reivindicar potencialidade fálica (Stoltenberg, 1989).

As ideias dos homens sobre o que é real são totalmente autorreferenciais e falocêntricas. Raramente a empatia de um homem se estende além do que ele acredita que pode ser sentido por outros homens, porque se os homens não sentem algo, o sentimento literalmente não é real. O combate contra a autodeterminação reprodutiva das mulheres é uma guerra para defender a realidade do poder fálico. Na cultura falocêntrica, a relutância de uma mulher em admitir a "masculinidade" de um homem e aceitar sua "semente" oferecida — ou a relutância de uma mulher em incubar a substância — é sentida, de alguma forma, como um ato de violência contra a condição de pessoa dos homens. Qualquer não cooperação feminina, seja no sexo ou na reprodução, é percebida como um ataque ao núcleo do eu masculino (Stoltenberg, 1989).

A violência encoberta se manifesta na forma de apatia e passividade dos homens em relação à contracepção e nas pressões privadas dos homens sobre as mulheres para que levem a termo gestações que as mulheres não desejam. O aborto não pode ser tratado como tema religioso, mas como uma questão de saúde pública, em que pessoas de baixa renda são lançadas ao desamparo. Convidamos a pensar as gestações que são frutos de estupro, e muitas vezes, de abusos exercidos pelos ditos homens de bem dentro de um ambiente supostamente seguro.

Desse modo, mulheres e meninas forçadas a ter filhos indesejados são as prisioneiras, após nove meses de trabalho de parto, à dedicação exclusiva a um novo ser sem parcerias para compartilhar essa responsabilidade. Seu encarceramento dentro de uma vida reduzida ao papel de mãe e serva fiel destrói suas oportunidades quando a vida apenas começou. Muitas mulheres desistem de sua decisão de não levar adiante a gestação devido às pressões sociais e ao temor do julgamento familiar e social. A razão mais frequentemente alegada são as objeções religiosas e morais. A segunda razão mais frequentemente é a de que seu parceiro deseja um bebê, mesmo que ele não deseje compartilhar igualmente as tarefas de cuidado e sustento da criança.

Ainda imersa nas reflexões de Stoltenberg (1989), homem intelectual ativista feminista, compartilho os questionamentos do autor sobre como a autodeterminação reprodutiva das mulheres ameaça e irrita tanto os homens. Conforme é posto em seu livro *Refusing to be a man*, é como se, em alguma parte primal e privada, os homens temessem que, se suas mães realmente tivessem uma escolha, eles poderiam não ter nascido.

Stoltenberg (1989) compartilha a pesquisa de Ellen Freeman, da Escola de Medicina da Universidade da Pensilvânia, cuja conclusão demonstrou que, com frequência, as mulheres estavam mais preocupadas com seus relacionamentos com seus parceiros masculinos do que com qualquer outro aspecto do aborto. Elas desejavam incluí-los na experiência e, em quase todos os casos, as entrevistadas experimentaram sofrimento emocional substancial, pois careciam de apoio emocional de seus companheiros. Por sua vez, esses homens se mostravam ignorantes e desinteressados em relação ao tipo e à segurança do procedimento médico que sua parceira havia realizado. Oito em cada dez relataram que a gravidez indesejada ocorreu por negligência, porque nenhuma contracepção havia sido usada. Todavia, a negligência põe em risco o corpo e a saúde mental da mulher; o homem sai ileso.

Embora os sentimentos individuais dos homens possam ser diversos e complexos, parte significativa da masculinidade é ressentida e punitiva. Os sentimentos dos homens em relação ao aborto ficam claros: as únicas situações em que a maioria apoiaria o aborto envolve casos de má saúde da esposa, esposa estuprada, ou a possibilidade de uma criança deformada – em outras palavras: bens estragados (Stoltenberg, 1989).

A indiferença dos homens em aprender sobre contracepção e assumir qualquer responsabilidade por ela é um tema que emerge de muitos relatos de projetos que tentaram, mas falharam em alcançar e educar homens (Stoltenberg, 1989).

Os homens, como classe, são devotos ao ato sexual que deposita seu sêmen na vagina — “in situ”, como os homens tão eloquentemente nomearam seu alvo e estão firmemente ligados à ideia de que qualquer consequência resultante é prova positiva de sua masculinidade. Os homens controlam as capacidades reprodutivas das mulheres em parte porque acreditam que os fetos são fálicos — que os resíduos ejaculatórios inchando no útero são uma extensão simbólica e material do precioso pênis. Essa crença é tanto literal quanto metafórica, tanto antiga quanto moderna.

Freud projetou nas mulheres seus sentimentos sobre o feto, em que o desejo com o qual a menina se volta para seu pai seria o desejo pelo pênis que sua mãe lhe negou, deixando-a insuficientemente aparelhada. Na concepção de Freud, a situação feminina só seria estabelecida se o desejo por um pênis fosse substituído por um bebê, ... e especialmente se o bebê for um menino que traz consigo o pênis tão desejado (Freud, 1925/2018b).

Liberdade Reprodutiva

(John Stoltenberg, 2025, p. 155-157)

Pobres mulheres grávidas,
Dignidade negada,
Integridade negada,
Lar seguro negado.

Agora suas vidas estão em suspenso,
Devido a um aglomerado de células.
Agora os homens de bem dizem
O aglomerado de células merece mais dignidade,
O aglomerado de células tem mais dignidade,
O aglomerado de células tem o direito supremo a um lar seguro.

Adolescentes grávidas, crianças gerando crianças,
Um milhão a cada ano.
Agora os homens de bem dizem, “Mantenham-se castas”
“O direito supremo à vida está em seu útero, não em você” [...]

3 CIBERPATRIARCADO

Este capítulo aborda duas manifestações de violência e sofrimento que se intensificam no cenário digital contemporâneo: a ciberviolência e a adicção à pornografia e seus desdobramentos. Temos por objetivo abordar as dinâmicas e impactos envolvidos nesses fenômenos, com destaque para as perspectivas apresentadas pelos autores fornecidos.

No contexto de ciberviolência, apresentamos uma reflexão crítica sobre como o *ciberbullying* pode ocorrer a qualquer momento e sem um espaço fisicamente demarcado, podendo ser disseminado globalmente, com um tempo de permanência indeterminado das postagens ofensivas. As dinâmicas do cyberbullying diferem significativamente das do *bullying* tradicional em vários aspectos, dentre eles o anonimato e o desiquilíbrio de poder. Para melhor compreender o fenômeno, é crucial problematizar a cibercultura e como ela estabelece novas socialidades, reconhecendo que a juventude é em grande parte nativa digital.

3.1 O paradigma tecnológico

As relações digitais redefinem dinâmicas sociais contemporâneas, convocando aos indivíduos estarem sempre conectados através das novas tecnologias, independentemente da geolocalização, tempo e do quantitativo de pessoas a quem estão vinculados. O que pode ser considerado um traço marcante da sociabilidade digital é a hipervisibilidade, a exposição constante e voluntária dos fatos e atos, cotidianos e íntimos. O privado passa a ser publicizado a partir dos compartilhamentos realizados neste mundo de informações instantâneas, em tempo real.

A ciberviolência torna-se uma nova modalidade de mal-estar social contemporâneo. Mediante um sofisticado manejo estratégico do patriarcado, irrompe a manosfera, espaço virtual hipermasculino de forte teor misógino composta por *blogs*, fóruns, canais em plataformas de *streaming* e páginas em redes sociais em que homens promovem uma forma recrudescida de masculinidade e doutrinam com discursos intimidatórios de ódio (Van Valkenburgh, 2018).

Na década de 1960 nos Estados Unidos, Warren Farrell inicia o MRM – Movimento pelos Direitos dos Homens, que inicialmente tinha ligação com movimentos feministas. Farrell chegou a ser eleito para o quadro de diretores da Organização Nacional das Mulheres de Nova York. Ele partia do princípio de que não havia assimetria de gênero, sendo os homens tão oprimidos quanto as mulheres. Nesse contexto inicia-se uma tensão no movimento

feminista, e, em 1993 Farrel rompe com o feminismo ao publicar O Mito do Poder Masculino, obra em que ele articula a tese de que os homens são tratados como sexo descartável por terem que servir em guerras e assumir trabalhos perigosos. Segundo o mencionado autor, nunca houve no decorrer da história qualquer preocupação com a vida e o bem-estar dos homens. É partir do lançamento do supracitado livro que se formam grupos inspirados nas ideias de Farrell. Em 2009, Paul Elam criou o site *A voice for Men,* que passou a ser principal referência pelos direitos dos homens. Em 2013, foi criado a *Voice for Men Brasil,* retirado do ar em 2019. Tais sujeitos alegavam que s recentes mudanças sociais estavam levando a sociedade ao declínio e que a ideia de equidade havia sido corrompida. O equilíbrio fora desfeito a partir do momento em que as mulheres passaram a buscar por emancipação e independência fazendo com que os homens fossem perdendo espaços. Segundo esses homens os esforços para aumentar o direito das mulheres tornaram-se esforços tóxicos para minar os direitos dos homens (Texto extraído de *A Voice for Men*). Um dos títulos dessas palestras: Perdi meu emprego para uma mulher negra (López-Muñoz e Gonçalves, 2018).

No contexto atual assistimos um retorno a essa fragilidade retórica que clama por uma volta à masculinidade tradicional, mas que paradoxalmente, critica homens serem postos no lugar de provedores e protetores julgando que tal posicionamento os fazem assumir pesados fardos. A inconsistência se deflagra na crítica às mulheres que abandonaram seu papel social tradicional, e ao mesmo tempo no desprezo pelas mulheres que vivem às custas do marido. A confusão é explícita e denuncia que tais homens não sabem o que desejam restaurar.

Para muito além do machismo que se baseia no preconceito de gênero ancorado em um sistema de crenças que promove a ideia de superioridade masculina e perpetua a desigualdades, o que está presente nesses movimentos é a misoginia, que se pode ser compreendida como o ódio às mulheres. Se pensarmos na continuidade da linha de pensamento MRM no contexto contemporâneo, podemos captar novos sentidos atribuídos à misoginia, a partir de movimentos masculinistas maciços na *internet*. Nos deparamos com a potencialização do ódio em decorrência de recursos exclusivos do ambiente *on-line*. Os termos *RedPill, BluePill, BlackPill, RapePill*, Alfa, Beta e *Incel* surgem das comunidades virtuais e ganham visibilidade em meios populares de comunicação, o que nos leva a pensar criticamente nas condições de produção e propagação de conteúdos violadores de direitos (Lima-Santos e Santos, 2022).

A filosofia *RedPill* remete ao filme Matrix lançado em 1999, em que o protagonista é posto diante de dois caminhos: tomar a pílula azul e seguir seu mundo de ilusões ou tomar a pílula vermelha que lhe trará a compreensão da realidade. Essa ideia foi adaptada de modo a

se tornar uma cartilha ideológica a respeito da realidade do mundo. *RedPills* são os homens que não sabem se posicionar em relação às conquistas das mulheres. Disseminam ideologias reacionárias em que mulheres para serem parceiras perfeitas devem se enquadrar no perfil obediente, que entende que o homem deve ser o chefe da casa, não deve usar roupas curtas, exalam delicadeza e não podem ser divorciadas e ter filhos. O movimento *RedPill* no Brasil teve Thiago Schultz como um dos maiores influenciadores do movimento, figura que passou a ocupar as páginas policiais ao ameaçar a humorista Lívia La Gatto, que havia postado um vídeo ironizando seus conteúdos machistas e misóginos.

O perfil *RedPill* é o Alfa dominador que se satisfaz em exibir força e disseminar preconceitos. Se utilizam dos emojis da taça de vinho acompanhada de uma escultura Moai da Ilha de Páscoa como marca registrada de traços masculinos a serem cultuados. Tal movimento exibe a crise da masculinidade e defendem que a mulher deve seguir seus papeis naturais: ser mãe, cuidar e zelar. Muitos enveredam para o grupo MGTOW, Men Going Theit Own Way (Homens Seguindo seu Próprio Caminho), pelo medo de que as mulheres se tornem um entrave para seu sucesso. Um de seus líderes, Andrew Tate, levanta a bandeira de que mulheres são propriedades masculinas. Andrew foi preso na Romênia acusado de exploração e escravidão sexual. Eles classificam de Beta o homem que fala de seus sentimentos e os culpam por se beneficiarem por suprir as necessidades de segurança e proteção feminina.

O código Alfa é uma espécie de sistema operacional, um código de programação que processa informações e toma decisões de acordo com uma determinada lógica. Primeiro, é preciso ser um menino de verdade, depois passar a ser um homem de verdade. O código Alfa deve ser instalado de modo a fazer o homem acreditar que esse código faz parte de si mesmo tornando-se indistinguível dele (Stoltenberg, 2025). O código é uma programação que abarca tanto como se deve ser quanto quem não se pode ser. As roupas que não se deve usar, o corte de cabelo, a modalidade de recreação, o que deve motivá-lo enquanto homem, a altura ideal, o corpo ideal e de que forma demonstrar força. Trata-se de um sistema de identidade binário. Se um homem falhar em cumprir a programação ou deixar dúvidas para o grupo da masculinidade hegemônica. Ele não será um homem de verdade, ou pior, será alvo de *bullying*, humilhação física e emocional, além de abusos. Haverá inúmeras repercussões punitivas para meninos e para homens na fase adulta quando não corresponderem ao ideal do que é ser homem na legislação Alfa.

A ideia de masculinidade idealizada exacerba a ansiedade de gênero em qualquer pessoa que acredite na lógica que reforça a ideia de “Melhor Que/Pior Que”. Qualquer tentativa de desmantelar a violência de gênero da masculinidade não pode replicar essa lógica

de superioridade/inferioridade, que é fundamental para a definição de masculinidade na mente das pessoas, remetendo a experiências de vencedor/perdedor. Ao tentar definir o que é masculino de forma superior, que reaviva os mesmos scripts mentais de dominação/subordinação aprendidos em lutas de poder. Stoltenberg (2025) sublinha as possíveis resultantes em meninos que se veem excluídos de grupos de pertencimento em um momento que fazer parte de um grupo é necessário para a construção da identidade. Imersos em ansiedade exacerbada farão tentativas de provar a qualquer custo seu valor no grupo. Na tentativa de convencer a si mesmos e a outros, a expressão da masculinidade pode se dar mediante: raiva, agressão, autoanulação e violência. Comportamentos que irrompem devido ao pânico de não se adequar ao código Alfa.

Cabe salientar que nem todos os meninos que sofrem exclusão são ou se tornam *incels*. Em muitos contextos são excluídos porque têm constituição física frágil, porque são doces ou desejam inserção e desse modo se subjugam para fazer parte do grupo, às vezes por serem de classe social inferior, por serem *geeks* (*nerds*) e tirarem as melhores notas; porque estão isolados, são tímidos, têm dificuldades em se relacionar ou não estão inseridos em nenhum grupo.

Considerando a perspectiva da inadequação, os *incels*, também conhecidos como *BlackPill* ou celibatários involuntários, não desejam ser ativistas, nem sedutores. Esse grupo sofre o escárnio e exclusão da masculinidade Alfa, que trava a entrada no grupo que se encontra no topo da hierarquia. Sentindo-se inferiorizados e preteridos sexualmente por não apresentarem os privilégios estéticos e de socialização da masculinidade Allfa, os *Incels* abraçam uma retórica hostil às mulheres pela frustração de sentirem-se rejeitados e acabam por assumir posturas misóginas por ressentimento e sentimento de inadequação. Ruffo e Costa (2024, p. 268) mencionam que “Tal estado de ressentimento se traduz na noção de um senso de privilégio ferido, [...] nutrem raiva e incompreensão diante do entendimento de que diversas qualidades que possuem não garantem a eles o tratamento respeitoso que esperam”. Muitas falas retiradas de comunidades *on-line* expressam a magnitude da violência desferida contra mulheres e meninas. No território virtual sentem-se fortalecidos devido à proteção conferida pelo anonimato. A *internet* é uma tentativa de busca pelo sentimento de pertencimento que não alcançam no mundo real (Ruffo; Costa, 2024, p. 267).

> A capacidade de uma mulher ser fiel é reduzida por cada homem que toca nela./Não espero amor de minha mulher, só espero que ela me honre e me obedeça. /Eu quero que todas as subfêmeas que me chamaram de feio, me humilharam, me inferiorizaram por causa de minha aparência e me zuaram aprendam uma lição [...] Hoje vi adolescentes bonitas e fiquei triste por não

> poder tê-las [...]. Eu meio que queria esmagar os rostos delas contra o balcão e estragar sua beleza.

Ao contrário do que se pensa, o *incel* não se refere exclusivamente àquele que deseja manter relações sexuais, mas não consegue concretizá-las. Nesse grupo se insere sujeitos com diferentes identidades e orientações sexuais, inclusive indivíduos com parceiros que não têm interesse em mante relações sexuais com eles. Podem pertencer ao grupo pessoas solteiras que não conseguem parceiros independentemente de terem ou não iniciado sua vida sexual, por fatores que podem dificultar o encontro amoroso, como: timidez, autoimagem negativa ou rotina e estilo de vida. Acreditam que o sexo determina o valor de um homem e as mulheres que se recusam a ter relacionamentos ou relações sexuais com eles são as responsáveis por oprimi-los. A visão do grupo é pautada em concepções conservadoras acerca dos gêneros e concentram-se no valor masculino pela prática sexual. Consideram que o movimento feminista trouxe prejuízos à sociedade por reduzir as chances masculinas de encontrar parceiras sexuais disponíveis devido ao empoderamento e independência do sexo feminino.

A percepção que os *incels* têm sobre si os mostram como indivíduos incapazes de agir em busca de transformação. A narrativa de solidão e sentimento de exclusão são recorrentes, exercem falas desesperançosas e de teor suicida, ocupam-se do papel de vítima e lamentam-se por sua desvantagem estética que lhes dão a sensação de privilégio ferido. Se resignam a uma vida de insucesso e solidão demonstrando sentimentos de vazio e carência. O desejo de acabar com a própria vida surge como forma de escape da situação de sofrimento “não há esperança de escapar dessa prisão, não existe liberdade além disso, só um estado de sofrimento sem propósito (Ruffo; Costa, 2024, p. 267). A falta de relações alimenta fantasias de que são maus ou de que vieram ao mundo para sofrer. O macho Alfa é visto com inveja por conta de seus privilégios sociais e vantagens conquistadas pela aparência física. A frustração em relação a seus atributos faltantes os leva à depreciação “aceitei que eu sou um monstro sub-humano com genética lixo que nunca deveria ter existido pra começo de conversa” (Ruffo; Costa, 2024, p. 268).

Não necessariamente somente meninos vindos de lares disfuncionais se tornam *incels*, garotos de lares estruturados podem ser arrolados e condicionados a usarem sua raiva como reação ao medo, à solidão e à tristeza, se utilizando da violência como válvula de escape. O fato de receber afeto em um lar acolhedor não impede que meninos se tornem vítimas dessa doutrinação e concomitantemente, perpetradores de violência. Dias (2017) destaca a Teoria do Amadurecimento de Winnicott ao apontar que nenhuma conquista fornece título de garantia; tendo sido alcançada, pode ser perdida, outra vez alcançada e perdida novamente.

A presença excessiva de sentimentos invejosos pode gerar uma dependência intensa de mecanismos defensivos como forma de defender-se das ansiedades. Nesse estado de empobrecimento do eu, por motivos internos ou externos, essas pessoas perdem completamente seu objeto originário bom, melhor dizendo, aspectos associados aos objetos bons, como a segurança e a gratidão. “Os processos subjacentes a esta mudança são um retorno regressivo a mecanismos arcaicos de cisão e desintegração” (Klein, 1991, p. 221).

Contudo, alguns pais confundem educação moral com amor, “educação moral não é substituta para o amor” (Winnicott, 2022, p. 123). O autor reconhece a comunicação sutil, transmissão afetiva em que o amor só pode ser efetivamente expresso em termos de cuidado da criança, o que significa prover um ambiente facilitador suficientemente bom, que gere oportunidade de evoluir de forma pessoal de acordo com a gradação contínua do processo de amadurecimento. Ter acesso a um território emocional seguro viabiliza o retorno à senda dos relacionamentos funcionais que abarca a capacidade do indivíduo de estabelecer vínculos afetivos e vivenciar sentimentos amorosos, além de favorecer vivências melancólicas.

Como desdobramento do grupo *BlackPills* referidos como *incels,* os *RapePills* acreditam que as relações sexuais ocorridas sem consentimento são as melhores. O discurso misógino institui o hábito de reagir com violência todas as vezes que sentir necessidade de aliviar suas tensões internas ou se valorizar. Em suas narrativas centram-se em discursos de ódio e misoginia confundindo violência com potência. Esse grupo é bastante propenso a realizar estupros virtuais, estupros coletivos e incentivo à ´pedofilia e ensino de técnicas de como abusar. Nesses contextos se desdobram atuações delinquentes e criminosas como o *ciberbullying* e a *ciberpedofilia*. É preciso reconhecer que a juventude que vivencia o *ciberbullying* é em boa parte nativa digital, implicando o domínio de comportamentos e gramáticas próprias. Além disso, o *site* virtual é um espaço de convivência estratégico às afirmações identitárias desse segmento.

O *cyberbullying* é uma nova forma de violência sistemática que se configura como um “problema social”, constituindo tema e preocupação de diversos campos disciplinares, além de ser representado por alguns autores como uma questão de saúde pública. A intenção é clara: causar dano. As distintas configurações do *Cyberbullying* podem ser reconhecidas como atos de violência psicológica e sistemática contra crianças e adolescentes perpetrados nas ambiências das redes de sociabilidade digital, podendo ocorrer a qualquer momento e sem um espaço circunscrito e demarcado fisicamente (Deslandes; Ferreira, 2018). Essa forma de agressão é perpetrada por meios eletrônicos, sejam estes, mensagens de textos, fotos, áudios, ou vídeos, expressos nas redes sociais ou em jogos em rede, transmitidas por telefones

celulares, tablets ou computadores e cujo teor tem a intencionalidade de causar dano à outra pessoa de modo repetitivo e hostil (Brochado et al., 2016).

O *cyberbullying* tem emergência recente e sua conceituação, ainda em construção, abriga considerável polissemia em suas definições. A violência manifesta neste novo espaço, o "ciberespaço" se difere do *Bullying* devido a modalidade de interação que se dá no contexto de possibilidade de ataques contínuos e em larga escala o que faz parte de uma cultura peculiar, conhecida como cultura "ciber" ou cibercultura. Vale salientar que a socialidade digital produz um *ethos* que gera a necessidade de construir uma imagem social de si positiva e idealizada. A maneira como se é visto nesse ambiente é construída e valora a performance a partir daquilo que se quer ou se permite que os outros vejam. No que tange crianças e adolescentes que estão em desenvolvimento, a identidade que se constrói pode ser significativamente influenciada a partir dos padrões impostos pela rede. A necessidade de "estar conectado" e ser visto por outros vem sendo aprimorada a cada nova atualização que os aplicativos de redes sociais geram, criando e forçando novas experiências de compartilhamento para os seus usuários digitais. Isso vai refletir sobre a importância do olhar do outro para constituir a imagem de si, uma imagem engendrada na perspectiva de espetáculo que contribui para a construção de uma autoestima balizada pela popularidade que se tem nas redes sociais (Mafessoli, 2006). Os vínculos que se estabelecem não precisam ser necessariamente fortes para influenciarem os jovens no mundo virtual.

As relações digitais redefinem dinâmicas sociais contemporâneas, convocando aos indivíduos estarem sempre conectados através das novas tecnologias, independentemente da geolocalização, tempo e do quantitativo de pessoas a quem estão vinculados, um traço marcante da sociabilidade digital: a hipervisibilidade (Lemos, 2015). A exposição constante e voluntária de fatos e atos, cotidianos e íntimos atravessa a fronteira do privado sendo publicizado a partir dos compartilhamentos realizados mediante informações instantâneas, em tempo real.

O uso de redes de relacionamentos favorece o terror psicológico mediante práticas de violações que vão desde a criação de perfis falsos, invasão e roubo de contas para difamação e criação de conteúdos com o intuito de expor a vítima a situações vexatórias, ameaças e até mesmo o convite ao suicídio por meio de sites clandestinos ou comunidades (Shariff, 2011). A exclusão e bloqueio de pessoas sem motivos relevantes se encontra entre os manejos de manipulação emocional. Tratando-se de uma questão de saúde mental, o *Cyberbullying* é uma modalidade de violência que se apresenta de forma disseminada e tem sido incluída no campo discursivo da saúde a partir das associações entre sua prática e os desfechos deletérios à saúde

dos perpetradores e dos intimidados. Privilegiamos a recuperação das vítimas e o tratamento dos danos impostos aos abusados, no entanto, os perpetradores ao reconfigurar seu modelo de pensamento e modo de se relacionar portam consigo as vivências do dano causado e ao adquirir consciência dos prejuízos irreparáveis produzidos por eles, se for o caso, precisam ressignificar tais experiências para que consigam encontrar uma forma de reparação. No contexto de crianças e adolescentes, nem sempre aquele que exerce a violência se tornará um abusador contumaz, em muitos casos trata-se de uma fase de desorganização emocional temporária ou de ausência de um adulto responsável atento para dar contenção. A proposta é superar o Binário de Gênero para acabar com a opressão humana, abandonar completamente a história do Código Alfa por se tratar de um sistema de programação que gera ansiedade constante de não ser homem o suficiente (Stoltenberg, 2025). O gênero é uma ficção social.

Elaborar projetos de letramento digital favorece a prevenção à violência e auxilia na administração de danos, o que se faz necessário para decrescer os malefícios psicológicos e físicos, desmantelar redes de abusadores e apoiar os abusados para que não desenvolvam altos níveis de auto-ódio, quadros intensos de depressão ou outras patologias.

3.2 O “Erotismo de Possuir” como Conceito Central da Sexualidade Masculina

O cerne do construto teórico de John Stoltenberg é o foco desse subcapítulo. Autor feminista e ativista pelo direito das mulheres, ele aborda o que chama de erotismo de possuir. O autor baseia sua análise no testemunho de mulheres que foram sexualmente possuídas no casamento contra sua vontade, tomadas no estupro e/ou sexualmente usadas por um preço na prostituição, Stoltenberg (2025) afirma que, para muitos homens, a posse é uma parte principal de seu comportamento sexual e que dificilmente conseguem discernir quaisquer sentimentos eróticos que não estejam associados a possuir o corpo de outra pessoa.

O autor faz a Conexão entre Gênero, Economia e Sexualidade e expande a ideia do erotismo de possuir ao considerá-lo como uma construção social de gênero e as relações econômicas. Ele define o gênero como uma “ficção social” e para que essa ficção social de gênero[3] se torne real, para que seja feita carne, ela se apegou à relação de propriedade. A relação econômica de “dono e possuído”, que existe na história humana em contextos como a escravidão e a propriedade dos pais sobre rebanhos humanos reprodutores. Crucialmente, Stoltenberg (2025) observa que o modo como a relação econômica de dono e possuído se

[3] A ideia de ficção de gênero pode ter sido suscitada por Simone de Beauvoir em sua obra *O segundo sexo*, ao mencionar que não se nasce mulher, torna-se mulher.

tornou a substância e a subestrutura de todas as relações sexuais que constroem o gênero social e que não é frequentemente notado.

Para que a ficção social do gênero faça sentido emocional e físico em corpos e cérebros humanos – para que certos seres humanos sintam que realmente pertencem à classe sexual 'homens'" – um erotismo deve ser aprendido, um erotismo de possuir; e esse erotismo deve ser experimentado com a mesma urgência que o próprio gênero social. Possuir um ser humano vivo através do sexo faz o gênero fazer sentido, conferindo à posse uma ressonância emocional e física, alojando o gênero social em corpos e mentes. A ficção social do gênero só se torna real inserido no contexto do erotismo da economia—quando possuir equivale ao estímulo sexual que define o que é ser homem: cometer atos eficazes de dominação e depreciação constantemente. Significa aprender um imperativo físico de fazer sexo de uma maneira especificamente proprietária, a fim de sentir que tem um gênero social.

Stoltenberg (2025) argumenta que o erotismo de possuir permeia o direito patriarcal. As leis preservam a relação de propriedade dos homens com os corpos de outras pessoas no sexo. O direito patriarcal tem sido um instrumento de propriedade da carne humana por seres humanos seletivamente intitulados. Tal lei tácita codifica a posse fálica e seleciona qual carne humana pode ser possuída e submetida ao ser fodida, qual carne humana não pode ser possuída e fodida, e qual carne humana deve ser possuída e fodida. Assim, a lei codifica a opressão através da posse.

O autor enfatiza que não haverá verdadeira fuga da opressão até que o próprio gênero tenha terminado. Não haverá liberdade, igualdade, dignidade humana, justiça, até que chegue o tempo em que possuir alguém no sexo não seja mais o que alguém precisa ou quer para sentir que pertence a uma classe sexual. Stoltenberg afirma que a lei é uma instituição social que funciona para criar, manter e fazer cumprir o sistema de classes sexuais, mantendo e fazendo cumprir o erotismo de possuir—para que os seres humanos nascidos com pênis tenham uma classe sexual socialmente superior à qual pertencer. No sentido de efetuar mudanças reais é preciso sentir a necessidade de erradicar o erotismo de possuir.

3.3 Adicção à pornografia e cyberpedofilia

"A pornografia conta mentiras sobre as mulheres e verdades sobre os homens"

John Stoltenberg

A pornografia é tomada como uma atividade inofensiva no campo da fantasia, contudo adoece os homens tanto no sentido de criar um repertório irrealizável com uma pessoa real como no de desenvolver adicções e desde cedo distorcer o que seria um relacionamento possível, que inclui responsabilidade afetiva, consentimento e o respeito aos limites da diferença entre gerações, consistindo basicamente na erotização da subalternidade dos corpos. Homens que assistem pornografia tendem a ser menos sensíveis ao estupro, pois seu olhar em relação ao feminino é objetificante, o que os tornam menos propensos a gestos de apoio à violência contra a mulher. A subjetividade de nossa época, marcada pelo virtual, ambiente em que os homens encontram um campo fértil para o exercício de virilidade, é o espaço que fomenta e incentiva o consumo de pornografia infantil. Meninos costumam consumir pornografia entre 9 e 10 anos; consequentemente, o abuso a crianças aumentou tanto por adultos como por outras crianças. A perversão sexual e a pedofilia podem estar relacionadas à pornografia, assim como à erotização de um trauma de abuso sofrido em algum momento da infância ou adolescência, em que o abusado sai do lugar de passividade e atua o abuso sofrido no lugar de atividade numa identificação com o agressor – o que Freud (1915/2018b) especificaria como reversão ao seu oposto, na mudança da passividade para a atividade.

Robert Stoller (2015) apresenta essa modalidade de perversão como a forma erótica do ódio, sendo a cena sexual do perverso “uma tentativa de transformar um trauma sexual infantil em um triunfo adulto sobre o objeto” (Ferraz, 2015, p. 15). Embora a perversão sexual seja uma parafilia, no contexto do transtorno de personalidade antissocial, a pedofilia e os abusos têm ocorrido no contexto familiar e de grupos e ambientes em que os homens fazem parte do círculo de confiança. Homens considerados insuspeitos devido ao vínculo afetivo com a criança ou com a família.

Estou me referindo a homens sem antecedentes criminais, que poderíamos chamar de “homens normais” ou “homens de bem”. A condição insuspeita de tais homens faz com que, frequentemente, a vítima viva sob o mesmo teto do abusador. Essa questão, além de estar atrelada às origens patriarcais da violência doméstica, se correlaciona com a incidência do abuso sexual como manifestação incestuosa, ressaltando a vulnerabilidade quando o ambiente doméstico-familiar é palco de violações.

O abuso se contrapõe ao que poderíamos entender como normalidade, que implica a capacidade de excitação e orgasmo no ato sexual e a possibilidade de um relacionamento terno e amoroso, em que a gratificação emocional seja reassegurada pelo encontro sexual, da qual resulte uma conquista de liberdade psicológica (Ferraz, 2015, p. 26). Sabe-se que o perfil do pedófilo é amplo, pois este pode se interessar tanto por crianças do sexo biológico feminino

quanto do sexo biológico masculino. Os comportamentos dos pedófilos, que podem ser homens ou mulheres, podem ou não ter como objetivo final o ato sexual. Na perversão, há um gosto pelo que não é o principal, ou seja, pelo não genital.

> O sujeito tido como pedófilo tanto pode ser homem como mulher, bissexual, heterossexual ou homossexual. Buscam a sua satisfação sexual de modo impróprio, não se mostrando, geralmente, como um ser violento, mas demonstrando, de início, ser um indivíduo carinhoso, buscando na sedução uma forma de conseguir ter êxito na sua perversidade, acreditando que a criança seja desprovida de inocência e que esteja em condições superiores (Barbosa, 2014, p. 5).

Além disso, há muitas vezes no sujeito perverso um desejo pela destruição do outro, o qual pode ser usado e manipulado como um objeto facilmente descartável. Na perversão há um desvio de tendências quanto à finalidade dada à sexualidade humana, e é isto que caracteriza as práticas sexuais ditas perversas (Ceccarelli, 1998).

A subjugação do corpo e a incapacidade de se defender seriam fatores que aumentam a intensidade sexual, a disponibilidade de um corpo a ser manipulado. O investimento ao infantil representa para o pedófilo uma potência sobre o outro. Há o prazer de transgredir aquilo que é determinado pela norma. O ato de usar uma criança em um abuso pedófilo é ter uma ilusão de potência. Assim, o pedófilo, sob esta perspectiva, toma a criança como objeto de seu fetiche e goza na tentativa de transgredir a lei (Birman, 2002). Existe uma relação de poder do abusador para com o abusado e a impossibilidade de as crianças e os adolescentes darem um consentimento consciente para a prática deste ato, “a criança nunca é parceira na relação de um pedófilo, mas seu objeto, pois é um ser indefeso, dominado sadicamente” (Birman, 2002, p.40).

De acordo com Paixão (2020), podemos pensar como o apreço excessivo pela juventude, ainda mais notório no público masculino, o que não significa que os homens e mulheres são necessariamente pedófilos, pode ser encarado como uma modalidade de violência que está relacionada a um profundo condicionamento cultural. Lowenkron (2013) reforça a existência dos muitos sítios pornográficos na internet nos quais a menoridade, particularmente a feminina, é simulada, por ser valorizada no mercado do erotismo enquanto “fantasia sexual” masculina. As atrizes possuem corpos magros, poucas curvas e seios pequenos, pelo pubiano ralo ou depilado, usando roupas e representando performances infantis que fazem o estilo Lolita, inocentes, porém provocantes (Lowenkron, 2013).

Embora em nossa cultura a pornografia não seja criminalizada, a produção de material pornográfico e exibição de corpos infantis ou de adolescente com intuito sexual é crime.

> Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008).
> Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008).
> Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio – inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018).

O consumo de pornografia pode servir como um estímulo ou vazão para fantasias e desejos que não podem ser vivenciados no real. A pornografia é um fenômeno crescente na atualidade e carrega consigo uma gama vasta de informações indiretas a respeito daquele que a consome (Paixão, 2020). Cria-se no mundo cibernético a "permissão" de uma vivência de prazer concretizada por imagens de forma anônima. Virtualmente, a pornografia infantil representa uma possibilidade de satisfação sexual a partir de fantasias que são social, moral e eticamente condenáveis. Incluso nesse cibercrime está a disseminação de novas formas de abusar sem deixar marcas e sem fazer chorar, além da utilização de medicamentos para acalmar as crianças de maneira a facilitar os estupros, que incluem bebês, crianças com necessidades especiais e com transtornos mentais.

Apesar do imaginário social do pedófilo como um ser brutal e atacante, muitas vezes o abusador é suave, gentil e seduz com docilidade. O pedófilo pode se utilizar da sedução narcísica, presente em estruturas neuróticas, como um primeiro tempo de seu ato perverso para atrair a criança. A psicanálise possibilita a ruptura com a dicotomia entre o bárbaro e o civilizado. Ao indagar sobre a etiologia delitiva de pessoas honradíssimas e de elevada moralidade, contribui significativamente no fundamental processo de despatologização do crime e do criminoso (Carvalho, 2015). A pedofilia e o estupro estão inseridos nos atos criminosos em que constatamos que, na maioria dos casos, o abuso sexual é praticado por homens comuns mergulhados em uma misoginia cultural, uma modalidade de crime cometido pelos homens ditos honrados.

A pedofilia, apesar de ser considerada uma patologia psiquiátrica, envolve importante aspecto sociocultural; trata-se de um desejo sexual desviante identificado pelo interesse sexual atípico por crianças em fase pré-púbere ou no início da puberdade, caracterizando-se como

violência sexual pelo fato de que estas ainda não desenvolveram um mecanismo psíquico hábil a traduzir a invasão libidinosa do adulto perverso (Muribeca; Pereira, 2013).

Devido à possível sensação de prazer, o indivíduo abusado pode se sentir culpado *a posteriori*, pois acredita que de alguma forma atraiu sobre si a situação de abuso por conta de algum comportamento que tenha autorizado ou atraído o abusador. As crianças abusadas tendem a se sentirem culpadas, com ódio de si mesmas, crendo que foram elas que provocaram e permitiram o abuso sexual (Ferreira, 2017). O infante é atravessado por um sentimento de enorme confusão em que se sentirá ao mesmo tempo inocente e culpado. Duvidará de suas próprias percepções, sua confiança em seus próprios sentidos estará desfeita. De acordo com Sausse (2003), a identificação com o agressor, mencionada por Ferenczi, pode ser referente à internalização da culpa da criança-vítima, que se expõe a uma enorme confusão na qual a confiança no testemunho de seus próprios sentidos está quebrada. A criança-vítima introjeta a culpa que o agressor não sente.

Ferenczi (1933/2020) destaca que, quando o medo atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a obedecer e a identificar-se totalmente com ele. Por identificação, por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico; mas o que é intrapsíquico vai ser submetido, num estado próximo do sonho – como é o transe traumático – a ser modelado e transformado de forma alucinatória, positiva ou negativa. “A agressão deixa de existir enquanto realidade exterior e estereotipada, e, no decorrer do transe traumático, a criança consegue manter a situação de ternura anterior” (Ferenczi, 1933/2020, p. 117). A criança abusada converte-se em um ser que obedece mecanicamente. A vida sexual do abusado não se desenvolve ou assume formas perversas. As vítimas não experimentam emoções como raiva, revolta ou protesto, devido a uma possível experiência com figuras do passado, que é fonte de traumas anteriores.

O agressor, conforme Ferenczi (1933/2020) alerta, quase sempre se comporta como se nada tivesse acontecido, consolando-se com a ideia “É apenas uma criança, não sabe nada dessas coisas e acabará esquecendo tudo isso”. Não é raro ver o agressor atrelado a uma rígida moral ou a princípios religiosos, buscando por meio dessa severidade salvar a alma da criança.

3.4 Crimes exercidos mediante apropriação dos corpos das mulheres

Um dos crimes mais recorrentes em que a violência se dá mediante apropriação do corpo feminino é o estupro coletivo. O modelo de feminino subjugado, silenciado e acuado, fortalece a ideia de virilidade que se potencializa no apagamento do desejo da mulher. Nessa

modalidade de crime nos referimos à misoginia, o que pode ser compreendido como repulsa e aversão à figura feminina. O estupro seria uma violência em que o agressor investe numa válvula de escape criminosa para descarregar seu rancor e ressentimento. Não se trata de desejo sexual o que certos estupradores sentem por suas vítimas, mas desprezo. Alguns, inclusive, violentam lésbicas como forma de correção. A misoginia se diferencia do machismo, pois além do preconceito, existe o ódio e o desprezo em relação às mulheres com o intuito de agredir ou ferir o sentimento de uma mulher. Na concepção de tais homens qualquer sinal de traço considerado feminino opõe-se à virilidade firmando-se como alvo de perseguição e exclusão.

O estupro coletivo se apresenta como ritual em que um grupo de adolescentes violenta sistematicamente uma jovem do bairro, que, com frequência, é alegre e aspira liberdade. “É uma maneira de vexá-la, de domá-la e de condenar sua atitude, de recuperá-la ao meio ao qual ela pertence, como ocorre em algumas culturas onde o *jus primae noctis* é ritualizado” (Eiguer, 2002, p. 128). Representaria essa violação uma tentativa, violentamente destrutiva, de reorganizar a identidade do grupo?

O perverso sexual se sente animado pela missão de despertar o ser lascivo que está adormecido no outro; para este fim, não hesitará em vencer a inocência de sua vítima. “O bolinador acredita que a mulher é uma pele excitável” (Eiguer, 2002, p. 132). O perverso substitui a fantasia pela ação e remodela o real para torná-lo apto ao seu desejo. Aulagnier-Spairani (2003, p. 67) destaca o horror que surge quando o perverso é confrontado com a realidade da diferença dos sexos. “O perverso substitui um real julgado absurdo e inaceitável pela verdade de um desejo que se camufla em verdade do saber”. A posição do sujeito perverso é a reivindicação que faz de seu agir, a consequência de uma escolha que ele diz justificada e valorizada por um saber sobre a verdade. Este saber é o engodo onde se camufla sua razão, o perverso remodela a realidade ao jeito de seu desejo. Ele vem inverter os signos e colocar em questão o bom fundamento de todo suporte ético.

3.5 Pornografia e supremacia masculina

A pornografia institucionaliza a sexualidade que incorpora e promulga a supremacia masculina. Nesse contexto se demonstra a atuação da supremacia masculina no ato sexual, em que se impõe o poder sobre outros corpos. Performance na qual o pênis se torna uma arma e os corpos um alvo. A pornografia ensina como atuar como um macho supremacista no sexo e o porquê os homens são idealizados como máquinas de fazer sexo e as mulheres e corpos

feminilizados como escravos e subordinados. Homens são retratados como mestres na arte do sexo, mulheres são objetos manuseáveis e vadias. Faz parecer dominância e subordinação como sexo, força e violência como sexo, ódio e terrorismo como sexo, desigualdade como sexo. A pornografia erotiza o machismo (Stoltenberg, 2025).

A reciprocidade torna inviável a sensualidade. A ternura, a intimidade e o cuidado relegam à anulação e invalidez erótica. A injustiça concede emoção sexual. A pornografia explora as experiências que emprisionam os sentimentos: dor, terrorismo emocional, castigo, temor, impotência e auto-ódio fazendo parecer que se trata de liberdade sexual. Só é liberdade para aqueles que estão no poder. Igualdade é uma ideia radical. Sexo com justiça talvez seja a junção de ardor sexual com ternura. Afeição e tesão sem degradação. A individualidade sensorial de cada pessoa é celebrada sempre que duas ou mais pessoas se tocam em intimidade, nisso consiste a liberdade sexual em um mundo de real igualdade.

Stoltenberg (2025) recorre à interpretação conceitual de Andrea Dworkin que aponta a pornografia como o novo terrorismo, que justifica todas as formas de abuso sexual em nome da fantasia. A ativista acreditava que o material pornográfico gera e mantém a inferioridade civil das mulheres e explicitava que, se estuprar mulheres é entretenimento, quanto vale a vida das mulheres? Stoltenberg (2025) menciona a análise legal feminista sustentada por Dworkin em relação à pornografia como abuso dos direitos civis das mulheres. Gostaria de pontuar que ao mencionar as mulheres, estendo a importância da luta por direitos e igualdade no que tange à violência contra os corpos infantis, trans e de masculinidades não hegemônicas A pornografia é uma forma de discriminação com corpos contra-hegemônicos. Como atenuar a injustiça sexual? A ativista sugere a abordagem dos direitos civis para definir o quanto a pornografia causa danos, não podendo ser considerada uma modalidade erótica lúdica. A Portaria de Direitos Civis Antipornografia define que é cabível impetrar uma ação no contexto pornográfico quando houver lesão às vítimas, seja individualmente ou às vítimas enquanto classe. Por outro lado, as Leis de Obscenidade foram cunhadas para material considerado fora-da-lei no sentido de ofensa à moral pública, o que para conservadores poderia incluir ato sexual com pessoas do mesmo sexo, ou seja, trata-se de leis que criminalizam a partir da noção de indecência e não do que de fato causa danos.

Quadro 1 – Leis da obscenidade

Abordagem dos Direitos Civis	**Lei da Obscenidade**
Lei civil	Lei criminal
Reclamação ou ação judicial iniciada por um autor com causa de ação	A promotoria pública é acionada por um policial a partir da percepção de ofensa moral
Julgada pela comissão de Direitos Humanos ou julgado em tribunal civil	Julgado em tribunal penal
Pornografia é definida de acordo com os danos causados	Crime baseado em ofensa à moral pública
Lesão de classe: subordinação	Ofensa comunitária: indecência
Remediação para direitos civis violados: indenização financeira e/ou liminar	Punição por violação do estatuto: prisão, multa, advertência

Fonte: adaptação da autora a partir da obra de John Stoltenberg.

A injustiça e subjugação de corpos como erotização é viciante e se converte fatalmente em vício. A adicção sexual é uma configuração psicopatológica em que o ato sexual adquire teor irrefreável e nocivo, a despeito da compreensão intelectual e possíveis racionalizações do *sex-addict* sobre o problema. A adicção à pornografia se encontra na esteira da compulsão à repetição, o apelo ao objeto da adicção mediante prática sexual, atividade com profissionais do sexo, parceiras diversas, obsessões e idealizações românticas com pessoas indisponíveis revela não a transicionalidade do objeto, mas, sim, sua transitoriedade (Gurfinkel, 2011; 2013).

> Há um constante deslocamento que não permite sua interiorização, sua efetiva simbolização – e, em um plano mais fenomenológico, sua humanização –, apenas situações efêmeras de apaziguamento as quais, após o cessar da prática ou atividade, culminam em sentimentos acentuados de abandono, solidão e desespero. Dissolução narcísica que é apenas transitoriamente reparada (Klier e Winograd, 2022, p. 7).

Na reflexão apresentada por Klier e Winograd (2022), se o desejo e a sexualidade remetem à relação com o outro, à vida erótica e ao estabelecimento de ligações, a adicção sexual é permeada não pelo desejo, mas por ímpetos que vêm a camuflar uma iminente dissolução narcísica. No apelo desesperado ao objeto sexual, busca-se uma anestesia, solução momentânea e efêmera para estados internos pungentes. É a simulação de um movimento que simplesmente não consegue ocorrer: o movimento de Eros.

No que tange à adicção sexual especificamente, existe a dissonância entre um funcionamento supostamente conservado, sano, e o caos que habita a vida interior do sujeito, sua loucura particular. O sexo, nesse contexto, torna-se uma busca frenética e esvaziada de sentido, marcada por uma dimensão crua e pragmática que, ao se intensificar, gera intenso

mal-estar psíquico. Como extensão, compreende relações desumanizadas, predominantemente narcísicas, nas quais há dificuldade de reconhecimento do objeto sexual como alteritário (McDougall, 1995/1997; Estellon, 2014, 2020).

3.6 A Violência e Seus Impactos na Saúde

Considerando a violência em suas múltiplas facetas, ponderamos seus impactos na saúde física e mental dos indivíduos, o que reverbera na população. A natureza dos atos violentos pode ser reconhecida em algumas modalidades de expressão, também denominadas de abusos ou maus-tratos: física, psicológica, sexual e envolvendo negligência, abandono ou privação de cuidados (Njaine et al., 2020). No sentido de apresentar um panorama da obra de Donald Winnicott e suas principais contribuições no debate dos dilemas e perspectivas do campo das violências e subjetividades pretendemos pensar a violência da masculinidade como um problema cultural, social e histórico que se intensifica em sociedades marcadas por desigualdades, iniquidades e injustiças sociais, as quais desestruturam as bases familiares, comunitárias e territoriais necessárias ao desenvolvimento humano.

A relação entre violência e saúde pública se estabelece a partir do momento em que a violência afeta diretamente os índices de morbidade e mortalidade, criando uma carga considerável para os serviços de saúde. Nesse contexto, a psicanálise pode agregar ao campo da saúde pública na busca do desenvolvimento de estratégias para a prevenção da violência e para o atendimento adequado às vítimas não somente mediante a compreensão de processos que podem ser desencadeados em contextos de falha ambiental, como possíveis caminhos para ressignificar situações traumáticas.

O impacto da violência na saúde pública pode ser observado de diversas formas; tanto em termos diretos, como as lesões físicas resultantes de agressões, homicídios e acidentes causados por atos violentos; quanto em termos indiretos, em que a violência provoca danos psicológicos profundos, como traumas, depressão e ansiedade, que frequentemente são negligenciados. Essas condições de saúde mental exigem uma abordagem interdisciplinar com atuação integrada, o que se torna essencial para garantir cuidados mais abrangentes às vítimas, minimizando os impactos da violência e reduzindo a sobrecarga nos sistemas de saúde (Ferreira; Henriques, 2025). Além disso, a exposição contínua à violência, seja no ambiente familiar ou no contexto de comunidade, pode levar à deterioração das relações sociais, influenciando negativamente a coesão social.

Njaine et al. (2020) destacam diversos contextos para salientar a devastação humana que a violência provoca, uma vez que se trata de um fenômeno complexo, multicausal e polissêmico, que transcende definições simples. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002), a define como o "uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação" (Krug et. al., 202, p. 5). É crucial distinguir violência de agressividade, sendo esta última um impulso inato essencial à sobrevivência, enquanto a violência é um processo social e psicossocial.

Nos contextos de *bullying* e *ciberbullying*, além do fenômeno dos desafios nas redes sociais muito recorrentes entre crianças e adolescentes, a violência autoinfligida, o que inclui suicídios, tentativas de suicídio, ideação suicida e autoagressão/automutilação estão presentes se apresentando como crescente mal-estar social contemporâneo. De acordo com Njaine et al. (2020**)** no Brasil, a taxa de suicídio tem uma leve tendência de aumento, com homens prevalecendo sobre mulheres nos atos consumados (razão de 3:1 a 4:1). A automutilação é mais prevalente em mulheres jovens e indivíduos homo/bissexuais, muitas vezes servindo como mecanismo de alívio emocional. Não devemos pensar unicamente em medicalizar a violência, mas considerar que a violência, antes de ser um problema intelectual, constitui-se como uma questão sociopolítica que afeta materialmente os serviços de saúde, seus custos e sua organização. Não é cabível compartilhar do imaginário da inevitabilidade e da falta de controle.

A violência interpessoal que influencia o comportamento violento pode se iniciar no contexto da violência Familiar/Intrafamiliar no registro da indiferença, negligência, abuso físico, psicológico, sexual, incesto, e abuso econômico/financeiro, tratando-se da forma mais comum de violência, frequentemente "entre quatro paredes" e acobertada pelo silenciamento. Fatores culturais e crenças como "o homem é o chefe" ou "a criança precisa ser castigada" a fundamentam. A violência intrafamiliar pode perpetuar-se por ser transgeracional.

O escopo desse estudo é abordar a violência da masculinidade em seu aspecto não tão explícito, mas quando nos referimos ao contexto familiar o que entra para jogo é a responsabilização unilateral da mãe. Winnicott (2021b) destaca as diversas maneiras em que o pai é valioso, nos referimos à função paterna, mas também à responsabilização do homem no desenvolvimento do filho. "Uma criança é realmente sensível às relações entre seus pais e se tudo correr bem entre as paredes do lar, [...] a criança é a primeira a mostrar seu apreço por encontrar a vida mais fácil, mostrando-se mais contente e mais dócil de conduzir" (Winnicott, 2021b, p. 129). Por "mais fácil" podemos entender ao menos sem dificuldades extremas e

educável. Mais dócil de conduzir não diz respeito à ausência de agressividade, posto que a agressividade para Winnicott é motilidade, mas uma criança que se encontra em um ambiente de segurança social, e por isso mesmo, é mais contente e dócil por não se sentir ameaçada.

A agressividade enquanto força vital "principia até antes do nascimento, não só nas evoluções do bebê por nascer, mas também nos movimentos mais bruscos das pernas, que fazem a mãe/pessoa que gesta dizer que sente o filho dar-lhe pontapés" (Winnicott, 2021b, p. 263). Pode-se descrever o desenvolvimento de uma criança observando a progressão desde um simples movimento até as ações que exprimem cólera, ou estados que denunciam ódio e controle de ódio. Poderíamos descrever como uma pancada acidental converte-se em um golpe com a intenção de causar dano, e a par disso, poder encontrar a proteção do objeto que é simultaneamente amado e odiado. Ambivalência necessária, posto que, o que é somente amado está no campo da idealização. No desenvolvimento sadio, a maneira como a organização das ideias e impulsos destruidores, conscientes e inconscientes, e as reações a tais ideias, aparecem nos sonhos e brincadeiras infantis e levam à descoberta do mundo externo, um começo de relação com os objetos externos, aquilo que é o não-eu. Em relação ao contexto não sadio, podemos encontrar crianças sempre na expectativa de perseguição e tornando-se agressivas como autodefesa e mesmo contra os ataques imaginados. Em suma, a primeira criança é feliz por descobrir que a hostilidade manifesta é limitada e consumível, ao passo que a segunda criança não atinge um extremo satisfatório e fica na expectativa de sucessivas dificuldades. Em muitos casos, as dificuldades são reais. O que difere a criança sadia é o desenvolvimento da capacidade de colocar-se na situação das outras pessoas e identificar-se com os objetos externos. No entanto é preciso cautela nas interpretações, pois:

> Uma das coisas mais desagradáveis no que diz respeito ao autodomínio é que uma criança gentil, que não seria capaz de fazer mal a uma mosca, pode estar sujeita a periódicos surtos de sentimentos e conduta agressiva, uma explosão de cólera, por exemplo, ou uma ação perversa, [...] (Winnicott, 2021b, p. 266).

Winnicott (2021b) apresenta os dois significados da agressão. Pode constituir direta ou indiretamente uma reação à frustração, assim como ser uma fonte de energia de um indivíduo. Por vezes, a agressão apresenta-se claramente sendo preciso alguém para enfrentá-la e fazer algo para conter os danos que ela poderia causar. Nem sempre a agressão se mostra tão abertamente, mas por impulsos.

Muitas das falhas que a criança encontrará no ambiente serão relativas à vida normal, mas não podem ser comparadas às falhas graves de adaptação na fase do bebê. Se as coisas dão errado na largada da vida e não são logo reparadas, o indivíduo pode ser afetado de forma

permanente. A adaptação bem-sucedida transmite ao bebê a sensação de segurança. “O bebê passa a acreditar em uma confiabilidade nos processos internos que levam à integração em uma unidade” (Winnicott, 2020, p. 113).

A perda de um ambiente facilitador, que pode ser compreendido como um ambiente passível de se construir relações de afeto seguro em que o vínculo seja possível, pode ocorrer em qualquer fase da infância ou adolescência. A ausência de investimento afetivo, o desamor, a negligência, o abandono e a incúria são modalidades de violência emocional.

> A categoria abuso psicológico nomeia agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir-lhe a liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social. Indica também a rejeição de pessoas, na inter-relação. No caso de crianças e adolescentes, o abuso tem um efeito devastador sobre a autoestima, principalmente quando os pais ou seus substitutos não são afetuosos. Muitos estudos mostram que a baixa autoestima pode estar associada à formação de personalidades vingativas, depressivas e a desejos, tentativas ou mesmo execução de suicídios (Njaine et al., 2020).

A partir da consciência de que a violência não surge do nada, mas que é resultante de um grupo de fatores, pomos em destaque a diferenciação entre agressividade e violência, sendo esta última a resultante da ausência de um espaço criativo para escoar a agressividade, podendo a violência ser também um desdobramento de vivências baseadas em privações e sofrimentos experienciados pelo indivíduo fazendo com que perceba o mundo externo e as pessoas como ameaçadores. O entorno do indivíduo pode influenciar, mesmo quando este é oriundo de um lar amoroso. A título de exemplificação, em um contexto de violência comunitária manifesta em altos níveis de desemprego, concentração de pobreza, presença de gangues, armas, drogas, ausência de regras e normas sociais; além da propagação pela mídia de conteúdos que fomentam o comportamento violento, podemos presenciar a manifestação da tendência antissocial. Quando esta se manifesta “em uma criança significa que se desenvolveu nela alguma possibilidade, a esperança de achar um modo de superar um vazio” (Winnicott, 2022, p.131). Esse vazio diz respeito a uma quebra na continuidade da provisão ambiental.

Margeando as modalidades de mal-estar social que influenciam os contextos trazidos, adicionamos ainda que se diferencia a violência coletiva da comunitária por englobar crimes organizados, ações de grupos e Estados, incluindo guerras, terrorismo e violências relacionadas ao narcotráfico. A violência estrutural refere-se à manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que geram miséria, fome, submissão e exploração (Njaine et al, 2020).

Considerada a raiz de como outras formas de violência tornam-se naturalizadas, a ênfase dessa pesquisa na violência cultural expressa como a disseminação da violência ocorre

constantemente por meio de valores, crenças e práticas repetidas que se expandem, transformando-se em discriminações e preconceitos que oprimem ou eliminam os “diferentes”. Nosso recorte inclui a violência de gênero, dando destaque ao contexto do feminino enquanto grupo vulnerável com suas especificidades, levando em consideração os marcadores sociais e os corpos contra-hegemõnicos no contexto do ódio ao feminino. Sempre cientes de que a violência não afeta a todos os indivíduos igualmente devido às camadas de vulnerabilidade.

Crianças e adolescentes sofrem as consequências que incluem danos à saúde física e mental, isolamento social, baixo rendimento escolar, depressão, automutilação e ideação suicida. A violência contra mulheres, especialmente perpetrada por parceiros íntimos, é um problema cultural profundamente enraizado em normas sociais patriarcais. O feminicídio é o homicídio de mulheres por razões da condição de sexo feminino. A Lei Maria da Penha (2006) é um marco no combate a essa violência. A violência contra mulheres grávidas é duas vezes mais comum do que patologias como pré-eclâmpsia ou diabetes gestacional, mas frequentemente invisível para profissionais de saúde (Njaine et al., 2020). Resultados bem-sucedidos e de larga escala são atingidos quando se toma como norte a prevenção e a promoção de saúde, e a qualidade de vida.

Em anuência com o posicionamento de (Ferreira; Henriques, 2025) ressalto que a magnitude e a complexidade dos problemas relacionados à violência demandam uma abordagem integrada, baseada na produção de informações de qualidade, na capacitação de profissionais, na articulação de redes de apoio e, fundamentalmente, na promoção de uma cultura de paz, cidadania e respeito às diferenças. A superação da violência não é um destino, mas uma construção social que exige comprometimento de todos os setores e indivíduos.

4 UM BERÇÁRIO DE PRISIONEIRAS

Além do campo social tomamos como solo de observação o *setting* psicanalítico como lugar no qual se apresentam os relatos que tornam possível perceber a recorrência e os efeitos da violência psicológica, explícitas ou encobertas que se desdobraram em danos psíquicos aos alvos dos agressores. Na exposição de narrativas clínicas se apresentam as violências sutis do cotidiano, nem sempre exercidas de forma clara, mas que estão implícitas na fala dos analisantes. A construção social do sistema patriarcal invisibiliza a violência fazendo com que os sujeitos que sofrem as agressões não consigam nomear seu mal-estar e identificar seu contexto como violento. Na inviabilidade de detectar a origem do sofrimento, o sujeito se vê destituído de aptidão para reconhecer como violência o hiato afetivo que compromete sua subjetivação.

A cultura é o berçário onde meninas e mulheres se constituem psiquicamente na lógica do pensamento patriarcal, o que as impede de realizar qualquer pensamento crítico, a menos que desobedeçam e rompam, uma vez que as anteriormente mencionadas pedagogias do patriarcado inoculam os valores que garantem a supremacia dos homens e os papéis destinados às mulheres desde o nascimento.

No sentido de investigar este fenômeno no enlace da cultura e do indivíduo, nos ancoramos no construto da psicanálise como psicologia individual e coletiva concomitantemente, considerando que o psiquismo se constitui a partir dos laços sociais. Além de sua dimensão individual, existe um inconsciente como conjunto de valores que vigora em determinada cultura e que as pessoas assimilam. O inconsciente social. “A cultura, distintivo das sociedades humanas, é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social” (Nogueira, 2021, p. 61).

> O conjunto das representações que constituem a cultura está condicionado a uma lógica que determina que viver em sociedade é estar “sob dominação dessa lógica”: os indivíduos se comportam segundo essa lógica, muitas vezes sem ter consciência disso. Daí resulta que a vida coletiva, assim como a vida psíquica dos indivíduos, se faz de representações, ou seja, de figuras mentais (Nogueira, 2021, p. 61).

Nogueira (2021) discorre sobre o funcionamento da cultura para o indivíduo, uma espécie de anteparo que o defende do pavor do isolamento e da desordem, dando legitimidade às estruturas institucionais. Não há comportamento humano fora da cultura, ou resultante de qualquer abstração que se faça desta.

Apontando o que no contexto ocidental molda os comportamentos em uma sociedade machista, nos dispomos dos textos de Freud (1910-1917/2017) *Contribuições à Psicologia do Amor I, II e III*, como referência de conteúdos de matriz patriarcal em que é possível destacar a influência da cultura na formação do psiquismo masculino. Em *Sobre a mais comum depreciação da vida amorosa*, Freud (1912/2017) exibe a classificação das mulheres como objeto sexual. Ao se relacionar com o objeto sexual depreciado e degradado, o homem poderia fruir a plena potência sexual, um prazer sem escrúpulos. Em contrapartida, a inibição da potência sexual seria característica da fixação nos objetos incestuosos que lembram a mãe e a irmã, dessa forma os objetos eleitos como qualificados embotam a intensidade sexual. Desse modo, o homem dessexualiza a mulher que ama – modelo dos objetos incestuosos infantis – e sexualiza a mulher que não ama. O malogro na manutenção das duas correntes, terna e sensual concomitantemente direcionadas ao mesmo objeto, teria como desdobramento o construto social que lançou as mulheres nos papéis de mãe e prostituta, promovendo no inconsciente masculino uma separação de afetos. Consequentemente, o homem nega às mulheres a completude de um amor no qual se pode usufruir sensualidade e ternura, frustrando sempre um ou outro objeto que estará no papel de mulher ou de mãe.

Tal mecanismo inconsciente revela a indiferença que subjaz a falta de interesse do masculino em conhecer o prazer do corpo feminino, assim como seu psiquismo expõem a negligência e descaso com as necessidades afetivas e sexuais da mulher. Outrora iniciados sexualmente em bordéis assumem-se como portadores de um desempenho sexual primoroso validado pela profissional remunerada. Por vezes, carentes de obras exitosas no que tange a satisfação sexual da mulher, restringem-se ao prazer do sexo genital, desconhecendo a complexidade do erotismo feminino. Na concepção da masculinidade hegemônica, a virilidade estava relacionada à ereção, à conclusão da descarga sexual e quantificação das relações sexuais. Na contemporaneidade, expostos à pornografia em idade precoce no mundo virtual, sequer iniciam suas experiências eróticas com uma pessoa real, deturpando a violência exposta no material pornográfico como uma satisfação real do feminino. Em ambos os cenários se negam a pensar na precariedade da erotização masculina.

Dessa maneira, sendo subjetivados na compreensão de que o prazer feminino consiste na subjugação, maus-tratos e submissão à violência, podemos analisar a violência psicológica cotidiana invisibilizada como adesivada às modalidades de relacionamento consideradas aceitáveis pela cultura. Nem sempre tão explícitas, as agressões frequentemente se manifestam através de pequenos toques desestabilizadores, como violência recreativa, ausência de responsabilidade emocional, indiferença às necessidades afetivas/eróticas da mulher que não se

limitam ao sexo genital e a manipulação dos afetos. Birman (2016) frisa como a sexologia de Krafft-Ebing na segunda metade do século XIX, delimitou a mulher como masoquista e atribuiu à mulher esse traço como inato, considerando-o como consequência de sua posição passiva em oposição à posição ativa da masculinidade. Desse modo, a matriz fundadora do imaginário do século XIX delineava os dois sexos de acordo com os valores do pensamento patriarcal.

Tais construtos validam modos de funcionamentos que se operam mediante domínio e controle, atrelados à ausência de condições que promovam a autonomia do feminino, o que resulta na subjugação da mulher devido à dependência financeira, sujeição pela necessidade de parceria nos cuidados dos filhos, à depreciação estética e sexual da mulher exercida pela masculinidade, o desgaste dos trabalhos domésticos não remunerados, as ameaças verbais e comportamentos intimidadores ou de indiferença extrema.

Apesar de constituir-se como temática profusamente mencionada em nossos tempos, o trabalho de desconstrução da masculinidade opressora não acontece. O que se percebe é um esforço hercúleo das mulheres e as miríades de teorias que apontam caminhos e reconstruções do feminino, enquanto a reconstrução das masculinidades não é posta em jogo. Nos defrontamos com a inércia na proposta de desconstrução da virilidade ancorada na violência, seja física ou simbólica. No sentido de avançarmos nessa desconstrução faz-se necessário pensar a influência da cultura no psiquismo. “A cultura funciona, para o homem, como um escudo que o protege da possibilidade de ter uma experiência que escape ao estabelecido pelas decodificações do grupo social” (Nogueira, 2021, p. 63).

A violência de gênero se constitui como problema social grave, no qual a masculinidade se exclui dessa luta. Nos deparamos com um projeto de violência presente na cultura que naturaliza a desigualdade de gênero estabelecendo barreiras para a emancipação, igualdade e cidadania das mulheres.

4.1 Machismo como violação dos direitos humanos

A filosofia, assim como a psicanálise, impõe um modelo masculino que foi pensado por homens e teve os homens como destinatários. A figura da mulher é apresentada como desviante pela primeira e, faltante pela segunda. Na forma mais polida de diferenciação poderíamos dizer que ela é “o outro”. Na filosofia, a mulher se reveste de uma conotação pejorativa, um “outro” secundarizado, discriminado, anulado. A filosofia e a psicanálise enquadram a mulher na ausência do pênis, do “outro” faltante, incompleto. Aristóteles (1984)

em sua obra: *a geração dos animais*, denomina a mulher como um desvio de um tipo mais perfeito que se concretiza no homem. A mulher é mencionada como um homem incompleto: "A fêmea é um macho mutilado" (p. 27-28). A aferição das mulheres se dava mediante os padrões masculinos. É notório o vínculo de amizade entre os homens gregos, que excluía o feminino, a partir do discurso platônico que anulava a mulher "... a mulher participa de todas as atividades, de acordo com a natureza, e o homem também, conquanto em todas elas a mulher seja mais débil do que o homem" (Platão, A República, livro V, 455 d – e), ou do discurso aristotélico, que a inferiorizava, ambos tendo continuidade no pensamento europeu.

O machismo se constitui como violação de direitos humanos uma vez que impossibilita o viver mediante relações de paridade, tendo por base a definição do feminino como inferior e menos competente.

A psicanálise nos oferece insights sobre as raízes psíquicas da dominação masculina e da rejeição ao feminino, Freud (1917/2011), em sua obra *O Tabu da Virgindade* menciona um estado de sujeição da mulher, assim como uma "servidão sexual", termo que ele toma emprestado de Krafft-Ebing (1892), para a designação do fato de que uma pessoa pode adquirir um extraordinário grau de dependência em relação a outra com a qual tem relacionamento sexual. Servidão que poderia levar à perda de toda vontade autônoma e, salienta que "alguma medida de servidão sexual é, de fato, imprescindível para a manutenção do casamento civilizado e para a detenção das tendências polígamas" (Freud, 1917/2011, p. 366). Adiante, o autor apresenta suas considerações sobre o tabu da virgindade:

> Não apenas a relação com a mulher é tabu, mas o próprio ato sexual; quase poderíamos dizer que a mulher é toda tabu. Ela não só é tabu nas situações especiais que decorrem de sua vida sexual, na menstruação, na gravidez, no parto e no puerpério; também fora delas o trato com a mulher está sujeito a tão sérias e numerosas limitações, que temos toda razão em duvidar da suposta liberdade sexual dos selvagens. [...] Ali onde o primitivo ergue um tabu, é porque teme o perigo. Não se pode negar que um temor básico ante a mulher se exprime em todos esses preceitos para evitá-la (Freud, 1917/2011, p. 372-373).

Nessa obra, pode-se compreender que Freud apresenta o feminino como o infamiliar, a pulsão de morte, o ser diferente que é eternamente incompreensível, envolta em mistérios, estranha e aparentemente hostil. Os tabus enumerados demonstram a existência de um poder que os opõe ao amor, que leva os homens a rejeitarem a mulher como uma estranha hostil. Na narrativa freudiana o homem teme ser debilitado pela mulher, ser contagiado por sua feminilidade, e assim, tornar-se incapaz. A percepção da influência que a mulher adquire sobre o homem através do ato sexual, talvez explique a difusão do temor do homem. Freud

(1917/2011, p. 374) enfatiza: “Em tudo isso, não há nada que tenha envelhecido, nada que não perdure entre nós”.

A psicanálise ao atentar para a angústia de castração e sua influência sobre o juízo que o homem faz da mulher, acredita haver apreendido boa parte do que fundamenta a rejeição do feminino pelo homem, narcísica e entremeada pelo menosprezo. A angústia de castração sentida pelo homem teria um reverso feminino na inveja do pênis pelas lentes freudianas. Winnicott (2021a) observa que talvez a pior parte, do ponto de vista sociológico, seja o lado masculino desse delírio de que há um pênis feminino que foi pedido, delírio este, que faz com que os homens enfatizem o aspecto castrado da mulher, no qual se funda a crença de uma inferioridade feminina. Conforme avançamos nas leituras psicanalíticas e filosóficas percebemos que o véu da cultura e os atravessamentos da educação ocidental são o que determinam o que é civilizado e o que não é. Desse modo, não podemos considerar um grupo homogêneo de modo a universalizar este estudo, mas nos detivemos a considerar a sociedade ocidental construída sob os ditames da cultura europeia como território de nossas reflexões.

A construção da masculinidade conforme vem sendo realizada em nossa sociedade é narcisicamente perversa, uma vez que a dominação está relacionada à violência. A sociedade é violenta por estar imersa na cultura patriarcal. As modalidades de violências invisibilizadas socialmente não despertam nossa atenção pois costumam se manifestar por meio de intimidação, domínio, controle e da necessidade de submissão nos relacionamentos. Esse modo de funcionamento se instala nos recônditos da psique masculina devido a uma construção cultural que inocula em tenra idade a sensação de superioridade de um sexo sobre outro. Consequentemente, não há desejo investigativo no sentido de conhecer a essência mulher, mas agradá-la para obter cuidados ou sexo. Birman (2016) pontua a concepção de Freud acerca da figura do masculino como sendo em si mesma mais evidente do que a do feminino, na qual a mulher seria marcada pelo velamento e obscuridade. A feminilidade seria algo da” ordem do enigmático, e do quase indizível”, o que equivale dizer que “a figura da mulher foi concebida por Freud como inconsistente e obscura” (Birman, 2016, p. 182).

Embora o feminismo branco nos sirva de referência e conteúdo teórico como um ponto de partida do momento em que as mulheres brancas decidiram expor socialmente algumas desigualdades referenciadas a seu grupo, ele pouco nos serve no contexto dos dias atuais. Beauvoir (1949/2020) foi uma autora nodal que realizou contribuições significativas e reivindicou a emancipação feminina branca. Precursora do feminismo na filosofia política, a pensadora elaborou diversas análises dos papeis de esposa, mãe e prostituta. A mulher branca da sociedade moderna era impedida de realizar trabalhos ou exercer sua criatividade, toda sua

vida deveria estar relacionada à monotonia dos cuidados do lar e dos filhos, sendo meros receptáculos da libido do homem. Feministas negras ressaltaram que, enquanto mulheres brancas denunciavam um lugar de opressão autorreferencial, mulheres negras e racializadas já trabalhavam e não encontraram empoderamento financeiro por meio de sua labuta, além de serem tratadas como corpos disponíveis ao abuso e estupro. Nessa conjuntura foi atribuída à mulher a passividade como característica inata, quando na verdade, havia um impedimento e intimidação social para que o feminino não se expandisse e permanecesse no lugar da submissão, independentemente de sua raça, etnia, classe social ou orientação sexual.

Devido ao embotamento de consciência de seu tempo e classe social, Beauvoir (1949/2020) não considerou em sua obra que aos corpos das mulheres negras, racializadas ou de classe social desprezada eram negados os confortos da mulher branca destinada à procriação, além de serem sobrecarregadas em trabalhos desgastantes gratuitos ou mal remunerados – corpos femininos hiperssexualizados e destinados ao estelionato afetivo (sedução sem responsabilidade emocional), à exploração sexual ou estupro; divisão ancorada na matriz das escolhas de objeto prisioneiras de uma lógica edipiana. Tais marcadores sociais impõem diferentes modalidades de opressão às mulheres, balizando como o afeto será disposto de acordo com a raça, cor, etnia, orientação sexual e classe social, o que, na lógica patriarcal, classifica as mulheres como objetos qualificados ou depreciados.

Cabe pôr em evidência a importância da análise da sobreposição de fatores sociais que irá impactar a relação do indivíduo com a sociedade e seu acesso a direitos (Akotirene, 2019)**.** Nesse sentido, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica indispensável aos estudos feministas, raciais e culturais, norteando tanto o trabalho psicanalítico quanto dos direitos humanos na luta pela justiça reprodutiva e iniciativas de combate à violência.

> A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. A interseccionalidade considera que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente (Collins e Bilge, 2021, p. 16).

Beauvoir (1949/2020) põe em destaque apenas o desejo da mulher branca da sociedade moderna de realizar trabalhos criativos e socialmente valorizados. A mulher, para ser considerada valorosa, deveria renunciar a seus projetos para se dedicar ao casamento. Seus corpos, por serem destinados à procriação, eram dessexualizados para que seu prazer adormecesse. O fato de a mulher não acessar seu prazer era tranquilizador para o marido. A mulher valorosa deveria ser frígida. No fluxo do pensamento de matriz patriarcal, Freud

(1912b/2017) enfatiza que esse mecanismo inconsciente ocorre para que na ausência ou insuficiência do marido a mulher não ceda ao cortejo de outros homens, a esterilização erótica é uma garantia ao homem de que a prole seja sua, garantia obtida por meio do controle da sexualidade e da reprodução das mulheres.

A cultura sempre impôs padrões perversos ao feminino, sobrecarregando seu corpo na procriação, no esgotamento da administração doméstica; ou em trabalhos esgotantes gratuitos ou mal remunerados. Para que seja considerada valorosa deve apropriar-se do posto inarredável do lugar do cuidado e do perdão diante das frequentes violências do cotidiano. Em nosso mundo em transformação, cujas mulheres são denominadas "empoderadas" prosseguimos presenciando mulheres sobrecarregadas, que além das tarefas anteriores e já conhecidas, precisam dar conta do sustento da família devido à debandada do homem das responsabilidades familiares e do comprometimento financeiro e emocional com os filhos.

A liberdade sexual da mulher agravou a violência e a retaliação masculina. A perda da exclusividade de seu privilégio sexual na busca de parceiras e quantidade de relações agora é compartilhada com as mulheres que podem adotar o mesmo padrão comportamental. Na perda dessa exclusividade, a ausência de maturidade fez com que boa parte dos homens se esquivasse de suas responsabilidades como se as obrigações no cuidado com a família fossem uma concessão dada à mulher que se restringisse ao lugar de submissão.

Os estudos de Freud (1893/2016) sobre a histeria deram origem ao nascimento da psicanálise, um marco que ressalta o prejuízo causado à saúde mental das mulheres em meados do século XIX. A partir do sofrimento psíquico feminino no contexto da cultura patriarcal da sociedade vienense, a histeria era concebida como um problema moral, devido ao fato de nenhum exame detectar lesão ou inflamação no sistema nervoso. As pacientes eram vistas como pessoas que estavam realizando uma performance para chamar a atenção ou como pretexto para se eximir de suas responsabilidades.

Todos os afetos intensos experimentados prejudicavam a associação e o curso de ideias das mulheres da sociedade vitoriana. A vivacidade inquietante e o desassossego eram oriundos de uma necessidade de sensações e atividade intelectual, além de uma incapacidade para suportar a monotonia e o tédio da vida conjugal, assim como o desejo sexual reprimido. As histéricas eram as mulheres silenciadas que desejavam mais do que exercer o papel de mãe para afirmar sua existência. As emoções femininas que não podiam escoar, devido às imposições da sociedade de sua época, eram patologizadas. A opressão teve um custo elevado para a mulher, que foi duplamente vítima: da opressão masculina e do epíteto de

desiquilibrada, pois a manifestação das emoções era desmedida devido às intensidades causadas pelo seu lugar de impotência e falta de perspectiva de mudanças.

Freud (1905/2006), em suas teorias seminais sobre a inveja feminina do pênis reportava o desejo da mulher de participação na vida pública e desenvolvimento profissional. Pelo fato de as mulheres estarem restritas à administração do lar e a idealização da felicidade estar vinculada ao amor romântico, sua atribuição de sentido ficou restrita à esfera do relacionamento conjugal e da família. No entanto, apreciando as observações de Kehl (2016) essa função doméstica atribuída à mulher não se tratava de uma inclinação natural, mas de um dever que lhe foi imposto. A mulher deseja ocupar espaços de poder assim como o homem, sem com isso ter que renunciar à vida afetiva.

Em nossos tempos, a opressão às mulheres assume configurações inéditas que dialogam com o avanço de tecnologias, mudanças culturais e a resistência de certos setores à equidade de gênero. Ao evidenciar uma das modalidades mais frequentes de mal-estar na contemporaneidade, trazemos ao debate a temática dos novos formatos de relacionamentos abusivos, nem sempre identificáveis de imediato. No contexto contemporâneo, o *gaslighting*, manipulação psicológica que faz a mulher duvidar de suas próprias percepções; o *ghosting*, a prática de cortar abruptamente a comunicação e desaparecer após performar afeto e construção de intimidade; o *manterrupting*, interrupção desnecessária de uma mulher que não consegue concluir seu raciocínio ou terminar sua fala; o *mansplaining*, quando um homem explica algo a uma mulher como se ela não soubesse, ainda que ela seja uma especialista, tenha mais conhecimento ou experiência. Essas eram modalidades de violência pouco perceptíveis antes do letramento feminino sobre as condutas sutis de opressão que visam desencorajar a participação das mulheres nos espaços públicos e digitais. Nesse contexto cibernético nos deparamos igualmente com a estratificação sexual das mulheres e percebemos as camadas de vulnerabilidade presentes em variados contextos.

Partindo da revisão do conceito de vulnerabilidade quando pensamos o viver na pele do feminino, assim como dos corpos vulnerabilizados, seja no contexto offline ou online, buscamos a partir da teoria de Florência Luna não lidar com o conceito de vulnerabilidade como um rótulo afixado a uma determinada subpopulação.

A noção de grupos vulneráveis aparece em códigos éticos de pesquisa para descrever certos tipos de populações consideradas dignas de proteção. Luna (2009) nos convida a pensar em como apenas rotular mulheres como grupo vulnerável é demasiado simplista e levanta algumas questões. Em certos contextos, as mulheres podem não ser essencialmente vulneráveis, mas podem se tornar vulneráveis. A título de exemplificação, pode-se dizer que

ser mulher não implica, por si só, que uma pessoa seja vulnerável. Uma mulher que vive em um país que não reconhece ou é intolerante aos direitos reprodutivos adquire uma camada de vulnerabilidade (que uma mulher que vive em outros países que respeitam tais direitos não necessariamente possui). Por sua vez, uma mulher educada e financeiramente independente nesse mesmo país pode superar algumas das consequências da intolerância aos direitos reprodutivos; no entanto, uma mulher pobre que vive em um país intolerante aos direitos reprodutivos adquire outra camada de vulnerabilidade. É possível que ela não tenha acesso, por exemplo, a contraceptivos de emergência e, portanto, seja mais suscetível a gravidezes indesejadas. E se ela for migrante e não tiver sua documentação em ordem ou pertencer a um grupo aborígene, ela adquirirá cada vez mais camadas de vulnerabilidades. Ela sofrerá essas camadas sobrepostas (Luna, 2009).

Luna (2009) Propõe que o conceito de vulnerabilidade seja pensado a partir da alegoria de camadas.

> A metáfora de uma camada dá a ideia de algo "mais suave", algo que pode ser múltiplo e diferente, e que pode ser removido camada por camada. Não é "uma vulnerabilidade sólida e única" que esgota a categoria; pode haver diferentes vulnerabilidades, diferentes camadas operando. Essas camadas podem se sobrepor: algumas delas podem estar relacionadas a problemas com consentimento informado, outras a circunstâncias sociais. A ideia de camadas de vulnerabilidade confere flexibilidade ao conceito de vulnerabilidade (Luna, 2009, p. 9).

Este conceito de vulnerabilidade é relacional, multifacetada e não essencial, diz respeito à relação entre a pessoa ou um grupo de pessoas e as circunstâncias ou o contexto. Está intimamente relacionado à situação em análise. Não se trata de uma categoria ou um rótulo fixo que podemos simplesmente atribuir e que inclui ou exclui um grupo específico. Em vez disso, deve ser vista como multifacetada e não essencial.

Outra maneira posta pela autora de entender esta proposta não é pensar que alguém é vulnerável, mas considerar uma situação particular que torna alguém vulnerável. Se a situação mudar, a pessoa pode não ser mais considerada vulnerável. Ela não se torna vulnerável, pura e simplesmente. Ela adquire uma camada de vulnerabilidade; ela é vulnerável em algum aspecto particular que é o resultado da interação de suas circunstâncias particulares e suas próprias características.

Se considerarmos as diferentes situações que as mulheres podem enfrentar com um olhar diferenciado, a vulnerabilidade ainda pode ser um conceito útil. A proposta baseada em camadas tem uma vantagem relacionada. Permite o desdobramento de uma variedade de problemas relacionados às circunstâncias em análise. Se aceitarmos a característica opaca que

o contexto apresenta, onde variáveis múltiplas, diversas e até contraditórias interagem, podemos precisar de uma ferramenta de granularidade fina para analisar, interpretar e avaliar a situação de pesquisa. O que Luna (2009) elucida através de seu conceito de vulnerabilidade permite a identificação de diferentes camadas e mostra como elas se expressam e podem interagir em diferentes contextos sociais e culturais.

Em sociedades de lógica patriarcal, as camadas de vulnerabilidade aumentam ou diminuem de acordo com o nível de opressão expressa nessa sociedade e em relação a qual grupo social, étnico e de classe a mulher pertence. No contexto de privilégio masculino, a violência de gênero é tornada não problemática, devido a um trabalho incessante de inculcação e incorporação da normalização da dominação masculina.

4.2 O neomachismo: uma reconfiguração do patriarcado

O conceito de neomachismo refere-se a uma forma de opressão aos direitos das mulheres que emerge na contemporaneidade, caracterizando-se por práticas e discursos que reproduzem um modelo de masculinidade hegemônica, muitas vezes reforçada por novas tecnologias, mídias e discursos culturais. O neomachismo se diferencia do machismo tradicional por incorporar elementos de resistência à mudança de papéis de gênero e por se manifestar de formas mais sutis ou insidiosas, muitas vezes mascaradas por discursos de proteção, moralidade, ou até mesmo por uma defesa do masculino diante de uma suposta ameaça às suas prerrogativas se utilizando de estratégias discursivas mais modernas.

Neste ponto de nossa análise, buscamos trazer a reflexão acerca da trajetória relacional da mulher com seus objetos de amor e a sofisticação do domínio e violência psicológica do homem, que aqui chamamos de neomachismo. Ressaltamos ainda, que a interseccionalidade revela que as formas de opressão não se limitam ao gênero, mas se cruzam com raça, classe, orientação sexual, entre outras categorias. O neomachismo reforça a exclusão de mulheres negras, pobres ou LGBTQIAPN+ dos direitos e espaços sociais.

Um dos pontos de retomada de reflexão que buscamos lançar luz se ancora no questionamento sobre como o homem construirá uma nova modalidade de masculinidade deixando a posição de agressor/dominador para lidar com a mulher como uma igual a si. Alguns dos elementos constitutivos do neomachismo é a resistência à flexibilização de papéis tradicionais de gênero, a negação das conquistas femininas e a valorização de uma masculinidade rígida e hierárquica que promove campanhas de deslegitimação de movimentos feministas e de direitos das mulheres, alimentadas por discursos conservadores, que tentam

revogar avanços no campo dos direitos reprodutivos, do espaço público e da participação política.

Com a ascensão social e profissional da mulher e a atuação intensa no espaço público, sua prosperidade financeira irrompeu. No campo do saber, a ascensão acadêmica da mulher a retirou da posição da "professorinha", apreciada pelo patriarcado como a moça de temperamento doce performando um estágio para a educação e cuidado dos filhos e, cuja renda singela não lhe concedia autonomia, o que favorecia ao homem não se sentir ameaçado em sua posição de dominância e segurança financeira.

A perda do poder aquisitivo do homem na sociedade contemporânea se constitui como fator que contribuiu para o afrouxamento do domínio. Uma vez que a renda da mulher passou a fazer parte do orçamento doméstico para a manutenção do lar, o homem precisou retirá-la da posição de assujeitamento hostil. As formas de dominação nas classes sociais mais cultivadas tornaram-se mais sofisticadas. O domínio passou a ser exercido de forma menos explícita e migrou da esfera financeira para a esfera afetiva, um novo mecanismo de subjugação: a manipulação dos afetos.

Mesmo que as mulheres tenham assumido funções e papéis no espaço público contando com a anuência masculina, admiração e apoio para se desenvolverem intelectualmente e profissionalmente, ainda assim o homem se viu destituído de sua posição fálica quando a conquista de sua mulher ou parceira, o ultrapassou em poder, prosperidade financeira ou respeito público.

Tal modalidade de homem permite à mulher ser tudo o que ela quiser desde que não o faça sentir-se inferior. O poder ou o *status* profissional feminino não deve exceder a posição ocupada pelo homem para que ele não se sinta diminuído. Senão, ele inicia um processo de retaliação retirando seu desejo, afeto ou admiração, deslocando estes para outro objeto de amor que esteja em uma posição desqualificada, para que volte a se sentir superior, devido à dificuldade masculina em amar sem dominar.

A tendência é que este homem culpabilize a mulher que obtém êxito por não despertar nele desejo, que é calcado na superioridade em relação à parceira, em vez de assumir sua falta de habilidade em lidar com o sucesso feminino e aceitar a mulher como uma igual. Estes homens levantam defesas para manter sua posição narcísica inatacável. Não é possível alcançar uma justiça de gênero, enquanto a mulher precisar se submeter ou se inferiorizar em algum quesito para que seu parceiro não se sinta desfavorecido ou que desista de seu progresso para que ele não retalie removendo o afeto ou cuidado.

Em relação ao contexto em que a mulher sente mais desejo do que o homem, Martuscello (1999) em sua obra *Família e Conflito Conjugal*, menciona alguns casos clínicos em que a libido da esposa retrai o desejo marido. O desejo feminino sendo mais proeminente que o do homem, o coloca numa posição humilhante do medo constante de não poder supri-la sexualmente. Uma mulher com desejo mais intenso do que o homem a lança no lugar de desqualificação, desconstruindo a imagem da mãe e cuidadora afetiva. A saída para este embaraço: acusar a mulher de não ser capaz de despertar-lhe a libido.

Adicionalmente, percebemos em alguns homens a não aceitação do término do relacionamento, devendo caber, somente ao homem, a prerrogativa de abandonar, punindo com severidade as mulheres que os deixam, podendo culminar no feminicídio. Ademais, as reivindicações femininas costumam ser recebidas com desdém e sarcasmo, consideradas como "coisas de mulher", depreciadas através de comentários como "elas são muito sensíveis", "devem estar na TPM" ou "coisa de feminista". As denúncias femininas são tidas como descontrole. A misoginia não permite receber as queixas como genuínas, ou que o homem se permita um segundo pensamento em relação às suas próprias condutas.

Para que um relacionamento com o homem cis hétero da chamada masculinidade hegemônica tenha sucesso, o desejo feminino precisa seguir embotado, a esterilização dos sentidos promovida pela opressão patriarcal deve prosseguir, seja na educação familiar ou religiosa da classe burguesa. O desejo sexual das mulheres que se tornam mães é intensamente marginalizado, ainda que essas genitoras larguem os homens que as dessexualizaram e partam para o próximo casamento ou iniciem novos romances. Elas serão consideradas como mulheres para "passar o tempo". Nos aplicativos de relacionamentos, jovens mães são hostilizadas na abordagem masculina, cuja narrativa esclarece que os homens não desejam relacionamentos de longo prazo ou compartilhar seu tempo nas atividades de cuidados ou lazer com a criança ou com a mulher, desejando apenas encontros casuais. A prole de outro homem retira da mulher o valor de objeto qualificado.

O neomachismo pode ser exercido por homens gentis, homens que performam desconstrução cultural patriarcal e se dizem aliados das mulheres nas lutas por igualdade. Tais homens podem lutar pela liberdade sexual da mulher para dispor com mais facilidade dos corpos femininos. Na relação com o masculino se encontram as respostas, por meio de uma comunicação respeitosa, na escuta e na disponibilidade para o diálogo e abertura para mudanças de comportamentos. A maneira como um homem fala de outras mulheres e as trata, independentemente de considerá-las ou não um feminino desejável sexualmente, é o que nos apresenta a realidade da qualidade do homem enquanto ser humano; no sentido de ser maduro

para se relacionar com mulheres como seres humanos que merecem respeito, e não de acordo com o potencial erótico do corpo objetificado como possível relação sexual.

Nesse fechamento de subcapítulo, expomos a questão ética de não situar todos os homens no lugar de potencialmente violentos, embora possam estar imersos na cultura patriarcal, as masculinidades de não-dominação também sofrem violência da masculinidade hegemônica.

4.3 A transexistência

Nas relações de poder há o apagamento da potência do outro. Nas relações de paridade temos duas potências ou mais que unem suas forças. Frequentemente, somos capturados por questionamentos sobre o que faz com que alguém se permita permanecer no lugar de objeto do agressor. Hirigoyen (2014) sublinha que diante da violência, a vítima costuma se apresentar sem revolta e sem protesto, anulando imediatamente o que aconteceu. Costumam desculpar o agressor, pois atribuem a si a responsabilidade e a culpabilidade das agressões (Sausse, 2003). Devido à desvalorização de si mesmas, as vítimas costumam duvidar de suas percepções ao serem rebaixadas, desvalorizadas e desqualificadas; o que contribui para sua desobjetalização e dessubjetificação.

Através de um fragmento clínico expressamos via interpretação de sonhos o conceito de transexistência. Um lugar psíquico que se configura como uma nova identidade, uma travessia existencial em que não é contemplada nem a existência inicial, nem a vivência atual; mas um lugar em suspenso enquanto o psiquismo agoniza num colapso existencial para dar conta de atravessar uma situação traumática. Uma existência entremundos, em que se é tomado por um sono psíquico após a experiência do trauma. Uma sensação de “não lugar” no mundo que se instala de forma permanente, de modo a marcar o indivíduo pela não-presença de si em sua existência no tempo presente. A não-existência faz parte de uma defesa organizada. Uma espera ativa concomitante à vivência de exílio de si.

Transexistentes são aqueles que sobreviveram a um trauma para contar sua história e elaboraram uma nova identidade que não encontra refúgio em nenhum lugar, uma identidade que os permita viver após um colapso. Contudo, essa nova identidade não está intacta, trata-se de um renascimento em que já não se pode existir ileso, mas que de alguma forma lhes permite transitar no mundo e existir após o trauma. A transexistência é a gestação da possibilidade do viver após uma catástrofe subjetiva. Trata-se de um termo que vai além da identificação de

gênero, abrangendo a existência e a resistência de pessoas em contexto social hostil e excludente.

Decorrente dessa experiência está atrelada a ideia do medo do colapso, que se acha relacionado às experiências passadas do indivíduo e aos caprichos ambientais (Winnicott, 1994). Nesse contexto, a palavra colapso pode ser tomada como significando o fracasso de uma organização de defesa diante de um fato que se encontra nos recônditos do inconsciente. Não se trata do inconsciente reprimido da psiconeurose, neste contexto, o inconsciente quer dizer que a integração do ego não é capaz de abranger algo. O ego seria imaturo demais para reunir todos os fenômenos dentro da área de onipotência pessoal. O que destacamos é que o colapso já ocorreu, por vezes em um momento próximo do início da vida do analisante. Essa coisa temida precisa ser experienciada em análise, o paciente precisa lembrar para experienciar pela primeira vez no momento presente, ou seja, na transferência, para que esse conteúdo psíquico retorne ao lugar ao qual pertence, ao passado (Winnicott, 1994).

Uma das formas de elaboração do trauma se dá através da fala, que pode ocorrer em terapia ou em grupos de identificação em que pessoas se encontram para compartilhar suas vivências, podendo se dar na escrita, nas artes, na defesa de uma causa ou no apoio a outros seres vulneráveis que necessitam de amparo e acolhimento. Se faz necessário denunciar a violência, nomeá-la, expô-la em lugares de segurança para que a cura seja possível. Conforme pontua Preciado (2023) no documentário *Orlando, minha biografia política*: É preciso contar a própria história para se curar da violência.

A situação clínica que se segue e o relato de sonho apresentado não terão nenhuma exposição de identidade, sendo um compilado de símbolos que apresentam situações de sofrimento psíquico relacionadas à opressão de gênero no registro da violência de indiferença, do desamparo social e afetivo, da sobrevivência por meio da vida suspensa e investimentos equivocados enquanto se aguarda a fibrilação que tornará possível o retorno do viver criativo.

4.3.1 O sonho: um prenúncio de cura

A analisante está em um evento com muitas pessoas dentro de um grande galpão. Ao olhar para cima vê grandes rachaduras e o teto começa a desabar, experiencia a sensação de perda de sua singularidade. Corre para a saída ampla, na qual desabam pedras gigantes em intervalos, ela poderia ser esmagada por uma das pedras se não atravessasse no tempo certo. Ela atravessa sem se ferir fisicamente. Não olha para trás e segue em direção à rua. Tem nas mãos um saco plástico com biscoitos, uma tesoura de unhas, uma carteira com dinheiro e uma

caixa das balas favoritas de sua infância. Um ladrão jovem anda a seu lado e leva tudo, menos as balas. Ela diz ao ladrão que ele é bonito. Ele atravessa a rua. Então, ela come todas as balas uma após outra.

Na segunda parte do sonho, ela é a primeira a chegar no salão em que ocorrerá uma festa, há muitas mesas extensas para convidados que ainda virão. Nas paredes há escritas:

Você encontrou uma habitação decente no dia em que fugiu escapando de seus algozes,
você permaneceu na areia da gruta rochosa,
lá você mereceu a sua coroa de glória e esplendor.
Ainda em vida você alcançou o campo das maçãs
para recolher seus remédios e curar sua alma.

4.3.2 Análise do sonho

A analisante saiu de um divórcio que a desestruturou por longos anos em aspectos pessoais, financeiros e familiar. Seu sentimento de segurança e amparo desabou, assim como sua família se desarticulou. A saída do galpão desabando remetia à desconstrução do lar, do afastamento dos filhos, da inexistência de um lugar de cuidado, dos abusos psicológicos, patrimoniais e da nova realidade que consistia em viver no registro da sobrevivência. Errância e perda de identidade. Na solidão extrema do colapso aprendeu a caminhar ao lado de pessoas que lhe tiravam tudo pela impossibilidade de caminhar só para não pensar no desmoronamento. As balas da infância que come uma após outra estão relacionadas às compulsões que desenvolveu para tamponar a falta extrema: compulsão pela companhia do outro, por trabalho, por rezar demasiado. Elementos que lhe concediam viver à penumbra da sensação de amparo de sua infância. As defesas eram escassas, com a perda da tesourinha de unha não portava mais recursos para se defender, sofreu a perda da agressividade vital e a docilidade extrema tomou lugar para mostrar-se inofensiva. Ao temer ser atacada com a tesoura que foi tomada pelo ladrão, a sedução foi a manobra para não ser atacada. O ladrão tornou-se bonito a seus olhos. Ela se atrai pelo mínimo de qualidade que ainda reconhece nas pessoas que não podem se doar ou criar vínculos. A vulnerabilidade extrema dos destroços afetivos do desabamento é o que atrai os ladrões de seus recursos emocionais. As balas são os únicos recursos que consegue reter, retorno à fase em que existiam cuidados primários e em que viver era possível. O ladrão denuncia a alienação necessária às parcerias afetivas

masculinas vampirescas, que demandavam se manter no sono psíquico. Amor e patriarcado é um sonho irrealizável. A analisante anestesiou a dor do existir em um período de coma existencial prolongado. Existiu numa realidade psíquica paralela, como se outra vida precisasse ser vivida enquanto aguardava a fibrilação fazer efeito na mesa de cirurgia da existência.

A fibrilação contínua que obteve ao construir novos lugares de pertencimento a trouxe de volta para uma vida possível, em que recuperou parte de sua história. As paredes do salão revelam as conquistas psíquicas e a recuperação da força vital, energia intrínseca e inerente à vida, em termos winnicottianos. Nesse contexto da analisante, houve a retomada da capacidade de interagir com o mundo de forma saudável, criar e relacionar-se de forma autêntica com pessoas emocionalmente investidas.

Winnicott (2022), na teoria do amadurecimento aborda o congelamento emocional no período em que o episódio traumático ocorre. O indivíduo precisa cumprir tarefas psíquicas que tonem possível seu desenvolvimento. Alguns analisantes precisam passar pelo processo de regressão para poder desenvolver confiança ambiental. É preciso poder depender do outro, não no sentido de tornar-se dependente, mas de poder contar com pessoas. Desse modo, talvez seja possível sobreviver ao desencanto.

Na cultura do narcisismo em que não se pode depender, não se pode contar com o outro, devido à negação da dependência e negação da vulnerabilidade, as pessoas que tiveram uma falha ambiental, o que significa um ambiente demasiado imprevisível que não permitiu encontrar conexões emocionais confiáveis, tornam-se presas fáceis a predadores psíquicos.

Assim como o bebê necessita do olhar do cuidador para a constituição de seu narcisismo positivo, que constrói a robustez do eu, o sujeito adulto também precisa de ambientes confiáveis de forma continuada para manter sua saúde mental. A mutualidade, conceito winnicottiano, nos apresenta a relação mãe-bebê/ cuidador primordial-bebê, como imprescindível à construção do eu. O olhar do outro é constituinte, ninguém é o que é sem um objeto investido com afeto seguro (Winnicott, 2011).

O liame entre psicanálise e cultura no que tange a saúde mental, nos põe diante da reflexão de que pedagogias podemos nos utilizar para o desmantelamento do patriarcado, cancro social mantenedor de modalidades diversas de violências e adoecimentos físicos e psíquicos.

4.4 Nossas feministas Quizombeiras

Desobedecer é inventar a vida.
Ivone Gebara

Desobedecer, para o feminino, é o imperativo da sobrevivência. A espinha dorsal do feminismo. “Esse verbo nos leva a perceber que a obediência a uma ordem estabelecida e afirmada como legalidade pode ser obediência a uma ordem má ou injusta” (Gebara, 2022, p. 269). Obedecer, nos expropriou de nossos corpos e direitos, nos posicionando no lugar de menos dotadas racionalmente, mais vulneráveis e menos capazes de representatividade política e expostas a várias modalidades de violência. Gebara (2022) nos lança o questionamento: por que obedecemos e por que desobedecemos? Na mesma linha de pensamento exposta pela autora, reforçamos que devido à sobrevivência individual ou da prole. A obediência feminina dever ser direcionada ao amor à vida criativa, e não à manutenção das relações a qualquer preço.

A reinterpretação das tradições culturais, religiosas e políticas se faz necessária no campo da cultura para que se reconstrua um novo mundo em que a subjugação seja impensável. Desobedecer a ordem patriarcal é confrontar o que se opõe ao bem comum e o que se impõe por meio da usurpação de poderes e direitos. Desobedecer é reformular a construção de sentido no mundo.

Lugones (2014), teórica do feminismo decolonial, destaca que o sistema de gênero não é somente hierarquicamente diferenciado, mas socialmente também. As mulheres negras, indígenas, imigrantes e não brancas enfrentam modalidades diferenciadas de opressão. A diferenciação racial nega humanidade, deixando pouco espaço para ajustes que preservem seus próprios sentidos de si mesmos na comunidade e no mundo. A autora ressalta a necessária crítica feita ao universalismo do feminismo pelas mulheres de cor e do terceiro mundo que se centra na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Margeando sua lógica teórica, ser mulher e negra seriam termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então essa intersecção mostraria a ausência de mulheres negras, e não de sua presença. Ver mulheres como não-brancas é ir além da lógica categorial. Ao abordar a colonização das Américas e do Caribe, Lugones (2014) faz uma divisão dicotômica e hierárquica entre o humano e o não-humano, em que o civilizado é plenamente humano e somente os civilizados podem ser homens ou mulheres. Os povos indígenas das américas e os povos africanos escravizados eram classificados como espécies não humanas; considerados animais incontrolavelmente sexuais e selvagens.

Enquanto sujeito que corresponde a sinônimo de civilização, o homem deveria ser branco europeu, burguês, colonial, heterossexual, cristão, e um ser de mente e de razão. Lugones (2014) compartilha a percepção de que a mulher branca burguesa europeia não era entendida como complemento do homem, mas como "alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar aliada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês" (Lugones, 2014, p. 936).

A mulher colonizada é uma categoria vazia, nenhuma fêmea colonizada é mulher. O feminismo decolonial é um movimento em crescimento e amadurecimento que convoca a uma revisão da teoria e da proposta do feminismo, diante do que considera um viés branco, ocidental e burguês (Miñoso, 2020). Sabemos que a desigualdade se explica pela existência de um sistema estrutural de poder que coloca os homens à frente do controle das instituições, da vida pública e da construção do saber, e, desse modo, o conceito de colonialidade do poder é central para o tema da colonialidade do saber e do ser e a decolonialidade, para quem a raça é uma categoria de classificação social desenvolvida dentro do processo de colonização. Nesse sentido, o feminismo decolonial revisa e dialoga com o pensamento e as produções que vêm sendo desenvolvidas por intelectuais, ativistas e feministas de ascendência africana, indígena, mestiça popular, campesina, imigrantes racializadas, assim como acadêmicas brancas comprometidas com subalternidade na América e no mundo (Miñoso, 2014).

Lançando luz à violência invisibilizada exercida na construção social do patriarcado, nos encaminhamos para o feminismo de Zanello (2018) que sublinha as tecnologias de gênero e dispositivo amoroso dos recursos midiáticos que persistem em normalizar relacionamentos abusivos como se fosse a missão da mulher transformar o homem. A sociedade ocidental incute no feminino, um padrão comportamental rígido em que as mulheres se constituem psiquicamente como responsáveis pelo bem-estar dos outros. A resignação e silenciamento seriam as virtudes do feminino eleito pelo patriarcado. Zanello (2018) evidencia que o silêncio seria prescrito para as mulheres no sentido de evitar conflitos em nome da manutenção das relações, de modo a não incomodar o homem com suas demandas. Rebelar-se e terminar uma relação é fracassar como mulher, essa é a mensagem transmitida pelas gerações pretéritas. A mulher foi moldada na construção de um perfil reparador e acredita que seus valores modificarão o agressor. Calar-se para manter um casamento ou relacionamento, ser escolhida por um homem seria a chancela de seu valor de mulher. Diante do ideal feminino construído pelo patriarcado, o amor é identitário para as mulheres, mas não é para os homens (Zanello, 2018).

De acordo com a autora o pilar central da masculinidade hegemônica opressora é a misoginia, em que ser homem significa repudiar as características femininas. Ser homem é não se afeminar. O machismo como uma das faces do colonialismo histórico, colonizou a concepção do empoderamento da mulher, a constituição narcísica feminina seria mediada pelo olhar desejante do homem.

No que diz respeito ao empoderamento feminino no contemporâneo, devemos questionar se o fato de a mulher estar sobrecarregada com o acúmulo de atribuições realmente a lança no lugar de empoderamento, uma vez que não existe igualdade no usufruto do poder social. As mulheres dividem o espaço público, contudo continuam sobrecarregadas com sua múltipla jornada: a vida profissional, as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos, as despesas compartilhadas ou solitárias, as demandas de beleza e a manutenção de um corpo sexualizado para que o parceiro não desvie seu olhar desejante para outras mulheres.

Para além das questões do empoderamento que afetam exclusivamente a mulher branca heterocisnormativa, deslocamos nossas reflexões em como a origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social. Se faz necessário pensar, até onde as mulheres brancas avançaram nessas questões? Carneiro (2011), em concordância com o pensamento de Lélia Gonzalez, ressalta que as alternativas de esquerda, de direita e de centro se constroem a partir desses paradigmas instituídos pelo feminismo que apresentam dois tipos de dificuldades para as mulheres negras: por um lado, a inclinação eurocentrista do feminismo brasileiro constitui um eixo articulador a mais da democracia racial e do ideal de branqueamento, ao omitir o caráter central da questão da raça nas hierarquias de gênero e ao universalizar os valores de uma cultura particular, a ocidental, para o conjunto das mulheres, sem mediá-los na base da interação entre brancos e não brancos; por outro lado, revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistência e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral, que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.

4.4.1 Violência de Gênero, Interseccionalidade e Psicanálise: Reflexões pelas lentes das autoras negras

A violência de gênero é um fenômeno complexo e multifacetado que, no contexto brasileiro, manifesta-se de diversas formas e intensidades, muitas vezes dificultando sua compreensão e enfrentamento. Segundo Amalia Barbosa, uma das autoras negras brasileiras que discute as questões de gênero e racismo, a violência contra mulheres negras está profundamente enraizada no legado histórico de escravidão e racialização, o que amplia as dimensões do sofrimento e da vulnerabilidade dessas mulheres (Barbosa, 2018).

A perspectiva interseccional já mencionada anteriormente nesse estudo e amplamente destacada por autoras como Nilma Lino Gomes, revela-se fundamental para compreender como o racismo e o machismo se entrelaçam, perpetuando condições de vulnerabilidade específicas às mulheres negras. Gomes (2023) argumenta que a violência de gênero para essas mulheres muitas vezes está ligada à desumanização e ao desrespeito às suas identidades múltiplas, agravando sua condição de exclusão social. Urge destacar a importância de reconhecer o racismo estrutural como uma componente central na configuração da violência de gênero enfrentada por mulheres negras e alertar para a necessidade de políticas públicas que considerem essa interseccionalidade, de modo a promover uma resposta mais efetiva às violências específicas vivenciadas por esse grupo. Para isto, se faz necessário incorporar epistemologias negras, reconhecendo a singularidade das mulheres negras frente às formas de violência estrutural e simbólica.

Nesse sentido, a perspectiva das autoras negras brasileiras evidencia a urgência de uma abordagem que dialogue com as questões raciais e de classe, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural. As feministas negras articulam suas percepções no que tange as múltiplas dimensões da opressão, como a necessidade de reconhecer as trajetórias de resistência e de subjetivação das mulheres negras (Evaristo, 2016), e o papel da educação e do pensamento crítico para combater essas violências e afirmar as identidades negras femininas desmistificando a mulher universal (Ribeiro, 2019; Carneiro, 2019).

Apresentamos uma confluência teórica evidenciando que o combate à violência de gênero deve considerar não apenas seu enquadramento em redes de poder, racismo e opressão estrutural, mas também as dinâmicas internas do sujeito. Enquanto Winnicott ilumina aspectos do espaço psíquico e da importância do cuidado na formação do sujeito, as autoras negras acrescentam a dimensão social, racial e política dessas experiências. Apesar dessas convergências, cabe assinalar que Donald Winnicott, enquanto psicanalista ocidental e masculino, centra-se na dinâmica individual e relacional, desconsiderando as dimensões raciais e institucionais específicas que marcam a experiência das mulheres negras. Por outro lado, um ponto de convergência entre Winnicott e as autoras negras é a ênfase na importância do

cuidado, do reconhecimento e da construção de espaços seguros para o desenvolvimento de subjetividades livres de violência. Winnicott (2020) ao destacar a necessidade de ambientes que promovam um sentimento de segurança, ressoa com a compreensão de que políticas de cuidado e de valorização das identidades negras são essenciais na resistência às violências de gênero. Zelando para não negligenciar as especificidades das relações de racismo e de colonialidade, articulamos com as autoras feministas negras, com o intuito de destacar e reforçar a demanda por espaços de fala, de escuta e de decolonização do inconsciente, que permitam às mulheres negras reconstruírem suas histórias e subjetividades.

Nessa perspectiva, a articulação entre psicanálise e feminismo negro revela a importância de compreender a violência de gênero não apenas como uma questão social, mas também como uma questão psíquica, subjetiva e estrutural. Winnicott (2020) destaca a importância do ambiente de cuidados e da necessidade de um espaço de legitimidade psíquica para o desenvolvimento saudável da subjetividade. Nessa perspectiva, a violência de gênero é vista como uma ruptura nesse espaço de cuidado, cujo impacto cria marcas profundas na formação identitária de mulheres que, por suas especificidades raciais e de classe, enfrentam violações adicionais de seus direitos subjetivos.

Winnicott (2019) oferece uma abordagem que privilegia o espaço psíquico intermediário, o espaço potencial, como condição fundamental para o desenvolvimento psíquico sadio. O sentimento de segurança internalizado a partir de vivências na infância é essencial para compreender como as experiências precoces moldam a capacidade do sujeito de estabelecer relações de cuidado e respeito. Dessa maneira, a violência de gênero pode ser interpretada como uma distorção ou violação desses espaços de segurança, que produz feridas psíquicas profundas, alimentando ciclos de agressão, submissão e resistência. Isildinha Batista Nogueira, mulher negra e referência na psicanálise brasileira, também dialoga com essas questões ao denunciar como o racismo, a violência e o prejuízo ao sujeito negro constituem-se em agressões que afetam a constituição psíquica e identitária, reforçando o papel e a reponsabilidade da psicanálise na escuta dessas experiências de sofrimento social (Nogueira, 2021).

Em *A cor do inconsciente: significações do corpo negro,* a autora busca definir a condição do negro como produto da interação dialética entre as representações sociais ideologicamente estruturadas e as estruturas sócioeconômicas que as produziram e as reproduzem; configurações que formam o universo psíquico. Sua construção teórica chama a atenção para o fato de que nem a consciência da condição de negro, nem o engajamento em relação às lutas políticas contra a discriminação racial são suficientes para modificar a

condição do negro, na medida em que, os sentidos do racismo, inscritos na psique, permanecem não elaborados. O reconhecimento de si no espelho conforma uma projeção não realizada em função das dificuldades em se reconhecer, "... ser negro é ser violentado de forma constante e contínua e cruel, sem pausa ou repouso por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e as ideias de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro" (Costa,1984, p.104). O autor aponta que a violência racista se impõe à pessoa negra como uma norma psicossociossomática, criada e imposta por uma classe dominante branca. A violência exercida pelo branco reside no fato de que as reações racistas se baseiam na destruição da identidade do negro.

Como reivindicação do ser, Lorde (2019), discute a importância de reconhecer a raiva enquanto uma resposta legítima às violências raciais e de gênero sofridas pelas mulheres negras. No seu livro *Irmã Outsider*, ela enfatiza o papel do sentimento de raiva como ferramenta de resistência e afirmação de si, contradizendo a ideia de que a raiva seria uma emoção negativa ou descontrolada. A raiva como afeto político organizado manifesta uma luta por reconhecimento, dignidade e justiça, que escapa às tentativas de silenciamento por parte das estruturas racistas e patriarcais. A figura da mulher negra raivosa seria um símbolo de resistência social e política. Nesse contexto, a raiva deixa de ser vista como uma emoção destrutiva e passa a ser compreendida enquanto um elemento central na afirmação de uma identidade que foi historicamente negada ou violentada. Desse modo, a "mulher negra raivosa" surge como uma figura que rompe com estereótipos que naturalizam a submissão, e exige visibilidade para suas demandas e sofrimentos. Ribeiro (2018), adicionalmente, pontua como o sucesso e a independência da mulher negra incomoda uma sociedade racista resultando em rótulos como raivosa ou arrogante.

Abordando outro aspecto, Gonzalez (1984) discute as questões da maternidade negra, especialmente na perspectiva da categoria "mãe preta". A autora problematiza como essa figura simboliza a resistência de uma mulher que, historicamente, carrega as marcas da exploração colonial, da raiva e da indignação frente às condições de opressão racial e de gênero, muitas vezes protegendo os filhos de seus senhores mesmo apanhando. Uma escrava, sem escolha, submetida à condição de ter seus próprios filhos arrancados de si para amamentar os filhos dos senhores brancos. Cabe destacar que a "mãe preta" transcende a sua condição de cuidadora, assumindo um papel político de resistência contra o silenciamento, o racismo e a violência estrutural. Essa figura é marcada por um sentimento de raiva, de reivindicação de suas próprias vidas e de suas crianças, o que a coloca numa posição de resistência ativa, muitas vezes invisibilizada pelos discursos hegemônicos. Em sua análise, a "mãe preta" é uma

categoria que consegue sintetizar a experiência de cuidado e de luta simultaneamente, afirmando que a maternidade negra é uma expressão de resistência e de afirmação de uma identidade própria.

Ambas as autoras reforçam uma leitura política e afetiva dessas expressões. A raiva, nesse contexto, não é vista como uma emoção patológica, mas como uma força vital e necessária para enfrentar o racismo e o patriarcado. A "mulher negra raivosa" e a "mãe preta" representam, na sua diversidade de experiências, figuras de resistência que reconfiguram o papel social e subjetivo da mulher negra.

> Minha raiva de mulher negra é um lago de lava que está no meu cerne, o segredo que guardei de modo mais intenso. Eu sei o quanto da minha vida como mulher de sentimentos poderosos está emaranhado nessa rede de fúria. Ela é um fio elétrico entrelaçado em cada tapeçaria emocional em que coloco o que há de essencial na minha vida – uma fonte quente e borbulhante que pode entrar em erupção a qualquer momento, irrompendo da minha consciência como fogo numa paisagem. Como adestrar essa raiva com precisão, em vez de negá-la tem sido uma das tarefas mais importantes da minha vida (Lorde, 2019, p. 186).

Esteves e Wels (2025), afirmam lembrar, por meio do livro supracitado, de passagens de suas próprias vidas e de mulheres próximas que continuadamente precisam falar mais alto, mais forte e de forma contundente sobre seus direitos, desejos e necessidades; o quanto precisam ser enfáticas para demonstrar que elas existem, que têm sua própria voz e que devem ser respeitadas, especialmente para uma das autoras que se reconhece como mulher negra.

Nesse artigo, que escolhemos acuradamente, intitulado *As Quizumbeiras: a raiva como afeto disruptivo e mobilizador e o mito da mulher negra raivosa em leitura comparada;* destacamos que o nome do artigo foi uma homenagem à Lélia Gonzalez devido ao episódio ocorrido em uma *live* com a ativista negra brasileira Vilma Piedade, sobre a história do movimento negro brasileiro, em que esta última mencionou o fato de que, nos encontros das feministas brancas, a primeira era chamada de quizombeira por expressar suas ideias de maneira mais enfática (Esteves; Wels, 2025). Quizomba aporta o sentido de festa, mas aos olhos do racismo as festas do negro sempre foram sinônimo de confusão. (Quizomba, 2025)

As autoras sublinham como, de modo geral, encontram-se "os seguintes estereótipos a respeito da mulher negra nas sociedades capitalistas ocidentais: a mulher hipersexualizada, a trabalhadora incansável, a mãe preta e a negra raivosa e agressiva" (Esteves; Wels, 2025, p. 459). Tais estigmas desumanizantes seriam decorrentes dos processos de colonização e escravização a que foram submetidos os povos do sul global. Cada um deles remete a uma

representação, simbólica e/ou real, a que mulheres negras foram submetidas a lugares de subalternidade nessas sociedades (Gonzalez, 2018; Lorde, 2019; Hoeder, 2021; Griffin, 2022).

Esteves e Wels salientam como as teorias raciais críticas operam segundo cinco princípios fundamentais, de acordo com a professora Aparecida Ferreira da Silva, especialista em letramento racial crítico no campo das linguagens; temos: a interseccionalidade de raça e racismo, o desafio à ideologia dominante, o compromisso com a justiça social, a perspectiva interdisciplinar e a centralidade do conhecimento experiencial. Ferreira (2015, p. 138) define como é sentido o impacto do letramento racial crítico para a mulher negra "Letramento racial crítico reflete sobre raça e racismo. Possibilita-nos ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, seja no ambiente escolar, universitário, seja em nossas famílias, seja nas nossas relações sociais. (..)".

Stetsenko (2023, p. 3) reflete sobre a necessidade de "uma revisão das principais suposições sobre o desenvolvimento humano, a mente, a natureza do conhecimento e, em última análise, a própria realidade – longe de suposições de passividade, acomodação, quietismo e adaptação ao *status quo*".

As referências acima delineadas têm por objetivo distinguir e compreender melhor como se dá o processo de autorreconhecimento e de construção de uma identidade pessoal e de grupo no que tange a vida multifacetada das mulheres negras, que se encontra distante dos privilégios da mulher branca.

Diniz (2022) afirma que estamos recriando o feminismo, que se fez interseccional, desfazemo-nos dos antolhos raciais e classistas, o que deve se instalar em nós como um processo permanente da complexidade de quem somos e da luta contra as formas de opressão. Ela destaca que "na transição interseccional feminista há sempre o aprendizado das que nos antecederam e deslumbramento para as que surgem" (Diniz, 2022, p. 159). Essa educação recriadora do feminismo jamais foi financiada pelo patriarcado e não seria o patriarcado a nos libertar. Essa recriação almejada também não estaria nas escolas, mas nas cozinhas e nas canções, nas ruas e nos acalentos. A autora compartilha sua ontologia imaginada, "o feminismo se recria no gesto de encontro de uma mulher com outra, seja para o cuidado uma a uma ou para as alianças coletivas" (p. 160).

Em seu capítulo *Recriar*, Diniz (2022) inicia trazendo uma linha da obra de Virgínia Woolf "Nós, as filhas dos homens instruídos", contudo os sistemas de opressão estão entrelaçados e "são condições injustas de sobrevivência que determinam quem são as filhas

dos homens instruídos, de quem a vida deve ser cuidada e protegida, e quem são as filhas de outros, cujas vidas podem ser espoliadas e matadas" (Diniz, 2022, p. 160-161).

A autora traz a alegoria do prédio em chamas com a imagem das mães ardendo e as filhas festejando ao redor e se questiona por que as mães estariam dentro e as filhas fora uma vez que as posições de recriação feministas precisam ser solidárias. A libertação das mulheres é intergeracional com crescente insubordinação. Aprendemos com o legado e memórias das que nos antecederam e ampararam nossa existência. Como cria da recriação, assim como Debora Diniz, me apoio no mesmo olhar diante das mudanças inevitáveis que estamos prontas a promover e presenciar, a transformação dos poderes opressivos, o trabalho incansável e ininterrupto de construção de consciência sobre as modalidades de sofrimentos inscritos de forma múltipla em nosso corpo e psiquismo. Recriar o feminismo para construir um mundo de variadas tessituras, desobedecendo sempre e tornando possível o viver na pele do feminino.

4.4.2 Transfeminismos

A liberdade é um túnel que se cava com as mãos
Paul Preciado

A psicanálise, desde Freud, elaborou categorias centrais para pensar a constituição do sujeito, mas frequentemente ancorou sua compreensão da sexualidade na diferença sexual binária. É justamente essa matriz que as autoras transfeministas desestabilizam. O diálogo entre transfeminismo e psicanálise não deve ser entendido como simples oposição, mas como campo de tensão produtiva.

Se por um lado a psicanálise historicamente reforçou a normatividade de gênero, por outro seus conceitos de inconsciente, desejo e linguagem podem ser reapropriados a partir de uma leitura transfeminista. Contudo, a psicanálise não precisa ser lida apenas como obstáculo. Autores contemporâneos têm buscado reabrir a escuta psicanalítica às experiências trans, entendendo-as como novas formas de subjetivação. Surge a emergência de uma psicanálise mutante, à altura da mudança de paradigmas que vivemos. Preciado (2022), ao relatar sua própria experiência em *Eu sou o monstro que vos fala*, convoca a psicanálise a desaprender seus fundamentos heterocentrados e alega que somente essa transformação pode fazer a psicanálise sobreviver. Seu posicionamento é de denúncia acerca da violência epistemológica da diferença sexual, o que o faz buscar um novo paradigma.

> Não devo essa força que me permitiu sobreviver nem à psicanálise nem à psicologia, mas, pelo contrário, aos livros feministas, punks, antirracistas e lésbicos. Eu não era exatamente uma pessoa sociável, e os livros foram para mim autênticos guias no deserto do fanatismo da diferença sexual – livros

> que, como as obras de Giordano Bruno ou de Galileu Galilei que puseram fim ao geocentrismo, haviam sido escritos para pôr fim à convicção psicanalítica segundo a qual desafiar o binarismo equivalia a penetrar no domínio da psicose (Preciado, 2022, p. 19).

Os movimentos feministas precisam dar um próximo passo quando o assunto são mulheres trans e travestis e o patriarcado, e assumir o compromisso em defender a vida e os direitos de mulheres trans/travestis. Urge que estejamos atentos na escuta de pensadoras e pesquisadoras transfeministas, acompanhando o que têm produzido para nos ajudar a compreender como a violência de gênero, o patriarcado e o machismo alcançam a vida e as experiências de diversas mulheres invisibilizadas e entre elas as mulheres trans, que não enfrentam as mesmas opressões que as mulheres cis.

O transfeminismo, enquanto perspectiva teórica e prática política, tem tensionado não apenas o campo feminista, mas também outros dispositivos de produção de subjetividade, entre eles, a psicanálise. As masculinidades e feminilidades trans, assim como as identidades não-binárias, revelam a insuficiência das categorias tradicionais e a necessidade de uma psicanálise que se abra à pluralidade do humano por meio de uma abordagem inclusiva, de modo a repelir a noção biologizante que patologiza as identidades trans.

De acordo com Jesus e Alves (2012), o ativismo social cada vez mais frequente entre homens e mulheres transexuais e travestis, que já foi praticado de forma mais ou menos intuitiva, vem aumentando a consciência política da própria população transgênero. A partir desse referencial, evidenciou-se a emergência de uma movimentação a respeito da formulação de novas estratégias discursivas. Pessoas trans conquistaram alguns avanços desde a data do mencionado artigo, que se torna devidamente adequado nesse contexto para destacar o quanto estamos caminhando. A título de exemplificação, Daniele Balbi e Érica Hilton, figuras proeminentes na política brasileira, se tornaram referência de conquistas femininas. Eleita a primeira deputada estadual trans no Rio de Janeiro em 2022, Daniele Balbi, mulher negra, primeira professora trans a integrar o quadro docente da UFRJ, foca sua atuação na defesa da educação pública de qualidade, justiça social, cotas trans e valorização da cultura negra. Por sua vez, Erica Hilton foi a mulher mais votada em 2020 e eleita vereadora em São Paulo. Em 2022 alcançou o marco histórico ao ser eleita deputada federal, tornando-se uma das primeiras mulheres trans a ocupar uma cadeira no Congresso Nacional. Líder da bancada do PSOL na Câmara dos Deputados, luta diariamente contra o racismo, a misoginia e a transfobia. Ambas representam um avanço histórico para a representatividade LGBTQIAPN+ e negra no Brasil.

> Os movimentos de mulheres transexuais – e das travestis, integrantes de uma parcela numerosa e historicamente mais visível da população trans – têm na

> aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e construírem suas próprias forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina (Jesus; Alves, 2012, p. 54).

Dentre a multiplicidade de desafios impostos às pessoas transgênero no contexto brasileiro, Jesus e Alves (2012) destacam contextos ainda persistentes na realidade das pessoas trans: a violação de direitos, a violência psicológica, a violência física e o transfeminicídio. Para Bento (2017, p. 234) "o transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero".

Nascimento (2021) define o transfeminismo como espaço de elaboração política que articula a luta feminista com as experiências trans, questionando a naturalização da cisgeneridade. Gênero e sexo, ao estarem relacionados, determinam como genuínos apenas corpos cis, sem brechas para outras corporalidades; um cenário que favorece as pessoas cis em uma hierarquia de poder e privilégios e que as encobre de assimilar que seus gêneros também são produzidos. Por isso, para o transfeminismo, "o conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados" (Nascimento, 2021, p. 99).

No que tange as corporalidades trans e a autodeterminação, as performances corporais trans representam uma quebra às ideias normativas na medida que abandonam a dualidade feminilidades/masculinidades e reelaboram novas formas de ser e de se produzir, corpos cis passam por intervenções cirúrgicas e pelo uso de medicamentos sem a interferência do Estado, enquanto os corpos transgêneros são regulados e expostos, perdendo-se o âmbito privado e negando às pessoas trans a autonomia e o direito de se fabricarem conforme desejam (Nascimento, 2021).

Para a autora, é fundamental reconhecer as sujeitas na diversidade de suas corporalidades e de suas vivências de feminilidades e/ou mulheridades. Com a pergunta "E não posso ser eu uma mulher? (Nascimento, 2021, p. 20), a autora abre caminho à empreitada de debater o transfeminismo a partir de seu próprio olhar, assim como de outras mulheres transexuais e travestis, que são regularmente colocadas na posição de não humanidade e de marginalização. Nesse sentido, reforçamos a necessidade de se pensar o cenário das lutas femininas a partir da interseccionalidade, pois conforme sublinha Nascimento (2021, p. 161), "uma abordagem interseccional demanda aprendizagens coletivas, por isso é tão importante ampliar não apenas nossos lugares de fala, mas também, nossos lugares de escuta".

Esse debate se coloca de modo urgente: enquanto a tradição psicanalítica foi mobilizada para patologizar identidades trans, autoras transfeministas contemporâneas

mostram que a experiência trans convoca a ampliar a escuta psicanalítica e a rever seus paradigmas, assim como apontam para novas possibilidades de acolhimento e compreensão dos sujeitos que desafiam a normatividade de gênero.

Nosso intuito não foi o de nos aprofundarmos na temática transfeminista, mas pontuar que existem pautas sociais e políticas específicas sobre esse grupo, assim como os outros feminismos, que necessitam de atenção em nossa sociedade. Almejamos evidenciar que todas as mulheres estão, de certo modo, interligadas por relações de opressão e cada grupo acaba sendo afetado de maneiras particulares. Todos estão entrelaçados por distintas opressões, e assim, concluímos nas palavras de Nascimento (2021, p. 80), “passei a compreender que minhas dores não são só minhas, que minhas lutas não são só minhas; perceber-me como singular, mas também como coletivo”.

5 RUMO À JUSTIÇA DE GÊNERO

O debate contemporâneo sobre gênero e feminismo tem avançado para além da crítica às estruturas de opressão direcionadas às mulheres, incluindo a análise de como os sistemas patriarcais moldam também as identidades e vivências masculinas. Nesse sentido, o conceito de masculinidades feministas emerge como proposta de reelaboração crítica das formas de ser homem, rompendo com modelos normativos baseados na violência, na dominação e na negação da afetividade.

A reflexão sobre masculinidades feministas exige o repúdio à masculinidade doentia, um conceito abordado criticamente por Stoltenberg em seu livro *Refusing to be a man*. Feminista radical transinclusivo, o autor destaca que o modelo heterossexual patriarcal é tido como árbitro da identidade humana, onde o poder, prestígio e privilégios masculinos são reforçados por laços entre homens, em detrimento das mulheres. Stoltenberg enfatiza que o comportamento genital masculinista, muitas vezes associado ao poder é, na verdade, um comportamento aprendido e ensinado em uma cultura de controle masculino total, onde a autenticidade das sensações é desaprendida em favor da operacionalidade genital e da afirmação de superioridade.

Conforme delineado por Iris Marion Young em seu artigo "Cinco Faces da Opressão", a opressão, longe de ser um fenômeno monolítico, manifesta-se em múltiplas dimensões e ao conectarmos essa perspectiva à psicanálise de Donald Winnicott, é possível compreender como as estruturas sociais opressivas não apenas organizam desigualdades materiais, mas também moldam a subjetividade, comprometendo o amadurecimento psíquico e a experiência de autenticidade. Young adicionalmente propõe um modelo de conexão social para o conceito de responsabilidade política, diferenciando-o da culpa individual. Nesse sentido, indivíduos que não cometem atos de agressão podem ser coniventes ao acolher comportamentos violentos ou ignorar injustiças.

Finalmente, a obra *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades,* de Jablonka (2021), questiona modelos autoritários de virilidade e propõe a reinvenção das masculinidades como uma utopia para um futuro mais justo. Ele defende uma masculinidade saudável baseada na não dominação, na responsabilidade com o cuidado e no reconhecimento da vulnerabilidade. Jablonka salienta que a masculinidade se define não apenas em relação ao feminino, mas também em oposição a masculinidades consideradas "ilegítimas" ou dissidentes, enfatizando a pluralidade e complexidade do masculino.

5.1 Masculinidades feministas

A maioria dos homens se sente perturbada pela natureza de sua identidade. Em suas obras hooks (2022) explicita que para que garotos tenham uma autoestima saudável, eles precisam de amor. Antes de tornar-se um homem é preciso ser criança e receber afeto, e não ser tratado como um pequeno homem desde a infância. A autora defende que políticas feministas sábias e amáveis podem proporcionar a única fundamentação para salvar a vida dos garotos. O patriarcado não vai curá-los. Teórica feminista bell hooks, disseminou seu pensamento em obras como *Eu não sou uma mulher?* (2020), *O feminismo é para todo mundo* (2022), *A vontade de mudar* (2025) e *Tudo sobre o amor* (2021), oferecendo reflexões fundamentais para pensar não apenas as experiências das mulheres — especialmente mulheres negras, situadas na interseção entre racismo, sexismo e classismo —, mas também para propor caminhos de transformação das masculinidades. Este trabalho busca articular os principais elementos dessas obras com o objetivo de compreender como o feminismo pode contribuir para a construção de masculinidades não violentas, amorosas e comprometidas com a justiça social.

Para hooks (2022), o feminismo deve ser compreendido como um movimento político inclusivo, cujo objetivo central é acabar com o machismo, a exploração sexista e a opressão. Isso significa que os homens não estão excluídos desse processo, pois também sofrem os efeitos destrutivos de uma cultura que os educa para reprimir emoções, negar a vulnerabilidade e exercer poder sobre os outros. A crítica ao patriarcado, portanto, não pode ser entendida como uma luta contra os homens em si, mas contra um sistema que molda formas desumanizadoras de masculinidade. Nesse ponto, hooks (2022) sustenta que o feminismo se configura como um caminho de libertação para todos os sujeitos, já que desafia as normas rígidas de gênero que limitam tanto mulheres quanto homens. Ela convoca a um feminismo visionário como política sábia e amorosa.

Na contramão de muitos posicionamentos mais rígidos, hooks (2022, p, 106) alega que “se a teoria feminista tivesse oferecido visões mais libertadoras de masculinidade, teria sido impossível para qualquer pessoa dispensar o movimento com a justificativa de ser anti-homem”.

> Em grande extensão, o movimento feminista falhou em atrair um grande número de mulheres e homens, porque nossa teoria não abordou com eficiência não só o que os homens podem fazer para ser antissexistas, mas também como poderia ser uma masculinidade alternativa (hooks, 2022, p. 106).

Os homens precisam ter uma visão clara sobre o que é masculinidade feminista. Embora muitas feministas sustentem que os homens precisam buscar seu aperfeiçoamento por si mesmos, pensamos que as próximas gerações precisam de referências e que a educação da masculinidade precisa se dar na largada da vida para que seja possível uma introjeção de um objeto bom antes da socialização com a masculinidade doentia. Os meninos precisam saber desde cedo. Não é possível se tornar algo que não se pode imaginar. A sociedade patriarcal incentiva homens a serem patologicamente narcisistas. Muitos homens sentem que a vida será ameaçada se seus privilégios forem tirados. A pedra fundamental da masculinidade saudável se inicia no pensamento feminista de como amar a justiça e a liberdade de maneira a nutrir e amar a vida. Ser humano dever estar à frente de ser homem. Nesse sentido hooks (2002) convida a pensar novas estratégias, teorias e diretrizes que nos mostrarão como criar um mundo em que a masculinidade feminista prospere. As masculinidades feministas, nesse sentido, podem ser lidas como atualização radical das propostas em que se estabeleçam critérios para o trabalho de letramento masculino, em que fique aclarado que não basta conceder direitos, é necessário romper com o paradigma da dominação e assumir uma ética de amor, cuidado e justiça que reconfigure profundamente as relações humanas.

O debate sobre masculinidades feministas proposto por bell hooks inscreve-se em uma longa tradição de reflexões críticas sobre o patriarcado e a desigualdade de gênero. Embora as formulações contemporâneas enfatizem a interseccionalidade, o amor como prática política e a necessidade de engajamento masculino na transformação social, identificamos ao longo da história diversos autores que, de maneiras distintas, demonstraram interesse e defenderam pautas compatíveis com o feminismo.

Em um breve passeio teórico, apontamos as sementes das tentativas de desconstrução da dominação por homens que mesmo envoltos pelo espírito de seu tempo, iniciaram um movimento de reflexão. Entre eles destacam-se Nicolas de Condorcet, Charles Fourier, John Stuart Mill, Léon Richer, William Thompson, Tahar Haddad e Jin Tianhe, cujas obras, ainda que situadas em contextos históricos e culturais diversos, apontaram para a urgência da emancipação feminina e para a crítica ao patriarcado.

Condorcet, em *Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania* (1790/2025), defende que negar às mulheres a cidadania era incoerente com os ideais iluministas de liberdade e igualdade. Sua posição inaugura uma tradição de homens que assumiram a defesa pública da emancipação feminina. A perspectiva universalista de Condorcet dialoga com a visão inclusiva: a igualdade de gênero não é questão privada, mas fundante de uma sociedade democrática.

Fourier (1822/2002) é considerado um dos primeiros a usar a expressão “feminismo”. Para ele, o grau de emancipação feminina era o índice do nível civilizatório de uma sociedade. Sua crítica ao casamento patriarcal e à moral sexual repressiva antecipou questões que bell hooks (2021) retoma em *Tudo sobre o amor*, ao apontar como a estrutura patriarcal destrói a possibilidade de vínculos amorosos baseados em respeito e liberdade. Assim, se Fourier denunciava as instituições que aprisionavam mulheres, hooks amplia a análise mostrando que essas mesmas instituições deformam a subjetividade masculina, impedindo o florescimento de masculinidades feministas.

Em *A sujeição das mulheres*, Mill (2019) defende a igualdade jurídica e política das mulheres, comparando sua subordinação legal à escravidão. Sua visão liberal, embora limitada por não problematizar a dimensão afetiva e cultural do patriarcado, constitui marco importante na defesa da igualdade formal. Hooks (2025), em *A vontade de mudar: homens, masculinidades e amor*, demonstra que a libertação masculina do patriarcado não pode se reduzir ao plano jurídico, mas exige transformação subjetiva e emocional. A contribuição de Mill, portanto, pode ser lida como etapa inicial, mas insuficiente diante da amplitude proposta para a formação de um novo homem.

Thompson, em parceria com Anna Wheeler, publica *Appeal of One Half of the Human Race* (1825/2004), denunciando como a exploração econômica se articula à dominação masculina. Essa análise aproxima-se do enfoque interseccional de hooks (2025), que relaciona racismo, sexismo e capitalismo na opressão de mulheres negras. As masculinidades feministas, nesse sentido, não podem ser pensadas fora da crítica ao sistema econômico que naturaliza a dominação. A proposta socialista de Thompson ecoa na análise de hooks sobre como o patriarcado se enraíza nas estruturas de poder e privilégio financeiro.

Elencando mais um dos precursores, Richer (1877/2010), jornalista francês, defendeu a educação feminina como caminho para a cidadania plena. Sua atuação republicana situava a emancipação das mulheres no campo do progresso social e da moral laica. Hooks (2022) insiste que o feminismo é também um projeto educativo e pedagógico: demanda ensinar novos modos de viver as relações de gênero. A ênfase de Richer na educação se atualiza no conceito de masculinidades feministas, na medida em que homens precisam desaprender práticas patriarcais e reaprender formas de afetividade e cuidado.

> Não é fácil para os homens – jovens ou velhos – rejeitar os códigos da masculinidade patriarcal. Quando um homem se opõe à violência, ele simultaneamente se opõe ao patriarcado – mesmo que não saiba articular conscientemente essa escolha. Em seu perspicaz ensaio “*Gender Politics of Men*” [A política de Gênero dos Homens], R. W. Connell chama atenção

> para o fato de que os homens que contrariam o patriarcado se colocam em desacordo com o mundo em que vivem (hooks, 2025, p. 101).

No contexto tunisiano, encontramos uma exemplificação do que hooks (2025) menciona, Tahar Haddad, encabeçando o feminismo árabe do século XX, publicou *Nossa mulher na sharia e na sociedade* (1930/2007), defendendo a educação feminina, o fim da poligamia e a igualdade no casamento. Ele acreditava que o Islã e os direitos civis não podiam estar dissociados, apresentando uma interpretação que unia fé e progresso social. Sua proposta inscreve-se em uma perspectiva islâmica reformista que desafiava tradições patriarcais em nome da justiça social. Haddad foi excluído da sociedade islâmica e viveu como pária por suas ideias à frente de seu tempo. Hooks (2021) frisa que o patriarcado assume formas diversas em diferentes culturas, mas a lógica de dominação é comum. Articular Haddad com hooks nos permite pensar masculinidades feministas fora do eixo eurocêntrico, mostrando como homens em diferentes contextos reivindicaram mudanças no estatuto das mulheres e, por extensão, de si mesmos.

O intelectual chinês Jin Tianhe, em *A defesa dos direitos das mulheres* (1903/2019), via a emancipação feminina como condição para a modernização da China. O intelectual, poeta e reformista pertencia à elite e foi o primeiro homem chinês a escrever um manifesto abertamente feminista, que denunciava a submissão histórica das mulheres chinesas e reivindicava para elas o direto à educação, à participação política, à independência econômica e ao divórcio. Tianhe (1903/2019) sublinha que o papel das mulheres na China ao final do século XIX havia sido reduzido ao de seres sem voz nem poder, domesticadas por uma tradição que as considerava inferiores por natureza. A ligação entre igualdade de gênero e progresso nacional foi fundamental para inserir a pauta feminista no debate político.

Essa sucinta apresentação demonstra que o debate sobre gênero sempre contou com vozes masculinas críticas ao patriarcado propondo participação e igualdade formal das mulheres, assim como transformações subjetivas e culturais.

Em *Eu não sou uma mulher?* hooks (2020) recupera a tradição das mulheres negras norte-americanas, apontando como o racismo e o sexismo se combinam para estruturar experiências de opressão específicas. Essa perspectiva é fundamental para discutir masculinidades feministas, pois mostra que não existe um modelo único de ser homem: as expectativas em relação à masculinidade também são atravessadas por raça, classe e outras condições sociais.

No caso dos homens negros, por exemplo, o patriarcado os situa em uma posição paradoxal: ao mesmo tempo em que os incita a performar uma masculinidade dominadora,

também os marginaliza socialmente, impedindo que alcancem plenamente os privilégios associados ao homem branco patriarcal. Assim, repensar as masculinidades sob uma ótica feminista significa também considerar essas desigualdades interseccionais.

Pensando as masculinidades de não dominação, hooks (2025) denuncia o equívoco das pensadoras feministas reformistas ao considerar que as mulheres alcançariam a liberdade simplesmente garantindo o direito de ser como os homens patriarcais poderosos. Bell hooks destaca que mulheres feministas com privilégio de classe nunca insinuariam querer que sua sorte fosse igual à dos homens pobres de classe trabalhadora.

> Esperava-se que os homens se apegassem às ideias sobre força e sobre prover o sustento de outras pessoas, que faziam parte do pensamento patriarcal, e que, ao mesmo tempo, abandonassem a dominação e investissem em crescimento emocional. Essa visão de masculinidade feminista era tão repleta de contradições que jamais poderia efetivar-se (hooks, 2025, p. 145).

Em *Tudo sobre o amor* (2021), hooks desenvolve uma crítica profunda à incapacidade da cultura patriarcal de ensinar homens e mulheres a amarem de maneira saudável. Para a autora, o amor deve ser entendido como prática ética que exige cuidado, responsabilidade, compromisso, confiança e respeito. No entanto, os homens são socializados para evitar a expressão de sentimentos, resultando em relacionamentos marcados pela distância emocional e pela violência. “Eles estão presos na armadilha do patriarcado, que continua sendo um terreno fértil para a violência cotidiana, o sutil terrorismo íntimo que intensifica o ressentimento e bloqueia a possibilidade de conhecer a felicidade” (hooks, 2025, p. 101).

A incorporação do amor como prática política e pessoal é central para construir masculinidades feministas. Isso significa abandonar a lógica da dominação e adotar uma ética do cuidado que reconhece a humanidade do outro. Nesse sentido, hooks (2021) destaca que não há transformação feminista sem uma revolução amorosa, que reconfigure as relações interpessoais.

Na obra *A vontade de mudar*, hooks (2025) trata de maneira mais direta da questão das masculinidades. Ela argumenta que os homens precisam encontrar motivação para se libertar dos papéis rígidos impostos pelo patriarcado e que essa mudança não pode ser apenas exigida externamente pelas mulheres, mas deve nascer de um desejo genuíno de transformação.

Segundo a autora, homens que aderem a ideais feministas não estão perdendo sua masculinidade, mas sim reinventando-a de maneira libertadora. A vontade de mudar envolve reconhecer que a dominação não é sinônimo de força e que a vulnerabilidade não é fraqueza. Ao contrário, assumir a vulnerabilidade e praticar o amor são condições para o florescimento

de relações humanas mais justas.

As reflexões de bell hooks oferecem subsídios valiosos para o debate sobre masculinidades feministas. A crítica ao patriarcado, a perspectiva interseccional, a centralidade do amor e a convocação para que homens tenham a “vontade de mudar” compõem um arcabouço teórico que possibilita repensar as formas de ser homem em sociedades contemporâneas.

Mais do que uma reconfiguração individual, trata-se de um projeto político que busca romper com as violências estruturais do patriarcado e construir relações baseadas na justiça, na igualdade e no cuidado mútuo. Desse modo, construir masculinidades feministas não significa negar a experiência masculina, mas ressignificá-la a partir de valores emancipatórios que beneficiam não apenas as mulheres, mas toda a sociedade.

5.2 Repudiar a masculinidade adoecedora: John Stoltenberg

A partir da apresentação de certas características presentes na sociedade patriarcal em que vivemos, Stoltenberg (2016), um feminista radical transinclusivo, destaca o modelo heterossexual como referência, no qual os homens são os árbitros da identidade humana. Seriam ao mesmo tempo os árbitros da identidade dos homens e das mulheres. A norma cultural da identidade masculina inclui o poder, o prestígio, os privilégios e as prerrogativas sobre e contra a classe de gênero das mulheres. Desde meninos, os homens são culturalmente programados a se referir exclusivamente a outros homens para reforçar seu valor individual. Nesse contexto de sociedade patriarcal, as mulheres não seriam testemunhas confiáveis do valor de um homem, exceto na cama. Desse modo, se uma mulher não aprecia a funcionalidade genital de um homem, ele tem o direito de recorrer a outra mulher que a aprecie, sem perder seu valor fálico.

Por outro lado, a programação das mulheres é pesadamente enviesada contra elas, pois recorrem aos homens para validar sua identidade que, no modelo heterossexual, o conhecimento de quem ela é não pode ser distinto de sua relação com um homem em particular. A única maneira permitida de adquirir qualquer identidade para validar seu valor pessoal seria manter um relacionamento com um homem ou tornar-se sua propriedade.

No pretérito foi dito que o poder masculino na sociedade era uma expressão natural de uma tendência biológica à agressão sexual nos humanos do gênero masculino. O autor supracitado enfatiza que o comportamento genital masculinista é tido como uma expressão do poder masculino quando na verdade, trata-se de um comportamento aprendido e ensinado em

uma cultura em que os homens possuem controle total. Na reprodução desses comportamentos aprendidos coletivamente os homens reconhecem e reforçam sua filiação e vínculo com a classe do sexo masculino, em que os homens lembram uns aos outros que eles não nasceram mulheres. A cumplicidade masculina é política e onipresente. Esta conivência é um código de comportamentos complexos feitos de gestos, palavras, hábitos e atitudes que têm por efeito excluir as mulheres da comunidade dos homens. A conivência masculina é a forma pela qual os homens adquirem e conservam o poder.

Adicionalmente, os homens impõem um tabu fundamental para a sociedade patriarcal, que luta a todo custo contra o desapego dessa cumplicidade. Segundo Stoltenberg (2016) existe um processo social através do qual o patriarcado confere poder, prestígio e privilégios às pessoas nascidas com um pênis e que determina como esse membro deve funcionar. O protótipo patriarcal do funcionamento genital dos homens é o coito, o pênis bem duro, a penetração vaginal, a estocada pélvica e a ejaculação em três minutos. As sensações autênticas devem ser desaprendidas. O que se aprende é a operacionalidade genital. O primeiro aprendizado dos homens é que eles culturalmente têm poder e privilégios, e é então que todo homem aprende por si mesmo, que para que seus órgãos genitais funcionem de maneira confiável é preciso que o homem tome conhecimento de seu poder e prerrogativas sociais, na qual deve afirmar uma superioridade equivalente sobre sua parceira ou seu parceiro. Entre ele e a pessoa que realiza o coito, deve haver no encontro erótico uma certa disparidade de poder e de prerrogativas, real ou imaginária. Caso contrário, ele não conseguirá realizar o projeto sexual de exprimir seus atributos culturais obtidos pelo pertencimento a uma classe de gênero que se autodefiniu como suprema.

Essa disparidade de poder precisa se estabelecer entre eles e a pessoa que eles escolhem para fazer sexo. À menor suspeita de que possa haver entre os parceiros uma dignidade comum, uma preocupação moral recíproca ou algum tipo de justiça, é o momento em que o prototípico funcionamento genital masculino falha e perde a potência.

Os homens são programados a realizar demonstrações genitais de sua masculinidade nos encontros eróticos com mulheres, mas intimamente sabem que sua programação genital é pouco confiável como medida de avaliação de virilidade. Muito mais fiáveis, nesse aspecto, são seus vínculos não eróticos com outros homens. Nos quais o poder, o prestígio, os privilégios e o orgulho são efetivamente mensurados e intercambiados, é onde a norma cultural da masculinidade se encontra em sua fonte e prospera.

No sentido de pôr um fim ao sistema patriarcal, são as identidades sexuais dos homens que devem mudar. Stoltenberg (2025) menciona seu ponto de vista de por que falar sobre

masculinidade saudável seria o mesmo que falar de um câncer saudável. Em sua crítica ele menciona que uma pessoa estaria alienada se não percebesse os danos causados pela masculinidade ao bem-estar próprio e ao dos outros. Ao mesmo tempo, há legiões de pessoas criadas por homens que rejeitam e resistem a essa crítica com todas as suas forças, pelo fato de receberem as críticas a um determinado tipo de masculinidade como se fosse referente a todas as masculinidades. Fervilham ressentimento, explosões de raiva e retaliações que não passam de sintomas de ab-reação. O autor convoca a masculinidade a agir. Ele conclama a intervenção dos espectadores e sugere um programa que ele nomeia de intervenção de espectador que busca ferramentalizar pessoas com pênis a desenvolver habilidades de comunicação, empatia, inteligência emocional e um senso de responsabilidade para intervir quando virem outro homem cometer agressão sexual e em brigas de grupos, de que costumam participar como observadores ou instigadores. Em vez disso, os homens devem criar oportunidades de fuga para as vítimas de violência. Agir de modo a assumir responsabilidade pessoal pelas consequências da violência ou agressão que estiver presenciando.

Stoltenberg (2025) defende que a justiça de gênero torna os homens mais humanos e que o obstáculo consiste na relação entre as provas de virilidade e o padrão masculino de violência. O autor argumenta que, para muitos homens, o ato de possuir o corpo de outra pessoa durante o sexo é fundamental para sua identidade de gênero e para se sentirem "homens de verdade". Ele sugere que essa erotização da posse é um pilar da supremacia masculina, manifestando-se em práticas como casamento, estupro e prostituição, onde a distinção principal reside nas circunstâncias econômicas e legais. O autor conclui que erradicar a opressão de gênero requer desmantelar essa erotização da propriedade que, segundo ele, é perpetuada pelo direito patriarcal para manter um sistema de classes sexuais.

Homens estupram para se provarem como “homens de verdade”, homens batem em mulheres para provarem que eles mandam, homens prostituem mulheres e crianças para se autoafirmarem como homens, recompensa garantida e promovida pela pornografia. O close na ejaculação masculina em filmes pornográficos os autentica como homens de verdade. Desconstruir esses padrões de violência masculina é pouco atraente e não convincente para boa parte dos homens. Contudo, a consciência não é de gênero, a consciência é humana. Masculinidade saudável está relacionada a tornar-se humano. Superar o binarismo sexual é o despontar da consciência humana. A ênfase deve ser na ética de como as pessoas agem umas com as outras, focando em ser um ser humano real e não um homem “de verdade”, a nova revolução masculina deve ser tratar os outros como tão reais e humanos quanto eles próprios. Definir uma "masculinidade saudável", na percepção de Stoltenberg (2025) é

contraproducente, pois perpetua a mesma lógica hierárquica e ansiedade que subjazem à masculinidade problemática.

5.3 Opressão e subjetividade: aproximações entre Iris Marion Young e Donald Winnicott

Iris Marion Young, em seu clássico ensaio *Cinco Faces da Opressão*, propõe que a opressão não deve ser entendida como um fenômeno unitário, mas como um conjunto de processos sociais que se manifestam em diferentes dimensões. Segundo a autora, a opressão é uma categoria central do discurso político, "a opressão refere-se a fenômenos variados e inter-relacionados, sendo mais bem compreendida através de cinco categorias: exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência" (Young, 2021, p. 39, tradução nossa).

Ao aproximar essa perspectiva da psicanálise, particularmente de Donald Winnicott, é possível compreender como as estruturas sociais opressivas incidem não apenas sobre a vida material, mas também sobre a constituição da subjetividade. Conforme mencionado anteriormente, a teoria de Winnicott (1975), centrada na importância do ambiente para o desenvolvimento psíquico, fornece instrumentos para compreender como práticas sociais opressivas podem comprometer o amadurecimento e a experiência de si.

O desenvolvimento emocional saudável depende da presença de um ambiente suficientemente bom, que ofereça sustentação ao gesto espontâneo, possibilitando a continuidade de ser e a viabilidade de uma vida criativa. Quando o ambiente falha, o indivíduo pode desenvolver defesas que limitam a autenticidade e dificultam o amadurecimento psíquico.

> Nas comunidades em que há uma proporção suficientemente elevada de indivíduos maduros existe um estado de coisas que proporciona a base para o que chamamos de democracia. Se a proporção de indivíduos maduros se encontra abaixo de um certo número, a democracia não poderá se tornar um fato político, na medida em que os assuntos da comunidade receberão a influência de seus membros menos maduros, aqueles que, por identificação com a comunidade, perderem sua individualidade, ou aqueles que jamais alcançaram mais do que a atitude do indivíduo dependente da sociedade (Winnicott, 2024, p. 215).

Transpondo essa lógica para o campo social, podemos pensar que contextos estruturados pela opressão funcionam como um ambiente incapaz de sustentar a experiência criativa e o sentimento de pertencimento, não oferecendo condições mínimas para que indivíduos e grupos permaneçam em contato com sua autenticidade e elaborem experiências de forma integrada.

A exploração descrita por Young (1990) está relacionada à apropriação sistemática do trabalho de determinados grupos em benefício de outros – que pode ser compreendida, à luz de Winnicott, como uma falha de reconhecimento do gesto espontâneo, gerando sentimentos de desvalorização e desamparo. A teoria da exploração nos mostra que "essa relação de poder e desigualdade é produzida e reproduzida por meio de um processo sistemático no qual as energias dos que não têm são continuamente despendidas para manter e aumentar o poder, o status e a riqueza dos que têm" (Young, 2021, p. 498).

Ao longo de nosso estudo, tomamos o devido cuidado para não exercemos o congelamento normativo do binário sem, contudo, deixarmos de enfatizar a opressão das mulheres, que consiste, em parte, em uma transferência sistemática e não correspondida de poderes das mulheres para os homens, além da exclusão do feminino de atividades privilegiadas. A exploração de gênero se apresenta sob dois aspectos: a transferência de energias sexuais e de cuidado para os homens e transferência dos frutos do trabalho. As mulheres fornecem aos homens e às crianças cuidado emocional – e quando procuram os homens em busca de apoio afetivo, recebem relativamente pouco. A socialização de gênero das mulheres as leva a uma especial disposição para a empatia e para a solidarização dos sentimentos das pessoas, programadas para a tolerância excessiva com o intuito de suavizar tensões interativas. Além disso, muitas recebem pouca satisfação sexual na interação com os homens, pois as normas da heterossexualidade orbitam ao redor do prazer masculino.

Ainda no contexto da exploração, a autora salienta o fato de muitas mulheres terem se tornado dependentes do Estado para garantir sua sobrevivência, à medida que os homens se retiraram da responsabilidade que lhes cabia. Desse modo, mulheres continuam a ter responsabilidade quase total pela criação dos filhos. Nesse cenário se cria um novo sistema de exploração do trabalho doméstico, mediado por essas instituições estatais, o que Young (2021) chama de patriarcado público.

A marginalização, que Young (1990, p. 53) define como "a exclusão de grupos inteiros da participação significativa na vida social", corresponde, em termos psicanalíticos, à impossibilidade de habitar simbolicamente o espaço social. Trata-se de uma falha ambiental coletiva, que compromete a integração subjetiva. Os marginalizados são as pessoas que o mercado de trabalho não emprega. Nesse grupo estão inseridas as mulheres grávidas ou com filhos pequenos, as mulheres que ficaram muito tempo sem trabalhar para cuidar dos filhos, mulheres que sofrem o preconceito do etarismo, as que são racialmente marcadas e mulheres *trans*, que em grande parte, são confinadas ao trabalho sexual. Ainda temos o grupo que o mercado não pode empregar, como pessoas com deficiência mental ou física. Assim,

entendemos como o feminino, enquanto categoria de pessoas, é expulso da participação útil da vida social e, consequentemente, fica sujeito a severas privações materiais. A dependência produz tais condições de injustiça frequentemente imposta às mulheres. A marginalização pode, inclusive, ocorrer em contextos de conforto material, sob o sentimento de perda de pertencimento ou alguma forma de depreciação social por não serem consideradas produtivas ou úteis, despertando sentimentos de inutilidade e perda do valor de si.

A impotência, entendida como a ausência de poder de decisão sobre a própria vida, aproxima-se da noção de falso self de Winnicott (1960). Neste caso, "o indivíduo se adapta demais às demandas externas, sacrificando o self verdadeiro" (Winnicott, 1960, p. 146, tradução nossa), o que produz alienação e perda de espontaneidade. Articulando com Young (1990), a impotência descreve a condição de pessoas que têm pouca ou nenhuma autonomia e que acabam por perder seu senso de identidade. No que tange às mulheres, a insuficiência financeira é um dos principais fatores que as lançam no lugar de impotência. Impossibilitadas de trabalhar e cuidar dos filhos, ou ganhar o suficiente para remunerar alguém que cuide dos filhos enquanto trabalham; ou mesmo ganhar o suficiente para prover as necessidades próprias e as dos filhos, as mulheres permanecem por longos anos nessa posição de debilidade.

O imperialismo cultural, por sua vez, consiste na imposição de valores e significados do grupo dominante sobre as minorias. Young (1990, p. 59) assinala que esse processo implica "a universalização da experiência de um grupo e sua imposição como norma". Os valores patriarcais podem ser considerados produtos culturais dominantes da sociedade, que expressam sua perspectiva e interpretação dos eventos. Enquanto grupo dominante, a masculinidade hegemônica projeta sua própria experiência como representativa da experiência humana em geral, universalizando o que é apreciado no grupo em questão. Desse modo, mulheres passam a enxergar a si próprias através do olhar do outro, do opressor, por meio de imagens estereotipadas e inferiorizadas, produzidas pela cultura dominante. "O imperialismo cultural envolve o paradoxo de se experienciar como invisível, ao mesmo tempo em que se é marcado e percebido como diferente" (Young, 2021, p. 508). A experiência e interpretação do grupo oprimido sobre a vida social não encontra nenhuma expressão que seja aceita ou valorizada na cultura dominante, a não ser a posição de subserviência.

Por fim, a violência, que para Young (1990, p. 61) se caracteriza como "ataques sistemáticos e repetidos contra membros de um grupo simplesmente porque pertencem a ele", corresponde a um trauma ambiental profundo. Qualquer mulher tem motivos para temer o estupro, pelo fato de pertencer a esse grupo. O constante medo da agressão ajuda a manter as mulheres subordinadas. Na teoria winnicottiana é expressa a forma como a violência

sistemática rompe a confiança básica no ambiente, minando a experiência de continuidade de ser (Winnicott, 1975). Considerando a violência dos homens como uma questão de saúde pública, no contexto patriarcal a violência é equivocadamente entendida como potência e princípio organizador da masculinidade.

Conclui-se, portanto, que a interlocução entre Young e Winnicott enriquece a compreensão da opressão, revelando-a como fenômeno que simultaneamente organiza desigualdades sociais e molda a subjetividade, produzindo modos de existência limitados. Enquanto Young oferece as categorias sociopolíticas para analisar as formas de injustiça, Winnicott fornece instrumentos para compreender seus efeitos psíquicos, mostrando que o ambiente de que fala a psicanálise é atravessado por forças sociais e históricas. Assim, pensar em justiça social implica também pensar na criação de ambientes coletivos "suficientemente bons", capazes de sustentar a criatividade, a autenticidade e a vida plena das pessoas, e, no contexto trazido neste trabalho, a vida plena das mulheres.

5.4 Masculinidade e o imperativo da responsabilidade política

O conceito de reponsabilidade de Iris Young consiste numa importante contribuição para a teoria da justiça social. Tendo como ponto de partida o conceito de reponsabilidade e de seu modelo de conexão social, Young (2011) recupera o indivíduo e sua reponsabilidade diante da injustiça ao analisar as formas variadas de relação do indivíduo com a estrutura social. Por mais que se considere as injustiças anteriores e as que não têm no sistema a sua causa, "atribuir culpas exclusivamente ao sistema também empobrece a ação individual, pois torna o indivíduo um não agente, estando ele do lado dos subalternos ou dos dominadores" (Pinto, 2014, p.78).

Em sua obra *Responsibility for justice*, a autora objetiva apontar um caminho que permita uma análise mais consistente do espaço do indivíduo na ação política. Partindo da premissa de que o sistema não contém toda a injustiça, seria preciso trazer o debate do *quantum* de responsabilidade individual dos homens na manutenção da estrutura patriarcal. Young (2011) estabelece uma distinção entre culpa e responsabilidade. Enquanto a culpa é facilmente identificada, pois os agentes estão diretamente envolvidos nas ações ou omissões danosas, a reponsabilidade atinge outra dimensão. A título de exemplificação, os homens que não assediam ou agridem mulheres não são culpados, mas podem ser coniventes ao acolher em seus grupos homens que adotam comportamentos violentos. Ao banalizar tais atitudes, há uma culpa moral por dizer "o cara é gente-boa", "a vida particular dele não me diz respeito",

desconsiderando comportamentos cruéis como quando o sujeito exerce violência contra mulheres ou não dá assistência aos filhos, fazendo-os padecer por falta de recursos financeiros básicos ou pela ausência parental.

Young (2011) apresenta a temática da injustiça como injustiça das estruturas sociais. A autora defende que promover justiça na estrutura social e gerir suas consequências "implica reestruturar instituições e relações para prevenir ameaças ao bem-estar básico das pessoas" (Young, 2011, p. 34). A injustiça é posta como mais do que o simples fato de as pessoas sofrerem com um destino que não merecem, mas seria o modo como as regras institucionais e de interações sociais conspiram para estreitar as opções que muitas pessoas teriam se não fossem oprimidas.

Na linha de pensamento da autora "as pessoas individualmente não são promotoras de injustiça, mas indiretamente, coletivamente, e cumulativamente são responsáveis por ela" (Young, 2011, p. 87). A autora apresenta o princípio que nomeia de imperativo da responsabilidade política dos indivíduos no sentido de elucidar a responsabilidade sem culpa.

> O imperativo da responsabilidade política consiste em observar estas instituições [instituições sociais e políticas] monitorando seus efeitos, para assegurar que elas não são grosseiramente prejudiciais e manter organizados os espaços públicos, onde o olhar e o monitoramento possam ocorrer e os cidadãos possam falar publicamente, apoiando-se um ao outro em seus esforços de prevenir o sofrimento (Young, 2011, p. 88).

Embora a autora não estabeleça a relação entre o indivíduo e seu coletivo – ainda que reconheça a necessidade da ação coletiva – seu conceito de responsabilidade aponta caminhos para pensar a questão da ação do indivíduo vis-à-vis a injustiça social (Pinto, 2014, p. 86).

A autora sublinha a responsabilidade segundo Arendt, que diz respeito às pessoas que não cometeram más ações, mas que estão conectadas a elas. Em seu construto sobre a banalização do mal acerca do julgamento de Eichmann ela aproxima o criminoso como um cidadão comum. Ao pôr em destaque que Eichmann era um mero burocrata que assinava documentos e cumpria ordens, desconsiderou que o assassino tinha conhecimento do destino dos prisioneiros e jamais demonstrou arrependimento. O que se pode entender nesse episódio é a negação da alteridade do outro. Uma ausência de responsabilização.

Young (2011) apresenta três categorias de relação dos indivíduos com a responsabilidade. A primeira delas diz respeito aos indivíduos que sem terem participação em governos, partidos ou situações que infligem sofrimento e injustiça, têm conhecimento dos fatos e não se manifestam. A título de exemplificação, podemos destacar situações em que a família ou a escola constata que uma criança está sendo abusada e finge não saber. Dessa

maneira, as instituições ou grupos reforçam a cultura da pedofilia. “A injustiça estrutural se constrói a partir de sucessivas situações em que grupos a reproduzem sem serem objetivamente culpados por ela” (Pinto, 2014, p. 87).

O segundo caso de responsabilidade está relacionado aos indivíduos que não se omitem completamente e tratam de prevenir que o mal atinja alguns, seja os mais próximos, pessoas conhecidas ou desconhecidas. A autora apresenta exemplos da Segunda Guerra Mundial, período em que algumas pessoas se empenharam em esconder judeus ou auxiliar em suas rotas de fuga. Essa modalidade de responsabilidade pressupõe questões morais que provocam ações de caridade, trabalho voluntário e ações sobre como proteger perseguidos em tempos difíceis.

O terceiro tipo de responsabilidade implica aqueles que tomam responsabilidade coletiva, o que significa, assumir responsabilidade política. Young (2011) refere-se novamente a Arendt ao trazer o exemplo da ação coletiva dos dinamarqueses para encontrar todos os judeus do país e colocá-los a salvo, levando-os à Suécia. A autora ressalta que a responsabilidade política não está relacionada exclusivamente a situações de perigo, nem a momentos excepcionais em que se faz necessária a responsabilidade do outro para sair da situação em que se encontra. O que é posto em destaque nessa categoria é a responsabilidade coletiva e política com o injustiçado que também pertence à mesma sociedade (Pinto, 2014, p. 89).

O ponto a que pretendemos chegar é o princípio da responsabilidade no qual uma sociedade é responsável pelas injustiças sociais e estruturais que produz, independentemente da culpa de seus membros individuais. Desse modo, entendemos a dificuldade de identificar limites de reponsabilidade e o *quantum* de responsabilidade atribuído a cada um individualmente. No que tange aos padrões sexistas homens e mulheres são responsáveis pela reprodução desses padrões, contudo a responsabilidade tem pesos distintos. Para Young, a estrutura tem uma posição central, o que a autora qualifica de injustiça estrutural difere das situações advindas das interações pessoais e das que são atribuídas a políticas públicas específicas do Estado. “Estruturas conotam uma larga soma de resultados que são efeitos da confluência de muitas ações individuais dentro de dadas relações institucionais, cujas consequências coletivas frequentemente não têm a marca de nenhuma intenção de pessoa ou grupo” (Young, 2005, p. 20).

No sentido de contribuir para a compreensão do termo estrutura, a autora trabalha com quatro situações designadas como processos sociais estruturais, vivenciados pelos indivíduos como possibilidades ou como barreiras.

O primeiro processo é construído por constrangimento de objetivos, o que ocorre quando países democráticos asseguram direitos iguais para todos os cidadãos, contudo, minorias raciais, condição de gênero ou de orientação sexual podem situar indivíduos em posições privilegiadas ou de injustiça. O segundo processo socioestrutural seria quando membros da sociedade são considerados em termos de posições sociais, ou seja, as relações que eles estabelecem com outras pessoas. A posição na estrutura não é uma escolha, nem se produz a partir de interações. Young, (2011) exemplifica o fato de ser mulher, negro ou pertencente às classes populares coloca o indivíduo em uma posição nas interações em que esses atributos definem suas possibilidades.

O terceiro processo, denominado estruturas produzidas na ação, articula os conceitos de recurso de Giddens e de *habitus* de Bourdieu, nos quais a teórica reafirma que as condições de injustiça inscritas nas estruturas se concretizam nos recursos ou no *habitus* que os indivíduos incorporam quando atuam no seu cotidiano produzindo estruturas a partir de suas preferências. Young (2011) apresenta como exemplo a dinâmica das escolas públicas. À medida que as pessoas adquirem condições econômicas favoráveis, decidem enviar seus filhos para escolas particulares, desse modo colaboram para o aprofundamento da crise nas escolas públicas, que se torna estrutural. Assim, a escola pública fica responsável pelos filhos daqueles com menor poder aquisitivo e com menos recursos, o que seria o poder na visão de Giddens e com *habitus* pouco associados à luta por direitos. Essa dinâmica provoca a reprodução das condições de dominação.

O quarto processo, no qual desejamos nos deter, diz respeito às consequências não intencionais. Um processo importante por estar relacionado à questão da responsabilidade, refere-se aos privilégios dados pela estrutura. Young (2011, p. 62) enfatiza que “a estrutura social se refere a um acúmulo de resultados de ações de massa de indivíduos que levam a efeito seus próprios projetos, frequentemente sem coordenação com muitos outros”. No que tange à violência simbólica da masculinidade hegemônica reproduzida de modo invisibilizado, entendemos que os privilégios dados pela estrutura são vividos como direitos e não burlam nenhuma lei. Todavia, não existe uma culpa moral dos grupos de masculinidades que florescem à custa do lugar de servidão do feminino. Existe uma responsabilidade coletiva e geracional, não necessariamente dos homens da geração atual, mas de sucessivas gerações de homens que convivem com a desigualdade de gênero como se tal condição fosse natural.

Independentemente da intenção, todos que contribuem com suas ações para reproduzir a injustiça são responsáveis por ela, nisso consiste o conceito de conexão social de Iris Young.

O modelo de conexão social entende que todos os que contribuem com suas ações para processos estruturais com algum resultado injusto compartilham responsabilidade pela injustiça (Young, 2011, p. 96).

> Essa responsabilidade não é, primariamente, olhar para trás para atribuir culpa ou falta, mas olhar para frente. Ser responsável em relação à injustiça estrutural significa que um tem a obrigação de se juntar a outros, que compartilham a mesma responsabilidade, para transformar o processo estrutural e tornar seus resultados menos injustos (Young, 2011, p. 96).

Trata-se de uma responsabilidade não individualizada, mas que ao mesmo tempo não torna o indivíduo irresponsável. O que a autora chama de não isolamento retoma a problemática da culpa, enfatizando que a justiça não se encerra na identificação e punição de agentes culpados. Isto poderia levar a exercer pouca rigidez em julgar pequenos atos tanto quanto grandes atos de violência. Young (2011) leva em consideração o julgamento das condições passadas pertinentes a comportamentos e ações que reproduzimos sem nenhuma ilegalidade, sem nem mesmo reflexão, mas que produzem injustiça. No que se refere aos homens que são arrolados pelo pensamento patriarcal, não se trata de culpa ou responsabilização em relação ao passado, mas de uma relação de responsabilidade presente em relação às mulheres. O modelo de Young (2011) retoma a questão da relação passado-presente com um olhar mais à frente do que para o passado. As masculinidades precisam pensar a si mesmas como agentes que produzem e reproduzem a estrutura injusta. No sentido de compreender os processos estruturais que produzem e reproduzem injustiça social requer levar em consideração como eles surgiram e têm operado desde tempos pretéritos até o presente. O intuito seria ajudar a ver a relações entre ações particulares, práticas e políticas de um lado, e os resultados estruturais de outro (Young, 2005).

A responsabilidade compartilhada de Young (2005) traz para o centro do debate o indivíduo responsabilizado, não no sentido de ser culpado, legal ou moralmente, de forma individualizada, mas de ser responsável.

> Cada um é pessoalmente responsável pelos resultados de forma parcial, na medida em que, ele ou ela sozinho não produz os resultados; a parte específica que cada um exerce para produzir o resultado não pode ser isolada e identificada, daí a responsabilidade ser, essencialmente, compartilhada (Young, 2005, p. 110).

A responsabilidade compartilhada se traduz no entendimento de que ao mesmo tempo que os indivíduos não são individualmente culpados ou responsáveis, mas compartilham a responsabilidade com o conjunto de indivíduos. Nem que seja a responsabilidade de terem ficados calados.

> A saúde da psique deve ser avaliada em termos de crescimento emocional, consistindo em uma questão de maturidade. O ser saudável é emocionalmente maduro tendo em vista sua idade no momento. A maturidade envolve gradualmente o ser humano em uma relação de responsabilidade para com o ambiente (Winnicott, 2024, p. 26).

O que a autora deseja pontuar é que só podemos nos responsabilizar por ação coletiva, no que concerne a responsabilidade política, uma responsabilidade distinta da moral privada ou judicial. Tomar responsabilidade por injustiça estrutural requer unir-se a outros para organizar a ação coletiva para reformar as estruturas, ou seja, realizar um engajamento comunicativo público (Young, 2005).

A autora convida a considerar o espaço do indivíduo na política, no sentido de tornar-se responsável por sua relação com o outro e, consequentemente, por sua ação. O que Young não resolve é o dilema dos indivíduos que não seriam nem culpados nem responsáveis no modelo de conexão social. Desejamos instigar reflexões sobre uma vida em sociedade com indivíduos mais maduros tendo em mente o abandono de ideias extremas de perfeição e de seu oposto pois, conforme pontua Winnicott (2024, p. 197), “O homem maduro nem é tão bonzinho nem tão desprezível quanto o imaturo”.

O que buscamos salientar neste subcapítulo se refere à posição de privilégio que naturaliza posições de injustiça e torna o sujeito incapaz de reconhecer sua responsabilidade. O machismo estrutural insere indivíduos nesse lugar de não responsabilização. Em consequência disso, urge o nascer de novas formas de pensar como os indivíduos se instituem como sujeitos responsáveis da ação no interior dos movimentos sociais e na ação coletiva em geral.

5.5 Jablonka e os homens justos

Jablonka (2021) questiona modelos autoritários de virilidade em seu livro *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades;* ele apresenta a provocação com a fala de Olympe de Gouges, guilhotinada em 1793 por defender os direitos das mulheres na Revolução Francesa “Homem, és capaz de ser justo?”. Continuamos na mesma configuração em que as masculinidades de dominação promovem virilidade compulsória e rebaixamento das mulheres como cuidadoras, prestadoras de serviços gratuitos e favores sexuais. O autor sublinha outras maneiras de ser homem que incorporam a justiça de gênero na ética sexual, na qual podemos incluir os corpos femininos e corpos contra-hegemônicos que, embora não mencionados pelo autor, nos servem de base para defesa de direitos. Ele investiga como ser um homem bom de acordo com os princípios da justiça de gênero. Pela perspectiva de

Jablonka (Id., *ibidem*) a reinvenção das masculinidades seria uma nova utopia capaz de nos conduzir a um futuro em que nossos filhos serão justos e nossas filhas serão livres.

Defendendo a responsabilidade e oportunidade de participar desse debate como homem heterossexual, o autor afirma que o sucesso do feminismo também depende da reinvenção dos modelos masculinos. Jablonka (2021) destaca que a masculinidade saudável seria pautada pela não dominação e responsabilidade no cuidado com o outro. O que se torna viável pelo reconhecimento da própria vulnerabilidade, pelo direito de chorar, de fazer terapia e aceitar as próprias inseguranças em vez de transformá-las em violência.

Outro ponto relevante apresentado pelo supracitado autor é que a masculinidade se define não só em relação ao feminino, mas no que tange às masculinidades consideradas ilegítimas ou dissidentes: o negro, o judeu, as masculinidades não heteronormativas, o intelectual, a pessoa com deficiência. As masculinidades alternativas mostram que há diversas maneiras de ser homem. É preciso politizar o masculino e expor sua pluralidade e complexidade. Na defesa pela "masculinidade de respeito", o conceito aborda a ética sexual baseada no consentimento, na luta contra a violência sexual, na diferenciação entre assédio e flerte e no combate a comportamentos como tocar, elogiar incessantemente a aparência e abordar mulheres em público sem levar em conta o desejo delas. O termo inclui levar em conta o desejo feminino, que não diz respeito apenas a aguardar o gozo da mulher antes do ápice do coito, mas à igualdade no prazer. Em termos gerais, o sexo heterossexual segue o roteiro de alguns minutos de penetração seguidos pela ejaculação. Jablonka (2021) traz o conceito de Jean Markale do "homem lésbico", que não se refere à orientação sexual, mas à divisão igualitária do prazer, o homem que se preocupa com o prazer feminino.

O engajamento na luta pela justiça de gênero é apresentado pelo autor a partir de quatro pilares: educação e combate aos condicionamentos de gênero, que reduzem mulheres a boas mães e esposas; divisão das tarefas e da carga mental domésticas; mudança da representação das mulheres na mídia, na publicidade e nos filmes; e, a demanda por mais mulheres em espaços de poder, como nos negócios e na política. O autor pensa seu livro como um tratado sobre uma nova utopia, pois reconhece a indiferença dos homens em relação ao tema. Os homens são ensinados que a masculinidade é o que é, e pronto.

Sublinhando as observações de Jablonka (2021), mulheres feministas ainda não são a maioria, homens feministas são raros. Poucos lutam contra o patriarcado e algumas mulheres se sentem bem dentro dele e não trabalham em torno de um engajamento. O autor menciona que nos anos 1860, Anna-Maria Mozzoni, uma reconhecida figura do feminismo italiano, homenageou os nomes de Charles Fourier, Henri de Saint-Simon, Pierre Leroux, Salvatore

Morelli nas seguintes palavras: “Obrigada, homens generosos que defendem todas as liberdades e todas as libertações[...] e que, por suas palavras, escritos e obras, afirmam os direitos da mulher!”. São pouco numerosos, mas realizaram movimentos significativos. Esse pulsar de inquietações em relação às injustiças invalida a biologização do feminismo, tendência que consiste em acreditar que toda mulher é feminista pelo simples fato de ser mulher. Parafraseando a rabina Delphine Horvilleur – o feminismo não é o discurso de uma mulher que fala a partir de sua tradição, mas um pensamento crítico, defendido por uma mulher ou por um homem, contra um sistema que aliena as mulheres e o feminino.

> Por milênios, os homens limitaram a liberdade das mulheres, abusando da sua, proclamando-se “livres” para dominar, bater, estuprar, excluir, reduzir ao silêncio ou à invisibilidade. O masculino não pode ser um modelo de liberdade, pois está marcado por sua própria injustiça. Um homem que queira escapar da tirania de seu gênero, para realmente entrar no universal, deve começar por se tornar um feminista (Jablonka, 2021, p. 376).

A justiça de gênero não pode ser separada da justiça social, o engajamento dos homens não deve ser marcado pela ambiguidade. Em vez de glorificar a mulher materna, poderíamos conceber o feminino como ponto de referência, um novo desejável social em relação ao qual os homens se definam; no século XX, o feminismo consistia em viver como os homens; na contemporaneidade a meta é ajudar os homens a viver como as mulheres, com vidas mais ricas e equilibradas na distribuição de investimentos entre família, carreira e comunidade. Um universalismo feminino que acolhe a riqueza da aventura humana do existir e a liberdade dos possíveis. Ser feminista significa “recusar-se a uma certa configuração de mundo – a violência, a parcialidade, o absolutismo, os privilégios, os monopólios, a conivência” (p. 378).

> Para os homens, a justiça de gênero resulta de três vontades: questionar-se enquanto indivíduo e enquanto grupo; promover teoricamente e, sobretudo, viver a igualdade no casamento, na família, no trabalho, na rua, nos transportes, nas assembleias; construir novas alianças com vistas a mobilizações futuras. Em outras palavras, trata-se de sair do silêncio cúmplice e posicionar-se a favor dos direitos de todas e todos (Jablonka, 2021, p. 378).

5.5.1 Como Ivan Jablonka define um homem justo?

Alguém que se solidariza com as mulheres, e que se dessolidariza do patriarcado. Uma pessoa que respeita a igualdade não somente entre mulheres e homens, mas entre o feminino e o masculino. O que pode um homem justo? Romper consigo mesmo e trabalhar sobre o

masculino para não estar no rol dos dominantes, dos privilegiados e aproveitadores. Defender a justiça de gênero enquanto homem é lutar contra si mesmo.

> A contramasculinidade, qualidade de vigilância democrática, é em primeiro lugar um contra-si. Precisamos ser capazes de nos desfazer da educação que recebemos, dos reflexos que adquirimos, da ideologia de gênero que forjamos para nós mesmos, da atmosfera de tolerância que nos cerca, até renunciarmos àquilo que sempre fomos (Jablonka, 2021, p. 380).

A construção de masculinidades de igualdade requer um esforço de reflexividade em relação ao acesso de todas, todos e todes à cidade, ao poder, ao dinheiro e ao tempo livre. Não se trata de anular ou negar as diferenças, mas de organizar essas diferenças de modo que não gere nenhuma desigualdade social. Estabelecer uma qualidade de laço social que deve ser medida por um duplo critério: a divisão da riqueza material e a divisão do valor simbólico. A masculinidade de igualdade supõe que os homens aprendam a viver entre iguais. A democracia não repousa na segregação, mas encontra meios para garantir a coexistência e a segurança. A qualidade democrática depende da desconstrução da estrutura patriarcal. Tornar homens justos é o que possibilitará mulheres e identidades contra-hegemônicas serem livres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise buscou desvendar as complexas e multifacetadas dinâmicas do patriarcado e suas ramificações em diversas esferas da existência humana, desde os arcabouços culturais e psíquicos até as manifestações explícitas e veladas de violência na sociedade e no ambiente digital. Ao articular os quatro capítulos, emerge a compreensão profunda de como as estruturas de poder de gênero se consolidam, perpetuam e, concomitantemente, como são interpeladas por movimentos sociais e perspectivas teóricas que almejam a construção de um futuro mais justo e equitativo.

O primeiro capítulo estabeleceu a premissa de que o patriarcado é um sistema enraizado em pedagogias culturais que legitimam a dominação masculina e a submissão feminina. Demos especial destaque a como os textos bíblicos operam como alegorias que constroem narrativas de referência, naturalizando um ideal de feminilidade ancorado na servidão. A figura de Lilith**,** a primeira mulher insubmissa e sensual, é demonizada, enquanto Eva**,** a mulher domesticada e idealizada pelo patriarcado, é exaltada, moldando um imaginário de aversão ao feminino desde as origens da civilização ocidental.

O conceito de núcleo perverso da masculinidade hegemônica é central para nossa discussão, o que não se restringe a agressores estereotipados, mas se manifesta em "homens comuns", muitas vezes intelectuais e socialmente funcionais, que exercem violências físicas, psicológicas, patrimoniais, sexuais e simbólicas. Essa violência é frequentemente invisibilizada e encontra anuência social por não deixar provas físicas, resultando em desvitalização e esgotamento das vítimas através de silêncios agressivos, irresponsabilidade emocional e indiferença. Na perspectiva psicanalítica, essa dinâmica revela um narcisismo perverso**,** em que o ódio ao feminino se torna um elemento dinâmico na afirmação do eu, projetando vulnerabilidades no outro e utilizando-o como utensílio para a supervalorização de si. O delírio de invulnerabilidade da masculinidade hegemônica impede o reconhecimento da própria fragilidade e fomenta o medo da feminilidade, que é percebida como desvirilizante. A psicanálise, desde Freud, contribuiu para essa visão ao imprimir uma leitura hierárquica na diferença sexual, inferiorizando a mulher e negando sua autonomia e prazer. A ilustração do filme *Garotos de bem* (2021) demonstra como a virilidade é provada por meio da violência e da antifeminilidade em grupos masculinos, reforçando o imperativo de dominar para não ser dominado.

No segundo eixo**,** o Ciberpatriarcado e a ascensão do ódio digital deslocam nossa análise para o ambiente virtual**,** revelando como as dinâmicas patriarcais se intensificam no

que é denominado ciberpatriarcado. A manosfera – composta por movimentos como MRM, RedPill, MGTOW, Incels e RapePills – emerge como um espaço hipermasculino de forte teor misógino, doutrinando homens com discursos de ódio e preconceito. A filosofia RedPill, por exemplo, dissemina ideologias reacionárias que exigem submissão feminina e enaltecem um perfil masculino Alfa dominador, que exibe força e propaga preconceitos. Esse Código Alfa é uma programação identitária binária que gera ansiedade e violência em homens que não se enquadram a ele.

Um conceito crucial para o entendimento desse contexto foi o erotismo de possuir de John Stoltenberg, que articula gênero, economia e sexualidade, definindo o gênero como uma ficção social, que se tornou real através da relação de propriedade sobre os corpos. Para esse autor, a pornografia institucionaliza a supremacia masculina**,** ensinando homens a atuar como machos supremacistas no sexo, erotizando a dominação, a violência e a desigualdade. A pornografia contribui igualmente para o aumento da *cyberpedofilia* e dos estupros virtuais**,** utilizando a internet como um campo fértil para a satisfação sexual de fantasias condenáveis e a disseminação de novas formas de abuso sem deixar marcas físicas. No contexto de violência sexual, a discussão sobre aborto e direitos reprodutivos é atravessada pela mitologia do “feto como pênis"**,** que atribui valor fálico ao feto, superando os direitos da mulher e mantendo o controle masculino sobre o corpo feminino. A violência, neste contexto, é vista como um problema de saúde pública, demandando estratégias de prevenção e tratamento de danos.

Em nosso terceiro eixo aprofundamos a relação da constituição psíquica das mulheres na lógica patriarcal, revelando-as como prisioneiras de um sistema que as impede de desenvolver pensamento crítico e autonomia, a menos que desobedeçam e rompam com as normas. Apresentamos a ideia da cultura funcionando como um inconsciente social**,** moldando comportamentos e representações que naturalizam a dominação. A partir de Freud, autor de matriz patriarcal que destaca a influência da cultura no psiquismo masculino, ressaltamos a depreciação da vida amorosa masculina que tem como resultante a dessexualização da mulher respeitada, o feminino eleito para ser mãe, e na hiperssexualização da mulher depreciada, o feminino eleito para abusos e estelionato afetivo, negando a completude de um amor que una sensualidade e ternura.

Realçamos os contextos em que mulheres estão constantemente submetidas a violências psicológicas cotidianas e invisibilizadas, como o *gaslighting*, *ghosting*, *manterrupting* e *mansplaining*, que minam a autoestima feminina, gerando desempoderamento mediante desapropriação de si e embotando a identidade da mulher. Mediante novas conjunturas e cenários sociais, assistimos ao surgimento do neomachismo,

que denota uma reconfiguração do patriarcado, em que a dominação migra da esfera financeira para a afetiva, com homens performando aliança feminista, mas retaliando mulheres que os superam em poder ou sucesso, por sua dificuldade em amar sem dominar.

A interseccionalidad**e,** através da alegoria das camadas de vulnerabilidade de Florencia Luna, faz-se crucial para compreender que a opressão não é monolítica. Mulheres negras, indígenas, imigrantes e não brancas enfrentam modalidades diferenciadas e sobrepostas de opressão, desafiando o universalismo do feminismo branco e evidenciando a necessidade de abordagens que considerem raça, classe e sexualidade. Nesse contexto, a desobediência é um imperativo de sobrevivência e a espinha dorsal do feminismo, conforme pontua Ivone Gebara. Nos utilizamos dos aportes teóricos de nossas autoras negras, como Amalia Barbosa, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Isildinha Batista Nogueira e Jaqueline Gomes de Jesus, dentre outras, ressaltando o cancro social do racismo estrutural e a importância da raiva como afeto disruptivo e mobilizador. O transfeminismo acresce em potência nossa denúncia **e** amplia ainda mais essa perspectiva, tensionando a psicanálise e o feminismo ao desafiar a normatividade da cisgeneridade, instigando a reivindicar a autonomia e direitos de mulheres trans e travestis, combatendo a violência epistemológica da diferença sexual e o transfeminicídio. Ao considerarmos a pluralidade de contextos traumáticos, o conceito de transexistência emerge como um lugar psíquico de resistência e construção de uma nova identidade que torne o viver possível após vivências dizimadoras, independentemente de gênero.

O quarto eixo sintetiza os caminhos para a justiça de gênero**,** apresentando a noção de masculinidades feministas e de igualdade como um projeto político de reelaboração crítica do ser homem. Autora potente do feminismo negro, bell hooks é uma voz fundamental na defesa do feminismo como um movimento político inclusivo que visa erradicar o machismo e a opressão, e que deve oferecer visões libertadoras de masculinidade, ensinando amor, cuidado e responsabilidade desde cedo. Ela convoca a vontade de mudar nos homens, para que reconheçam sua vulnerabilidade e pratiquem o amor como uma ética de cuidado e respeito.

Por outro lado, John Stoltenberg reforça a necessidade de repudiar a masculinidade doentia**,** argumentando que a ideia de masculinidade saudável é contraproducente, pois perpetua a lógica hierárquica. Ele defende que a justiça de gênero torna os homens mais humanos, e convoca os homens a focar em ser um “ser humano real" em vez de um "homem de verdade", conclamando à ação coletiva dos homens para intervir contra a violência e assumir responsabilidade. A conivência masculina na perpetuação da dominação é uma dinâmica política a ser desmantelada.

No texto *Cinco Faces da Opressão* de Iris Marion Young, as categorias: exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência – são articuladas com a psicanálise de Donald Winnicott para demonstrar como as estruturas sociais opressivas não apenas organizam desigualdades materiais, mas também moldam a subjetividade, comprometendo o amadurecimento psíquico e a experiência de autenticidade nas relações. A responsabilidade política de Young, distinta da culpa individual, aponta para a necessidade de ação coletiva para transformar os processos estruturais que geram injustiça, incluindo a conivência e o silenciamento dos homens.

Finalmente, a obra *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades,* de Ivan Jablonka, questiona modelos autoritários e dominantes de virilidade e propõe a reinvenção das masculinidades como uma utopia para um futuro mais justo, pautado na não dominação, na responsabilidade com o cuidado e no reconhecimento da vulnerabilidade. Ele enfatiza a pluralidade do masculino e defende uma "masculinidade de respeito" que incorpore uma ética sexual baseada no consentimento e na igualdade do prazer feminino, declarando que o sucesso do feminismo, portanto, depende crucialmente do engajamento masculino na desconstrução e reconstrução, através da educação, da divisão equitativa de tarefas, da mudança na representação midiática e da maior participação feminina em espaços de poder.

Nesse sentido, nosso estudo objetivou examinar a questão da violência de gênero como consequência de pedagogias que instalam na masculinidade o menosprezo e aversão pelo feminino e adicionalmente, mediante inquietações urgentes, propusemos a reflexão de como encontrar caminhos para a revitalização da masculinidade que está adoecida, e consequentemente, não cessa de promover o adoecimento psíquico feminino mediante a inviabilidade de conceder à mulher segurança emocional e relações de paridade. Conforme salienta Winnicott, não podemos conquistar saúde mental na ausência de ambientes de confiabilidade. O núcleo da masculinidade forjada no sistema patriarcal é indubitavelmente perverso, uma vez que que não reconhece a mulher como uma igual e se estabelece mediante relações de poder e domínio. O fator impeditivo para uma relação construída na igualdade se encontra em aspectos tanto psíquicos quanto culturais.

Em síntese, a jornada por esses quatro capítulos revela a inextricável interconexão entre as esferas social, cultural e psíquica na formação e manutenção do patriarcado e suas violências. A busca pela justiça de gênero não é um destino, mas um projeto contínuo e coletivo**,** que demanda a desconstrução das masculinidades adoecidas e das feminilidades oprimidas. O reconhecimento da interseccionalidade das opressões, a justiça de gênero e a promoção de uma ética de amor, cuidado e responsabilidade mútua são as ferramentas

necessárias à largada desse projeto que está visceralmente conectado à temática de Direitos Humanos. Por meio de nossa pesquisa e das vozes dos autores reunidos em nosso trabalho, reforçamos o convite à insubordinação ao sistema opressor**,** à luta contra a injustiça e à construção de um mundo onde a autenticidade e a dignidade de todos os seres humanos possam florescer. A violência é indigna da condição humana. Concluo, portanto, com o questionamento proposto por Jablonka: Homem, és capaz de ser justo?

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ARISTÓTELES. **Geração dos animais**. *In*: BARNES, J. (ed.).**The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

AULAGNIER-SPAIRANI, P. A perversão como estrutura. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 43-69, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/1415-47142003003004. Disponível: https://www.scielo.br/j/rlpf/a/Byqm5K559pfn9pBHZJCWsWQ/?lang=pt. Acesso em: 20 maio 2024.

BADINTER, E. **O conflito, a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARBOSA, M. M. S. **Pedofilia**: crime ou doença. [*S. l.*: *s. n.*], 2014.

BARBOSA, A. A violência contra a mulher negra: aspectos históricos e sociológicos. **Revista Brasileira de Estudos de Gênero**, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p. 45-60, jul./dez. 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2020.

BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: Edufba, 2017.

BIRMAN, J. Inocência roubada. **Revista Superinteressante**, São Paulo, n.176, p. 39-46, maio 2002.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo**: feminilidade e suas formas de subjetivação em psicanálise. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BONFIM, F. **Tornar-se homem**: ressonâncias do declínio do ideal viril na sexuação. Rio de Janeiro: Dialética, 2022.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008. Altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 26 nov. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11829.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BROCHADO, B. S.; SOARES, S.; FRAGA, S. A. A Scoping review on studies of cyberbullying prevalence among adolescents. **Trauma Violence Abuse**, [*s. l.*], v. 18, n. 5, p. 523-531, 2017. DOI: 10.1177/1524838016641668. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27053102/. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 06 mar. 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=CjwKCAjwo8-SBhAlEiwAopc9W_i3fVQ2XWtMOk_VdzeSn0k5W6Eb-hAaoSmxhRPzsucLviyRcEQaBBoClKAQAvD_BwE. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARVALHO, S. **Anti-manual de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CECCARELLI, P. R. Potencialidades de perversão. **Boletim de Novidades da Livraria Pulsional**, São Paulo, v. 11, n. 113, p. 79-82, 1998.

COLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONDORCET, J-A-N. C. Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania (1790). Disponível em: https://www.marxists.org/francais/condorcet/1790/droits_femmes.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2025.

COSTA, F. J. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

DEFONTAINE, J. O traumático e as perversões. [Material de exposição do trabalho da autora na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro em 01 de abril de 2023].

DESLANDES, S. F.; FERREIRA, T. R. S. C. F. Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, out. 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.13482018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/WJYc64dg9Rjxh8k4rJc53gL/?lang=pt. Acesso em: 9 ago. 2025.

DIAS, E. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. 4. ed. São Paulo: DWW Editorial, 2017.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança feminista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DOREY, R. La relation d´emprise. **Nouvelle revue de psychanalyse**, [*s. l.*], n. 24, p. 117-139, 1981.

EIGUER, A. **Le cynisme pervers**. Paris: L' Harmattan, 1995.

EIGUER, A. O avanço das perversões. **Psicanálise**: Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 117-137, 2002. DOI: https://doi.org/10.60106/rsbppa.v4i1.77. Disponível em: https://revista.sbpdepa.org.br/revista/article/view/77. Acesso: 20 maio 2025.

EIGUER, A. **Le prevers-narcissique et son cumplice**. Paris: Dunod, 2008. [trabalho original publicado em 1998].

ESTELLON, V. **Les sex-addicts**. “Que sais-je?”. Paris: P.U.F., 2014.

ESTEVES, C. R.; WELS, E. S. As Quizumbeiras: a raiva como afeto disruptivo e mobilizador e o mito da mulher negra raivosa em leitura comparada. **The Especialist**, [*s. l.*], v. 46, n. 1, p. 458-480, 2025. DOI: 10.23925/2318 7115.2025v46i1e68053.

EVARISTO, C. **Olhos D’Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FERENCZI, S. **Confusão de linguagens entre adultos e crianças**. Tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica e da tradução Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 111-135. (Obras completas Sândor Ferenczi, v. 4).

FERRAZ, F. C. **Perversão**. 6. ed. São Paulo: Casapsi Livraria, 2015.
FERREIRA, A. J. Narrativas autobiográficas de professoras/es de línguas na universidade: letramento racial crítico e teoria racial crítica. *In*: FERREIRA, A. J. (org.) **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos de linguagem**. Campinas: Pontes Editora, 2015.

FERREIRA, L. P. **A proteção da criança ou adolescente vítima de abuso sexual como justificativa para flexibilização da regra impeditiva da adoção por avós**. 2017. 96 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade Baiana de Direito, Salvador, 2017. Disponível em: https://portal.faculdadebaianadedireito.com.br/portal/monografias/La%C3%ADs%20Pires%20Ferreira.pdf. Acesso: 20 maio 2025.

FERREIRA, A. P. R.; HENRIQUES, R. S. P. Violência e saúde pública no Brasil: impacto nas populações marginalizadas e a necessidade de políticas intersetoriais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, ES, v. 27, supl.1, 2025. DOI: https://doi.org/10.47456/rbps.v27isupl_1.48246. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/48246. Acesso: 20 maio 2025.

FOURIER, C. **Théorie de l’unité universelle**. Paris: Bossange, 1822.

FREDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2004. *E-book*.

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes (1915). *In*: FREUD, S. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 123-144. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). *In*: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 7, p.119-231.

FREUD, S. O tabu da virgindade (1917). *In*: FREUD, S. **Obras completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 9.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu (1921). *In*: FREUD, S. **Obras completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15.

FREUD, S. Estudos sobre histeria (1893). *In*: FREUD, S. **Obras Completas [1893-1895]**. Tradução de Paulo César de Souza. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 2, p. 18-260.

FREUD, S. Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa: contribuições à Psicologia do Amor II (1912). *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Observações sobre um caso de neurose obsessiva ["O homem dos ratos"], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos [1909-1910]. Tradução de Paulo César de Souza. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 9, p. 352-356.

FREUD, S. A moral sexual civilizada e a doença nervosa (1908). *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: O delírio e os sonhos na Gradiva: Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos [1906-1909]. Tradução de Paulo César de Souza. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a. v. 8, p. 346-347.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos (1925). *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: O Eu e o Id: "Autobiografia" e outros textos. [1923-1925]. Tradução Paulo César de Souza. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b. v. 16, p. 283-299.

GAROTOS de bem. Direção: Stefano Mordini. Produção: Maria Teresa Favia, Chiara Grassi e Roberto Sessa. Itália: Picopedia, 2021. Filme (1h 46m).

GOMES, N. L. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, p. 1-8, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.275110. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYSsM/?lang=pt. Acesso: 20 maio 2025.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10316. Acesso em: 05 set. 2025.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**. Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Editor União dos Coletivos Pan-africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GRIFFIN, R. A. Eu sou uma mulher negra com raiva: Autoetnografia feminista negra, voz e resistência. Tradução de Silvio M. A. Santos e Carlos P. Reyna. **Revista Teoria e Cultura**: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. Juiz de Fora, v. 17, n. 3, p. 223 240, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/39871. Acesso: 20 maio 2025.

GURFINKEL, D. **Adicções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

GURFINKEL, D. A psicanálise do fronteiriço: André Green, entre Freud e Winnicott. **Revista Percurso**, v. 25, n. 49/50, p. 39-50, 2013.

HADDAD, T. **Nossa mulher na sharia e na sociedade**. Túnis: Maison Tunisienne de l'Édition, 1930.

HIRIGOYEN, M. F. **A violência no casal**: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HIRIGOYEN, M. F. **Abuso de fraqueza e outras manipulações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HOEDER, C-S. **Wut und Böse**. [Raiva e maldade]. München: Carl Hanser Verlag, 2021.

HOOKS, B. **Eu não sou uma mulher?**: Mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2021.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

HOOKS, B. **A vontade de mudar**: homens, masculinidade e amor. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2025.

JABLONKA, I. **Homens justos**: do patriarcado às novas masculinidades. São Paulo: todavia, 2021.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: https://periodicos. ufrn.br/cronos/article/view/2150. Acesso em: 22 ago. 2025.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KIMMEL, M. Masculinidade como homofobia: medo, vergonha e silêncio na construção da identidade de gênero. **Equatorial**, Natal, v. 3, n. 4, p. 97-124, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14910. Acesso em: 22 ago. 2025.

KLEIN, M. Inveja e gratidão. *In*: KLEIN, M. **Obras completas**. Tradução de E. M. Rocha, L. P. Chaves. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 1991. v. 3, p. 205-267.

KLIER, N.; WINOGRAD, M. A clivagem e seus embargos na adicção sexual. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 1-8, set./dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-44142022003001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/bqTds9P4c4433TcPbsSnMvj/?lang=pt. Acesso em: 22 ago. 2025.

KRAFFT-EBING, R. **Psychopathia sexualis**. Paris: Payot, 1842.

KRUG, E. G. *et al*. (org.). Relatório mundial sobre violência e saúde. **Geneva**: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LEMOS A. **Cibercultura**: Tecnologia e vida social da cultura contemporânea. 15. ed. Porto Alegre: Editora Sulina; 2015.

LIMA-SANTOS, A. V. S; SANTOS, M. A. Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 10811102, dez. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812022000301081&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 ago. 2025.

LÓPEZ-MUÑOZ, J. M.; GONÇALVES, T. M. Ethos e cenografia da Voice for Men – Brasil: uma exploraçao do discurso intimidatório na internet. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 53, n. 3, p. 340-351, 2018. DOI: 10.15448/1984-7726.2018.3.32918. Disponível em: https://revistas eletronicas.pucrs.br/fale/article/view/32918. Acesso em: 27 ago. 2025.

LORDE, A. **Irmã outsider**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

LOWENKRON, L. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-29, 2010. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/Sexualidad SaludySociedad/article/view/394. Acesso em: 27 ago. 2025.

LOWENKRON, L.O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como "causa política" e "caso de polícia". **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 41, p. 303-337, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104 83332013 000200016&lng =en&nrm=isso. Acesso em: 28 fev. 2025.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9 F6FHJqnzb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 27 ago. 2025.

LUNA, F. Elucidanting the concept of vulnerability: layers not labels. **The International Journal of Feminist Approaches to Bioethics**, [*s. l.*], v. 2, n. 2, p. 121-139, Spring, 2009. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40339200. Acesso em: 18 ago. 2025.

MCDOUGALL, J. **As múltiplas faces de Eros**: uma exploração psicoanalítica da sexualidade humana (1995). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAFESSOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

MARTINS, A. Uma violência silenciosa: considerações sobre a perversão narcísica. **Caderno de Psicanálise-CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 22, p. 37-56, 2009.

MARTUSCELLO, C. **Família e conflito conjugal**. São Paulo: Francisco Alves, 1999.

MATHIEU, Nicole-Claude. **L'Anatomie Politique 2**: Usage, déréliction et résilience des femmes. Paris: La Dispute, 2014.

MELAMED, M. **A lei de Moisés e as Haftarot**. 5. ed. São Paulo: Irmãos Gibin, 1989.

MILL, S. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Lafonte, 2019.

MIÑOSO, Y, E. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. **MASP Afterall**, São Paulo, 2020. Disponível em: https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-Giqs0qaSQ1sxGgwydI1C.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

MURIBECA, M. M. M.; PEREIRA, W. M. Quando o lobo e o cordeiro perdem a pele: a psicanálise na escuta da pedofilia. **Cogito**, Salvador, v. 14, p. 24-28, nov. 2013. Disponível http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S 94792013000100006 &lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 28 fev. 2025.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NJAINE, K. *et al*. (ed.). **Impactos da Violência na Saúde**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2020. p. 183-240. DOI: https://doi.org/10.7476/9786557080948.

NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PAIXÃO, K. M. Etiologia da pornografia infantil: um olhar crítico sobre a (Cyber) pedofilia. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos. ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36861. Acesso em: 28 fev. 2025.

PINTO, C, R. J. O conceito de responsabilidade em Iris Young. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 91, p. 77-104, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/ 100243. Acesso em: 28 fev. 2025.

PRECIADO, P. B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRECIADO, P. B. **Orlando, minha biografia política**. França: Globoplay, 2023.

QUIZOMBA. *In*: DICIONÁRIO Houaiss Online de Português. Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss. Disponível em: https://www.houaiss.online/houaisson/quizomba. Acesso em: 16 maio 2025.

RACAMIER, P. C. **Les perversions narcissiques** (1986). Paris: Payot & Rivages, 2012.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Rocco, 2019.

RICHER, L. **La femme libre**. Paris: Germer-Baillière, 1877.

ROGERS, C. R. **Novas formas do amor**: o casamento e suas alternativas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

RUFFO, E. S.; COSTA, P. J. Os *Incels*, a desesperança e a misoginia: um estudo psicanalítico. **Mosaico**: Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 5, n. 3, p. 259-271, set./dez. 2024. Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/4923. Acesso em: 16 maio 2025.

SAUSSE, S. K. A mulher do perverso narcísico. **Revista Francesa de Psicanálise**, [*s. l.*], v. 67, p. 925-942, 2003.

SERANO, J. **Excluídas**: fazendo feminismo e política de gênero trans-inclusiva. Tradução de Helena Vieira. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

SERFATY, P. **Pais gentilmente narcisistas**: a violência silenciosa do desamor. Curitiba: Appris, 2024.

SHARIFF, S. **Cyberbullying**: questões e soluções para a escola, alunos e a família. São Paulo: Ed. Artimed: 2011.

SICUTERI, R. **Lilith**: a lua Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SLUZKI, C. Violencia familiar y violencia politica. *In*: SCHNITMAN, D. F. **Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad**. Buenos Aires, Paidos, 1994.

STETSENKO, A. Agência radical-transformadora: continuidades e contrastes em relação à agência relacional e implicações para a educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, p. 1–24, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21106.005. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21016. Acesso em: 18 ago. 2025.

STOLLER, R. **Perversão**: a forma erótica do ódio. São Paulo: Editora Hedra, 2015.

STOLTENBERG, J. O feto como pênis: o interesse próprio dos homens e os direitos ao aborto. Tradução de Andrey Santiago. [STOLTENBERG, J. **Refusing to be a man**: essays on sex and justice. [*S. l.*]: Breitenbush Books, 1989].

STOLTENBERG, J. **Vers la justice de genre**. Dábord publié dans le revues win.
For men against sexism: a book of readings, assemble par John Snodgrass. [*S. l.*: *s. n.*], 2016. Disponível em: https://scenesdelavisquotidien.com/2016/08/30/vers-la-justice-de-genre/. Acesso em: 15 maio 2025.

STOLTENBERG, J. **Refusing to be a man**: essays on sex and justice. London: UCL Press, 2025.

THOMPSON, W.; WHEELER, A. **Appeal of one half of the human race, women, against the pretensions of the other half, men**. London: Longman, 1825.

TIANHE, J. ***Nüjie zhong***. [A defesa dos direitos das mulheres]. Shanghai: Commercial Press, 1903.

VAN VALKENBURGH, S. P. Digesting the Red Pill: Masculinity and neoliberalism in the manosphere. **Men and Masculinities**, [*s. l.*], v. 24, n. 1, p. 84-103, 2018. DOI: https://doi.org/10.1177/1097184x18816118. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1097184X18816118. Acesso em: 15 maio 2025.

WINNICOTT, D. W. Ego distortion in terms of true and false self. *In*: WINNICOTT, D. W. **The maturational processes and the facilitating environment**. London: Hogarth Press, 1960. p. 140-152.

WINNICOTT, D. W. **A importância de preocupar-se**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

WINNICOTT, D. W. O medo do colapso. *In*: WINNICOTT, D. W. **Explorações psicanalíticas**. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

WINNICOTT, D. W. O primeiro ano de vida. Concepções modernas do desenvolvimento emocional. *In*: WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual** (1993/1965a). São Paulo: Martins Fontes, 2011. [Trabalho original publicado em 1958; respeitando-se a classificação de Huljmand, temos 1958j].

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

WINNICOTT, D. W. **Bebês e suas mães**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Editora UBU, 2021a.

WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo.** Rio de Janeiro: LTC, 2021b.

WINNICOTT, D. W. **Processos de amadurecimento e ambiente facilitador**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. São Paulo: Ubu Editora; WMF Martins Fontes, 2022.

WINNICOTT, D. W. **Natureza humana**. São Paulo: Ubu Editora: WMF Martins Fonte, 2024.

YOUNG, I. M. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990

YOUNG, I. M. **On female body experience**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

YOUNG, I. M. **Responsibility for justice**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

YOUNG, I. M. Cinco Faces da Opressão. Tradução de Marina Cortez. **RDP**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 487-515, jan./mar. 2021.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/7ZzRG6HkzvbGYj35qZXNzyP/?lang=pt. Acesso em: 15 maio 2025.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.